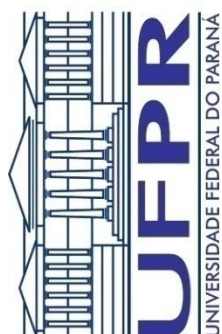
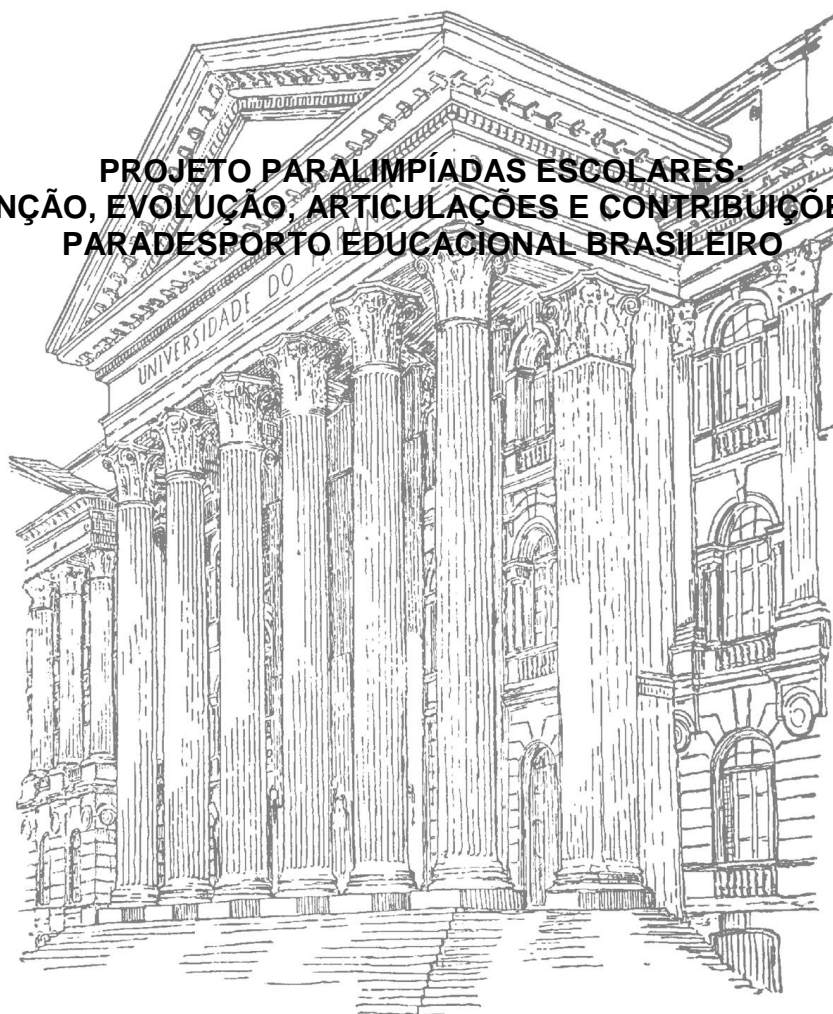


EVELYN ANDRESSA GAVIOLI DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**PROJETO PARALIMPIADAS ESCOLARES:
INTENÇÃO, EVOLUÇÃO, ARTICULAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO
PARADESPORTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**



**CURITIBA
2017**

EVELYN SILVA

PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES:
INTENÇÃO, EVOLUÇÃO, ARTICULAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO
PARADESPORTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

2017

EVELYN ANDRESSA GAVIOLI DA SILVA

**PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES:
INTENÇÃO, EVOLUÇÃO, ARTICULAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO
PARADESPORTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

CURITIBA
2017

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

Silva, Evelyn Andressa Gavioli da
Projeto parolimpíadas escolares : intenção, evolução, articulações e
contribuições ao paradesporto educacional brasileiro. / Evelyn Andressa
Gavioli da silva. – Curitiba, 2017.
138 f.: il. ; 30cm.

Orientador: Fernando Marinho Mezzadri

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes para deficientes 2. Esportes escolares 3. Políticas
públicas I. Título II. Mezzadri, Fernando Marinho III. Universidade Federal
do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em
Educação Física.

CDD (20. ed.) 796.0456



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

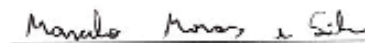
EVELYN ANDRESSA GAVIOLI DA SILVA

“Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro”

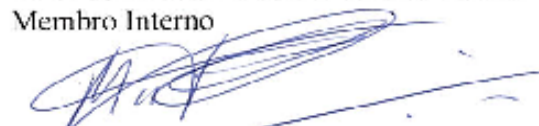
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri
Presidente/Orientador



Professor Doutor Marcelo Moraes e Silva
Membro Interno



Professor Doutor Marco Túlio de Mello
Membro Externo

Curitiba, 16 de Fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir a vida, e para além do ato de viver o de sonhar, pois sem isso jamais teria almejado estar aqui, hoje, tecendo agradecimentos após concluir com grande alegria a pesquisa que me qualifica como mestre em Educação Física por uma Universidade federal. Deus é grande em sua bondade.

Aos meus pais, irmãos e familiares, que de modo direto ou indireto contribuíram para que essa caminhada fosse mais fácil, me lembrando constantemente os motivos pelos quais eu precisava continuar lutando, me abstendo, permanecendo firme, até chegar onde eu queria. Agradeço em especial minha mãe, que me fez batalhadora e corajosa, me ensinando que na vida devemos sempre crer em Deus, mas também trabalhar duro para alcançar nossas conquistas. À minha irmã Lilian também, que com seus conhecimentos acadêmicos me auxiliou em muito com correções e sugestões ao texto.

Ainda no campo familiar, agradeço ao meu companheiro Sandro, que desde os primeiros passos nesta caminhada do mestrado esteve ao meu lado, principalmente nos momentos de angústia, me estimulando e fornecendo palavras de apoio e incentivo à continuar em frente, sempre. Gostaria de reforçar o quanto Te amo e quão grata a ti sou, principalmente por sua paciência e amor incondicional.

Deixo agradecimentos especiais também ao meu orientador, Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri, homem sábio e paciente, que desde a graduação, por meio de sua disciplina de Políticas Públicas me cativou e fez sentir vontade de entender mais esse campo da Educação Física. Ele que também me possibilitou ser pesquisadora do projeto pioneiro Inteligência Esportiva, e abriu possibilidades da realização deste trabalho. Professor, saiba que sou extremamente grata a ti pelas oportunidades que me possibilitou. Agradeço ainda o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para o esporte e lazer, grupo do qual faço parte e que me ajudou muito e em diferentes momentos, com leitura dos meus textos, sugestões de melhoria, dentre outros, especialmente o então doutorando Rafael, que também trilhou os caminhos da pesquisa voltada ao paradesporto em sua dissertação, o que nos aproximou e gerou grande ajuda para mim.

Também os professores Dr. Fernando Renato Cavichioli e Dr. Marco Túlio de Mello, que aceitaram gentilmente o convite para comporem a banca, de modo que por meio de suas avaliações possibilitaram um crescimento e evolução desta pesquisa, algo que sem seus conselhos não teriam acontecido. Aos dois meu muito obrigada por terem aceitado fazer parte desta etapa tão importante em minha vida acadêmica. Bem como ao Secretário do PPGEDF, Rodrigo Waki, sempre gentil e disponível.

Por fim, mas não com menos importância, agradeço em especial à equipe diretiva, bem como ao Conselho Escolar, da escola Municipal Osvaldo Arns, além das outras direções de escolas em que estive atuando durante o período dos 2 anos em que construí esta dissertação, seja escrevendo em sí, seja em relação as disciplinas que tive de cursar, pois, me possibilitaram em diferentes momentos conciliar o trabalho no chão da escola - com carga horária de 40h semanais, diga-se de passagem - com a produção e vida acadêmica. Algo que é deveras difícil, não apenas pela demanda de trabalho e estudos, mas principalmente por diferentes situações que os próprios gestores e colegas de trabalho acabam por construir. Assim, agradeço pelos esforços realizados, e gostaria de reforçar algo que todos nós sabemos, mas que em alguns momentos são minimizados pelas burocracias e “preguiças” do dia-a-dia, o fato de que nós docentes devemos permanecer em constante aprimoramento, o que muitas vezes não é estimulado e até mesmo permitido pelo próprio sistema, então creio que cabe aqueles que estiverem à frente transgredir algumas regras, estimulando e possibilitando-nos crescer e ampliar horizontes, para o nosso bem e o da educação...

RESUMO

Esta pesquisa teve por intuito a busca pela compreensão dos possíveis impactos para o desenvolvimento do paradesporto educacional no país, na circunstância da articulação entre quatro ações selecionadas, que em busca rápida possuíam alguma contribuição à tal área esportiva, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte (nº 11.438/2006), Lei Agnelo/Piva (nº 10.264/2001) e o programa Bolsa Atleta (nº 10.891/2004), todas de gestão do Ministério do Esporte, além de outra ação de realização por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o projeto Paralimpíadas Escolares. Buscou-se descrever as ações do Ministério do Esporte, apresentando-se dados de suas realizações, basicamente referente ao período em que estavam em vigência, assim como do projeto Paralimpíadas Escolares, com recorte temporal de 2009 a 2014. Assim, após expostas as ações e seus dados, buscamos verificar a existência de conexões entre elas, o que possibilitou a discussão dos impactos de tais relações ao paradesporto educacional brasileiro. A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se fundamentalmente na pesquisa documental, de modo que o levantamento dos materiais pertinentes as ações sob análise foi realizada, contando-se inclusive com parceria com a Academia Paralímpica Brasileira para o alcance às informações não disponibilizados no site oficial do comitê. Os dados levantados possibilitaram perceber duas conexões entre as ações, sendo a primeira em relação ao repasse de recursos realizado pela Lei nº 10.264/2001 que basicamente possibilita ao projeto Paralimpíadas Escolares ser realizado, e a segunda que diz respeito a parceria existente entre o programa federal Bolsa Atleta e o projeto Paralimpíadas Escolares, já que os alunos destaques do projeto são indicados para o pleito a uma bolsa na categoria estudantil do programa federal. As duas conexões nos permitiram conceber, primeiro, uma grande falha na compreensão de esporte educacional, por parte do CPB, uma vez que tem os recursos do desporto escolar dispendidos para a realização do projeto Paralimpíadas Escolares, que se trata de uma competição com fins no rendimento e na seleção dos melhores voltada ao público escolar, devendo ser repensada. Já a segunda conexão, mostrou indícios de impactos positivos, de modo que os alunos participantes da competição parecem estar dando continuidade à carreira esportiva, uma vez que demonstram em seu histórico o recebimento de outras categorias de bolsas do programa federal Bolsa Atleta. Enfim, conclui-se que os objetivos postos para a realização do projeto Paralimpíadas Escolares são dúbios, tornando-se difícil encará-lo como ação efetiva de promoção do paradesporto educacional, no entanto, é inegável a existência de indícios de sua eficiência no que diz respeito à promoção do esporte de rendimento, através de sua conexão ao Bolsa Atleta.

Palavras-chave: Paradesporto Educacional; Políticas Públicas Esportivas; Bolsa Atleta;

ABSTRACT

This research aimed to understand the possible impacts for the development of educational Paralympic sport in the country, in the circumstance of the articulation between four selected actions, which in a quick search had some contribution to this sports field, being these the Sports Incentive Law (nº 11.438/2006), Agnelo/Piva Law (nº 10.264/2001) and the Law known as “athlete bag” (nº 10.891/2004), all of which are managed by the Ministry of Sport, and another action by the Brazilian Paralympic Committee (CPB), the School Paralympics project. The actions of the Ministry of Sports were presented, presenting data on their achievements, basically referring to the period in which they were in force, as well as the Paralympics School project, with a time cut from 2009 to 2014. Thus, after exposing the actions and their data, we sought to verify the existence of connections between them, which made it possible to discuss the impacts of such relations to the Brazilian educational Paralympic sport. The methodology used in this research was based fundamentally on the documentary research, so that the survey of the pertinent materials the actions under analysis was carried out, counting also in partnership with the Brazilian Paralympic Academy to reach information not available on the official website of the Committee. The data collected made it possible to perceive two connections between the actions, the first one in relation to the transfer of resources carried out by Law N°. 10.264/2001, which basically allows the School Paralympics project to be carried out, and the second regarding the existing partnership between the federal program Athlete Scholarship and the School Paralympics Project, as the project's top students are nominated for a scholarship in the student category of the federal program. Both connections allowed us to conceive, first, a major fault in the understanding of educational sport, by the CPB, since it has the resources of the school sport expended for the accomplishment of the School Paralympics Project, a competition focused on the performance and the selection of the best aimed at the school public, and should be rethought. The second connection showed signs of positive impacts, so the students participating in the competition seem to be continuing their sports career, since they demonstrate in their history the receipt of other categories of scholarship from the federal Athlete Scholarship program. Finally, it is concluded that the objectives set for the implementation of the School Paralympics Project are dubious, making it difficult to see it as an effective action to promote the educational Paralympic sport, however, it is undeniable the existence of evidence of its efficiency in what it says respect to the promotion of the sport of income, through its connection to the Athlete Scholarship program.

Key words: Educational Sport; Publics Policies Sporting; Athlete Scholarship Program;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	ORGANOGRAMA POLICY ANALYSIS.....	33
FIGURA 2	-	ORGANOGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO.....	52
FIGURA 3	-	ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DE TRABALHO, EM REGIME DE PARCERIA, DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO.....	53
FIGURA 4	-	FEDERAÇÕES REPRESENTANTES DO DESPORTO EDUCACIONAL NO BRASIL E SEUS RESPECTIVOS ESTADOS.....	60
FIGURA 5	-	MODALIDADES OFERTADAS A CADA EDIÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES E A FAIXA ETÁRIA SOLICITADA DOS COMPETIDORES (2009 – 2015).....	71
FIGURA 6	-	MAPA POLÍTICO DO BRASIL, COM INDICAÇÕES DOS ESTADOS QUE SEDIARAM EDIÇÕES DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES.....	81
FIGURA 7	-	MODALIDADES OFERTADAS NA EDIÇÃO DE 2015 DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, SEPARADAS POR PROVAS, DEFICIÊNCIAS E CLASSES.....	90
FIGURA 8	-	ANEXO DA LEI 10.891, REFERENTE AOS POSSÍVEIS BENEFICIADOS PELAS BOLSAS DO PROGRAMA, ESPECIFICAMENTE NAS CATEGORIAS ATLETA BASE E ESTUDANTIL.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- VALORES REPASSADOS AO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB), ATRAVÉS DA LEI AGNELO/PIVA, DO ANO DE 2001 A 2013.....	55
GRÁFICO 2	- DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS ANUALMENTE PELO CPB, DE 2009 A 2015, NO ESPORTE DE RENDIMENTO, ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO.....	58
GRÁFICO 3	- FAIXA ETÁRIA COM IDADE MÍNIMA E MÁXIMA EXIGIDA DOS PARTICIPANTES DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, A CADA EDIÇÃO DO EVENTO, DE 2009 A 2015.....	73
GRÁFICO 4	- DIVISÃO DOS ATLETAS INSCRITOS, NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS, PRIVADAS OU ESPECIAIS.....	75
GRÁFICO 5	- TOTAL DE ATLETAS E DE INTEGRANTES DAS EQUIPES TÉCNICAS ANUALMENTE INSCRITOS NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015.....	80
GRÁFICO 6	- NÚMERO DE ATLETAS INSCRITOS TOTAL, COMPARADO AO NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES TOTAL, POR ESTADO, NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES.....	83
GRÁFICO 7	- NÚMERO DE ATLETAS INSCRITOS, POR ESTADO E ANO, COMPARADO AO NÚMERO MÁXIMO DE ATLETAS INSCRITOS PERMITIDO A CADA EDIÇÃO, DO PROJETO PARALIMPIADAS ESCOLARES.....	86
GRÁFICO 8	- TOTAL DE ATLETAS INSCRITOS NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, POR DEFICIÊNCIA E POR EDIÇÃO.....	88
GRÁFICO 9	- MONTANTE DE ALUNOS HABILITADOS; CONTEMPLADOS; HABILITADOS – CONTEMPLADOS; E OS CONTEMPLADOS – CONTEMPLADOS, COM BOLSA ESTUDANTIL DOS ANOS DE 2010 A 2015.....	108

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- EVOLUÇÃO DO BRASIL NO QUADRO DE MEDALHAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS, DE VERÃO, DO ANO DE 2000 A 2012.....	17
TABELA 2	- VALORES E PERCENTUAIS DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO CPB, DO ANO DE 2009 A 2015.....	57
TABELA 3	- CONSULTA E COMPARAÇÃO ENTRE OS PROJETOS APROVADOS APTOS À CAPTAR RECURSOS E OS PROJETOS COM RECURSOS CAPTADOS, DE 2007 A 2015, DISTINGUIDOS ENTRE AS TRÊS MANIFESTAÇÕES DESPORTIVAS POSSÍVEIS.....	65
TABELA 4	- DADOS GERAIS REFERENTES AS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 DO PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES.....	78
TABELA 5	- QUANTIDADE PERMITIDA DE ATLETAS POR DELEGAÇÃO, PARA AS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015.....	84
TABELA 6	- NÚMERO TOTAL DE ATLETAS INSCRITOS POR EDIÇÃO E POR ESTADO, NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, DE 2010 A 2015.....	84
TABELA 7	- DIVISÃO DE SEXO ENTRE OS ATLETAS INSCRITOS NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES.....	87
TABELA 8	- MODALIDADES OFERTADAS NA PARALIMPÍADAS ESCOLARES DE 2016, COM INDICAÇÃO DA QUANTIDADE DE CLASSES POSSÍVEIS DE ACORDO COM A PROVA/MODALIDADE.....	95
TABELA 9	- CUSTOS DA REALIZAÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, PARA O COMITÊ PARALIMPÍCO BRASILEIRO, ESTADO PARCEIRO E DEMAIS COLABORADORES, BEM COMO A PROJEÇÃO DOS CUSTOS APRESENTADAS NOS PLANOS DE TRABALHO DO CPB, DO ANO DE 2009 À 2015.....	98
TABELA 10	- RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS PELO CPB NO DESPORTO ESCOLAR E NA REALIZAÇÃO DO PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015.....	105
TABELA 11	- TOTAL DE ALUNOS HABILITADOS E CONTEMPLADOS, DE ACORDO COM O CPB, COM A BOLSA ESTUDANTIL DO PROGRAMA BOLSA ATLETA, POR MEIO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015, BEM COMO A PORCENTAGEM DE ÊXITO.....	106
TABELA 12	- MONTANTE DE ALUNOS DA LISTA DE HABILITADOS A PLEITEAR A BOLSA ESTUDANTIL QUE DE FATO	

	FORAM CONTEMPLADOS, ALÉM DOS NÚMEROS DA LISTA DE CONTEMPLADOS QUE OBTIVERAM CONFIRMAÇÃO DA BOLSA JUNTAMENTE AO BANCO DE DADOS DO IE (2010 A 2015).....	108
TABELA 13	- NÚMERO DE ALUNOS CONTEMPLADOS CONFIRMADOS NO IE A CADA EDIÇÃO, ALÉM DE DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DADOS INDICADOS PELO CPB QUANTO AOS HABILITADOS E OS CONTEMPLADOS.....	110
TABELA 14	- COMPARAÇÃO DOS “CONTEMPLADOS FORA DA LISTA DE HABILITADOS” COM AS LISTAS DE INSCRITOS NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015.....	111
TABELA 15	- DISTRIBUIÇÃO DOS ATLETAS COM BOLSA ESTUDANTIL DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE BOLSAS RECEBIDAS ENTRE AS EDIÇÕES DE 2010-2015 DO PROGRAMA BOLSA ATLETA.....	112
TABELA 16	- CARACTERÍSTICAS DAS DEMAIS BOLSAS ENCONTRADAS APRESENTADAS PELOS ALUNOS BOLSISTAS ESTUDANTIS PESQUISADOS.....	114
TABELA 17	- DISTRIBUIÇÃO DOS BOLSISTAS DE ACORDO COM O NÚMERO DE BOLSAS E O GÊNERO.....	115
TABELA 18	- DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS BOLSISTAS DE ACORDO COM O SEXO, MODALIDADE E QUANTIDADE DE BOLSAS ESTUDANTIS RECEBIDAS DE 2010 À 2015.....	116
TABELA 19	- DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS ESTUDANTIS ENTRE AS MODALIDADES, O NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS, O NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS, ALÉM DO VALOR INVESTIDO, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015.....	118
TABELA 20	- DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS ESTUDANTIS ENTRE AS MODALIDADES DISPUTADAS NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, O NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS, O NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS, ALÉM DO VALOR INVESTIDO, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015.....	119

LISTA DE SIGLAS

APB	-	Academia Paralímpica Brasileira
CBC	-	Confederação Brasileira de Clubes
CBDE	-	Confederação Brasileira do Desporto Escolar
CEF	-	Caixa Econômica Federal
CGU	-	Controladoria-Geral da União
CISS	-	Organização Mundial de Esportes para Surdos
COB	-	Comitê Olímpico do Brasil
COI	-	Comitê Olímpico Internacional
CPB	-	Comitê Paralímpico Brasileiro
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	-	Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes a nível Mundial
IE	-	Inteligência Esportiva
IPC	-	International Paralympic Committee
ISMG	-	International Stoke Mandeville Games
FEM	-	Feminino
KM	-	Quilômetros
MASC	-	Masculino
ME	-	Ministério do Esporte
MEC	-	Ministério da Educação
PELC	-	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PCD	-	Pessoa com deficiência
PDF	-	Portable Document Format
SDH-PR	-	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SMPD	-	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SNPD	-	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SP	-	São Paulo
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
WGD	-	World Games for the Deaf

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	22
1.2 METODOLOGIA.....	24
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	31
2.1 <i>POLICY CYCLE</i>	34
2.2 DEMOCRACIA DELEGATIVA.....	39
3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE PRATICADO PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	43
3.1 INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL	51
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARADESPORTIVAS E A INSERÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES NO CENÁRIO PARADESPORTIVO BRASILEIRO	62
4.1 LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE	62
4.2 LEI AGNELO/PIVA.....	66
4.2.1 Projeto Paralimpíadas Escolares.....	69
4.3 BOLSA ATLETA.....	101
5. ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE AS AÇÕES SELECIONADAS, E SEUS DADOS RESULTANTES.....	104
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	130
DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E OUTRAS FONTES	133

1 INTRODUÇÃO

A realidade social é permeada por políticas públicas, seja no âmbito educacional, da saúde, segurança, trabalho e esporte. Isto é, a percepção de problemas e anseios sociais pelo Estado, via governo, se reflete em ações políticas, concretizadas por meio de projetos, programas, leis, etc., que se apresentam ao cotidiano das pessoas, interferindo diretamente sobre suas vidas.

No âmbito esportivo, em específico, é perceptível no cenário atual brasileiro reflexos desta ação política citada anteriormente, principalmente no que se refere à presença marcante da realização de megaeventos¹ esportivos em sequência no país, tais como os Jogos Pan-americanos/Parapan-americanos (2007); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo FIFA (2014); Jogos Olímpicos/Paralímpicos (2016).

No entanto, em adição ao cenário exposto, com um olhar mais atento é possível perceber o esforço do Estado, materializado por meio do governo, na busca pelo fomento às demais manifestações, para além da de rendimento, seja por meio da criação ou alteração de aparatos legais, seja através da criação de programas e projetos² que dizem respeito ao esporte. Situação esta que se intensifica por meio da abertura democrática da década 1980 (STAREPRAVO, 2011), ao se instituir a Constituição Federal de 1988, que consolidou oficialmente o esporte³ no âmbito dos direitos sociais, consagrando o princípio da autonomia bem como da destinação de recursos públicos, declarada prioritária para o esporte educacional e em casos específicos, para o esporte de rendimento (BRASIL, 1988).

¹ ROCHE, Maurice. **Mega-events and urban policy**. Annals of Tourism research, v. 21, n. 1, p. 1-19, 1994.

² Tais como a Lei Pelé (Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998); Lei Agnelo/Piva (Lei Nº 10.264, DE 16 DE JULHO DE 2001); Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006); lei nº 10.891/2004, com alterações da lei nº 11.096/2005, conhecida como Bolsa Atleta; e demais leis, ações políticas que regulamentam, fomentam o desporto e/ou paradesporto nacional.

³ Uma vez que trouxe em seu Art. 217 que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

Ainda, no que diz respeito ao cenário político nacional, percebe-se certa peculiaridade referente às políticas públicas atuais, cujo modelo “delegativo”⁴ se apresenta como uma tendência, isto é, percebe-se a transferência de funções que caberiam ao Estado realizar às entidades privadas, que as executam por meio do repasse de recursos públicos feito pelos governos.

Referente aos motivos que levam o Estado a delegar aquilo que seria sua função à outra entidade, Souza (2006, p. 34) aponta a busca da eficiência, influenciada pelo ajuste fiscal e o que chama de “novo gerencialismo público” como sendo os principais pontos para o uso do modelo delegativo:

A partir da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência. Assim, a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política. Estes novos formatos, que guiam hoje o desenho das políticas públicas mais recentes, ainda são pouco incorporados nas pesquisas empíricas. (SOUZA, 2006, p. 34)

Assim, frente ao déficit apontado por Souza (2006, p. 34), no que diz respeito à escassez de estudos acerca do modelo delegativo visível na política brasileira atual, o esporte desposta como um objeto de pesquisa na medida em que se enquadra em tal modelo. Isto é, defrontado com a necessidade de promoção de esporte à população, o Estado delega parte desta função⁵, às instituições de organização do esporte do país, sendo que as confederações e federações são exemplos deste cenário. No entanto, o Comitê Olímpico do Brasil (COB)⁶ e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) se configuram como as duas principais instituições que oferecem estrutura às demais, estando diretamente impactadas pela política delegativa.

⁴ O conceito de política delegativa será apresentado de modo mais específico no segundo capítulo desta dissertação, juntamente a outros conceitos fundamentais de políticas públicas.

⁵ O Estado transfere a função de gestão do esporte olímpico e paralímpico para as duas principais instituições esportivas do país, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Comitê Paralímpico do Brasil (CPB), mas, no entanto não deixa de administrar alguns programas e ações, que são planejadas e desenvolvidas via Ministério do Esporte (ME), tais como o Bolsa Atleta, Plano Brasil Medalha; Rede Nacional de Treinamento; dentre outros. (BRASIL, 2015e)

⁶ Comitê Olímpico do Brasil (COB) “é uma organização não governamental de direito privado que trabalha na gestão técnica-administrativa do esporte, atuando no desenvolvimento dos esportes olímpicos no Brasil” (COB, 2014); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) visa “representar e liderar o movimento paralímpico brasileiro, buscando a promoção e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência” (CPB, 2016b).

A fim então de viabilizar a execução de tais funções, por meio de política de Estado⁷, o mesmo realiza repasses financeiros ao COB e ao CPB. Logo, através de legislação específica ao esporte, via Lei Agnelo/Piva (Lei nº 10.264, de 16 julho de 2001), alterada pelo sancionamento em 2016 da Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência⁸, o repasse de recursos financeiros que até 2015 era de 2% da arrecadação bruta de concursos de prognósticos e loterias federais e similar, ampliou-se à 2,7%, aumentando dessa maneira o montante total destinado seja ao esporte olímpico e paralímpico.

Quanto à divisão de tal montante entre o COB e o CPB, dos 2,7% previstos, a lei atual prevê 62,96% e 37,04%, divididos respectivamente, importante salientar que a divisão anterior era de 85% e 15%, na devida ordem. Assim, percebe-se uma ampliação nos recursos gerais e uma mudança na divisão de tais recursos, contudo ao contrário do que se estima preliminarmente, ao ater-se aos números de percentuais, a quantia de recursos destinadas a ambas as instituições se ampliou consideravelmente.

No caso específico do esporte paralímpico o salto no valor dos recursos foi ainda mais expressivo, o que é apontado pelo governo⁹ como uma ampliação de aproximadamente 230% na receita da entidade, afirmação corroborada pelo presidente da mesma, Andrew Parsons, que indica o incremento no repasse financeiro via lei Agnelo/Piva de R\$ 39 milhões/ano para cerca de R\$ 130 milhões/ano.

Frente ao montante de recursos designados ao CPB, emergiu então a ânsia de desvelar a gestão do esporte paralímpico no Brasil, buscando perceber os impactos dos recursos financeiros citados na promoção do esporte voltado à pessoa com deficiência. Assim, em breve análise, se torna possível atribuir sucesso¹⁰ crescente à

⁷ “[...] a política de Estado tem um caráter de continuidade; não pertence a nenhum governo, pertence ao Estado e, portanto, contempla uma dimensão mais ampliada e que se relaciona com interesses sociais gerais.” Suassuna et al. (2007, p. 16)

⁸ Refere-se a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015c).

⁹ <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/apos-melhor-campanha-da-historia-cpb-tem-injecao-de-r-90-milhoes-no-horizonte> (BRASIL, 2016)

¹⁰ A palavra sucesso neste caso refere-se a análise simples e pura de resultados, com enfoque específico no esporte paralímpico por meio da competição de verão dos Jogos Paralímpicos, sem termos por meta aqui o enfoque em outras variáveis que permeiam o universo esportivo.

tal administração, isto porque o viés esportivo em questão tem apresentado resultados cada vez mais expressivos nas principais competições do gênero.

Apenas a fim de evidenciar tal evolução, que se manifesta por meio da presença do país nos principais eventos paradesportivos do mundo e de sua colocação entre os melhores nos quadros de medalhas, tais como nos Jogos Paralímpicos de verão e nos Jogos ParaPanamericano, apresenta-se a seguir a tabela 1, que demonstra a ascensão do país no ranking de medalhas especificamente dos Jogos Paralímpicos de verão, da edição do ano de 2000 à de 2012.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DO BRASIL NO QUADRO DE MEDALHAS NOS JOGOS PARALÍMPICOS, DE VERÃO, DO ANO DE 2000 A 2012.

Ano	2000	2004	2008	2012
Posição	24 ^o	14 ^o	9 ^o	7 ^o

FONTE: CPB (2010).

Em relação a evolução expressa na tabela anterior, o CPB atribui, pelo menos no que diz respeito aos resultados das três primeiras edições apontadas, como sendo consequência da entrada de recursos advindos da Lei Agnelo/Piva, o que passa a ocorrer exatamente a partir do ano de 2002:

Com a entrada de recursos oriundos da Lei Agnelo/Piva percebe-se um importante diferencial entre os resultados obtidos entre os Jogos Paraolímpicos de Sidney 2000 e os de Atenas 2004. Já em 2008, com 06 anos de utilização contínua dos recursos e com a entrada de patrocinadores vindos após a campanha de 2004, conseguimos ficar entre as 10 principais forças do esporte paraolímpico mundial (CPB, 2010, p. 14).

Contudo, este cenário de progresso, no que se refere à melhoria na colocação do país nos quadros de medalhas, diz respeito apenas a uma das manifestações esportivas a que prevê a legislação, ou seja, com o objetivo de superação de recordes e resultados, a ênfase se dá na manifestação do esporte de rendimento, o que no caso do esporte para pessoas com deficiência se traduz em esporte paralímpico¹¹. Porém, ao delegar ao CPB a função de promover e gerir o esporte para este público,

¹¹ O conceito de esporte paralímpico será abordado posteriormente, mais especificamente no capítulo “A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE PRATICADO PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL”.

acredita-se que o Estado o faz não apenas visando o alto rendimento, mas também as demais dimensões previstas na legislação desportiva:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. (BRASIL, 1998)

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição. (Incluído pela Lei nº 13.155, de 2015) (BRASIL, 2015f)

Portanto, é neste ponto em que nosso projeto de pesquisa culmina, ou seja, por meio da compreensão de que o presente momento vivenciado pelo país, com a realização de megaeventos esportivos num curto período de tempo, juntamente ao emprego de esforços na busca por melhora do mesmo em rankings de competições em nível mundial¹², não se configuram como as únicas possibilidades e responsabilidades dos comitês de gestão do esporte no Brasil. Isto é, as demais manifestações esportivas devem também ser asseguradas à população, principalmente no que se refere à educacional, haja vista suas citações na legislação desportiva (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Lei 9.615/1998 – Lei Pelé), que preveem a destinação prioritária de recursos públicos ao desporto

¹² Em seu Planejamento Estratégico, o CPB aponta para a necessidade de aperfeiçoar seus procedimentos a fim de lograr êxito nas futuras edições dos Jogos Paralímpicos, de maneira que a busca por mais recursos, além da necessidade de otimização e direcionamento dos mesmos, juntamente aos esforços na busca da excelência esportiva dos atletas, se mostra como o foco principal da instituição. E isso se reflete por meio da fixação de metas, que visam basicamente o alcance de um melhor posicionamento do país na competição, as duas principais são: para a edição de 2012, no qual o CPB projetou o Brasil entre as sete principais forças Paralímpicas; já para a edição de 2016 a projeção era de manter o país entre os cinco no Ranking de medalhas dos Jogos Paraolímpicos Rio 2016 (CPB, 2010).

educacional, bem como a garantia da aplicação destes 10% na área em discussão (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, frente a imposição de investimentos em cumprimento à legislação esportiva, é preciso se ter ciência tanto da efetivação da lei, quanto da maneira pela qual ela vem sendo executada, ou seja, não basta haver o conhecimento de que os 10% referentes ao esporte educacional está sendo respeitado e efetivado, mas também e mais importante, é saber de que forma, por quais ações e programas tal recurso tem sido dispendido.

Deste modo, anteriormente à pesquisa sobre as ações específicas do CPB, entidade central de organização do esporte paralímpico no Brasil, a respeito da manifestação esportiva educacional, se fez pertinente ainda uma breve busca no mesmo sentido, porém a respeito das ações específicas do Ministério do Esporte¹³ (ME), de forma que fosse possível identificar ações não apenas do CPB, mas do ME, que minimamente atingem também o paradesporto educacional. Logo, deparamo-nos com três, sendo elas a própria Lei Agnelo/Piva (Lei nº10.264), já citada anteriormente neste texto, a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438) e por fim o programa Bolsa Atleta (Lei nº 10.891), ações estas que serão apresentadas de modo mais abrangente no decorrer da dissertação¹⁴.

Já no que diz respeito as ações indicadas pelo “Planejamento Estratégico do Esporte Paraolímpico Brasileiro: 2010-2016”, documento apresentado pelo CPB no ano de 2010 e que se encontra disponível *online*¹⁵, dentre outras ações e metas para o esporte paralímpico de modo geral, tem-se o “Programa Estudantil Paraolímpico”, como sendo um conjunto de “ações desenvolvidas com os recursos exclusivos da Lei Agnelo/Piva voltadas para o esporte estudantil” (CPB, 2010), as quais seriam: “a) Projeto Escolar Paraolímpico; b) Projeto Universitário de Capacitação Paraolímpica; c) Projeto Paraolimpíadas Escolares; e d) Projeto Clube Escolar Paraolímpico;” (CPB, 2010, p. 36)

¹³ “O ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.” (BRASIL, 2015g)

¹⁴ Ações a serem apresentadas e discutidas individualmente no capítulo “POLÍTICAS PÚBLICAS PARADESPORTIVAS E A INSERÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES NO CENÁRIO PARADESPORTIVO BRASILEIRO”.

¹⁵<http://www.cpb.org.br/wp-content/uploads/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf> (CPB, 2010)

Contrastando com o planejado, ao buscar por maiores informações sobre as quatro ações do “Programa Estudantil Paraolímpico”, no site oficial do CPB, foi possível encontrar dados passíveis de análise referente à apenas um dos projetos, as Paralimpíadas Escolares¹⁶, que de acordo com o Planejamento Estratégico (CPB, 2010), é desenvolvido e executado pelo CPB, com os seguintes objetivos:

Fomentar e ampliar a participação de estudantes com deficiência em atividades esportivas, objetivando a ampliação do ambiente para o desenvolvimento dos destaques esportivos paraolímpicos. Utilizar a prática esportiva como fator de integração e intercâmbio sócio-cultural e esportivo entre as crianças e jovens com deficiência. Promovendo a inclusão e a transformação social através do esporte paraolímpico em todo o país (CPB, 2010, p. 40).

Em essência, o projeto Paralimpíadas Escolares se trata de um evento paradesportivo, de cunho competitivo, que ocorre após as suas seletivas estaduais¹⁷, realizando-se anualmente com a participação dos melhores paraatletas de âmbito escolar, de cada estado, de modo que ao final do evento se destacam os melhores do Brasil nas modalidades paradesportivas ofertadas naquela edição. O projeto em questão se desenvolve por meio de recursos oriundos da lei Agnelo/Piva, bem como por parcerias entre o CPB, ME, Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), demais entidades e estados/prefeituras.

Especificamente, em relação à parceria com o ME, no último regulamento para a edição de 2015 da competição, está indicado, dentre outras responsabilidades, que caberá ao ME “elaborar os critérios, estabelecer procedimentos e identificar os alunos com direito a pleitear a Bolsa Atleta do ME” (CPB, 2015d, p. 6), ou seja, efetivamente isto se dá por meio da concessão de bolsas do programa Bolsa Atleta (Lei nº 10.891 de 2004), considerado pelo próprio ME como “o maior programa de patrocínio

¹⁶ Dentre as quatro ações elencadas dentro do Programa Estudantil ‘Paraolímpico’, no Planejamento Estratégico do CPB (2010-2016), ao realizar uma breve pesquisa no site da instituição (*cpb.org.br*) não foi possível encontrar informações sistemáticas sobre três delas, sendo que o Projeto Paralimpíadas Escolares era o que mais possuía informações, tais como boletins, regulamentos, editais, etc., todas disponíveis para download. Ao passo que a única outra ação encontrada, o projeto Clube Escolar Paralímpico, não contava com dados atualizados de realização do mesmo, existindo apenas informações disponíveis em reportagens apresentadas no próprio site, com um ou outro dado, algumas das reportagens contavam com links para editais de inscrição, divulgação de resultados, etc., mas ao clicar sob a página éramos direcionados para outra que comunicava erro de endereço, aparentando terem sido removidas da rede as informações pesquisadas.

¹⁷“Participam da Etapa Nacional, as Seleções Estaduais de cada Estado, classificadas nas respectivas Seletivas Estaduais de cada modalidade” (CPB, 2010, p. 40)

individual de atletas no mundo, visando atletas de alto rendimento que expressam bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade” (BRASIL, 2015d).

O programa do ME, em suma, destina-se prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas, garantindo aos atletas benefício financeiro, com valores variáveis de acordo com o nível da bolsa. (BRASIL, 2004). Logo, o programa em questão conta com seis níveis, sendo eles o da bolsa base; estudantil; nacional; internacional; olímpica/paralímpica; e pódio. Especificamente em relação aos atletas participantes das Paralimpíadas Escolares, e habilitados a pleitear bolsa do programa Bolsa Atleta, é indicado o pleito à bolsa na categoria estudantil apenas, por meio de listagem¹⁸ apresentada via CPB.

Enfim, com o conhecimento legal de que o esporte em sua dimensão educacional deve ter sua importância assegurada, inclusive com reserva de recursos para tal, devendo ser alvo de ações do Estado, por meio do ME e dos comitês que gerem o esporte no país, deparamo-nos com três ações do ME com impacto relevante sob tal dimensão e público, e uma¹⁹ específica do CPB, indicada pela instituição como manifestação educacional. Logo, se torna imprescindível apresentar estas ações de modo pormenorizado, buscando identificar possíveis relações tais como a já detectada entre as Paralimpíadas Escolares e o Bolsa Atleta, e os consequentes impactos ao paradesporto educacional nacional.

Dessa forma, desponta-se a seguinte questão que norteará esta pesquisa: **Quais são os impactos para o desenvolvimento do paradesporto educacional brasileiro na circunstância da articulação entre o projeto Paralimpíadas**

¹⁸ Tal listagem se refere aos nomes dos estudantes competidores da edição em questão do projeto Paralimpíadas Escolares, que ao final conseguiram se colocar entre os três melhores de sua prova/modalidade, ou de acordo com o esporte, se for coletivo, forem indicados como os melhores do time, assim, são indicados pelo CPB em listagem específica dando-lhes o direito de pleitear, ou seja, se inscrever para concorrer a uma bolsa da categoria estudantil do programa Bolsa Atleta do governo federal, via Ministério do Esporte, de modo que as Paralimpíadas Escolares se configuram, desde 2009, como a competição paradesportiva, de nível escolar, que determina os atletas que poderão concorrer à bolsa da categoria estudantil do programa federal.

¹⁹ Como esclarecido anteriormente, o CPB aponta a existência de outras três ações voltadas à manifestação educacional, em seu Planejamento Estratégico 2010-2016, contudo o projeto Paralimpíadas Escolares dentre as demais é a única com quantidade e qualidade de dados disponibilizados no site da instituição e por meio da Academia Paralímpica Brasileira (APB), possibilitando dessa forma a pesquisa sobre a mesma.

Escolares e a Lei Agnelo/Piva, Lei de Incentivo ao Esporte e o programa Bolsa Atleta?

Assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender os impactos para o desenvolvimento do paradesporto educacional brasileiro na circunstância da articulação entre o projeto Paralimpíadas Escolares, de realização do Comitê Paralímpico Brasileiro, e a Lei Agnelo/Piva, Lei de Incentivo ao Esporte e o programa Bolsa Atleta, efetivados pelo Ministério do Esporte.

Como objetivos específicos para esta pesquisa intenta-se:

- Descrever as três ações do ME (Lei de Incentivo ao Esporte, Lei Agnelo/Piva e o Bolsa Atleta) apresentando dados relativos a sua existência até o presente;
- Caracterizar o projeto Paralimpíadas Escolares do CPB, entre os anos de 2009 à 2014;
- Verificar a existência de conexões entre as ações do ME selecionadas, e o projeto Paralimpíadas Escolares, expondo os dados que confirmem tal relação;
- Discutir os dados resultantes das articulações encontradas e pressupor os possíveis impactos ao paradesporto educacional brasileiro;

1.1 JUSTIFICATIVA

Minha aproximação ao esporte para pessoas com deficiência se deu durante a graduação em Educação Física na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde por meio da realização de Projetos Integrados²⁰ pude ter meu primeiro contato, auxiliando, arbitrando, dando aulas e preparando treinos para atletas com deficiência que realizavam treino de Basquete em Cadeira de Rodas e Bocha, no próprio departamento de Educação Física. Assim, por meio dessa aproximação, que se ampliou ao longo do curso, acabei realizando meu trabalho de conclusão de curso acerca deste público, e a cada dia que se passa busco fazer o possível para ampliar

²⁰ Projetos Integrados são disciplinas distribuídas ao longo do curso que fazem parte da grade curricular de realização obrigatória, onde os alunos devem se matricular e realizar em conjunto com algum professor do departamento, em alguma das áreas de atuação da Educação Física.

meus conhecimentos nessa área que considero ainda fora do meu domínio profissional e acadêmico.

Logo, frente minha proximidade a tal temática, a justificativa acadêmica para a realização desta pesquisa, se faz na medida em que a latente escassez de trabalhos que deem conta de desvelar as nuances e mazelas de que o esporte para pessoas com deficiência faz parte, ainda é uma realidade no Brasil, o que torna o campo do esporte paralímpico ainda incompreensível e também seus sub-campos²¹ que o afetam.

Nesse sentido, as pesquisas na área do esporte paralímpico, no que diz respeito ao aspecto quantitativo, se apresentam ainda em números muito inferiores ao esporte não paralímpico, e ao se falar no paradesporto educacional as publicações são ainda mais escassas. A fim de avaliar, em uma breve pesquisa realizada²² não foi possível encontrar nenhuma publicação que tratasse em específico do evento Paralimpíadas Escolares, mesmo se tratando de um evento nacional para pessoas com deficiência que já se encontra em sua sétima edição. Tendo sido possível encontrar apenas 1 (um) artigo científico²³ que falasse especificamente do esporte educacional para pessoas com deficiência e alguns poucos que abordam prioritariamente a dimensão inclusiva do esporte, seja nas aulas de educação física nas escolas, ou por meio da prática esportiva de modo geral.

A seleção do projeto Paralimpíadas Escolares como alvo de análise desta pesquisa, se justifica na medida em que a competição é indicada nos documentos referentes à mesma, desde a edição de 2010, como a maior competição do gênero,

²¹ “[...] um campo Paraolímpico pode ser gerado a partir da interligação entre o sub-campo IPC, e sete subcampos adicionais que a rodeiam. Poderíamos argumentar que estes são o COI, mídia, patrocínio, reabilitação, tecnologia, direitos dos deficientes e atletas. Estes sete adicionais sub-campos existem tanto dentro como fora do campo Paraolímpico. Os limites de cada um dos sub-campos Paraolímpicos são permeáveis, portanto, não há sub-campo que seja inteiramente mutuamente exclusivo, nem que opera dentro de um vácuo, não afetado pelas outras sub-áreas vizinhas a si.” (PURDUE e HOWE, 2013, p. 6)

²² Em pesquisa realizada nas revistas: Movimento, Motrivivência, Pensar a Prática, Alesde, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Revista da Educação Física/Universidade Estadual de Maringá; Google Acadêmico; por meio das palavras-chave: paraolimpíadas/paralimpíadas Escolares; paradesporto escolar; esporte educacional para pessoas com deficiência; Clube Escolar Paralímpico/Paraolímpico, no período de Janeiro a Julho de 2015;

²³PICULLI; M.; MEDEIROS; C. S. e CALEGARI; D. R. **Projeto Clube Escolar Paralímpico: o desenvolvimento da iniciação esportiva a União Metropolitana Paradesportiva de Maringá.** *Sem data, local de publicação e demais informações a respeito do artigo, este que foi encontrado no site de busca Google acadêmico, por meio do termo de busca “Paralimpíadas Escolares”.

no mundo, sendo apontada, por exemplo, em sua última edição como “o maior evento paradesportivo escolar do mundo” (CPB, 2015e, p. 2), o que evidencia-nos o potencial de mobilização da população de estudantes e paraatletas que o evento possui. Mas, por outro lado o projeto não passou por análise de nenhum pesquisador, o que expressa-nos a falta de interesse de pesquisadores para com o paradesporto educacional, uma vez que frente a rica oportunidade de buscar compreender tal projeto e suas influências no esporte educacional praticado pela pessoa com deficiência, acabam por não fazê-lo.

Buscar compreender a fundo tal projeto, a fim de caracterizá-lo, apresentando seu desenvolvimento no decorrer dos últimos sete anos, bem como almejar estabelecer relações com a Lei de Incentivo ao Esporte, a Lei Agnelo/Piva, e o programa Bolsa Atleta, desvelando as possíveis contribuições ao paradesporto educacional, se torna um projeto de pesquisa único e inédito, que confrontará a escassez de trabalhos na área do esporte paralímpico e em específico no que diz respeito ao paradesporto educacional.

Por fim, no que diz respeito à justificativa social deste trabalho, busca-se contribuir por meio deste estudo, para a reformulação das ações pesquisadas, caso se mostre necessário, bem como para a ampliação de acesso e abrangência das mesmas, dentre outras questões que podem se reverter em subsídios de políticas públicas e consequente ação governamental, revertendo assim para a população, em específico àqueles atendidos pelas Paralimpíadas Escolares e pelas demais ações analisadas.

1.2 METODOLOGIA

A fim de expor a metodologia empregada neste trabalho de modo inteligível, é possível dividi-la em três etapas, que serão expressas a seguir, de modo breve para reconhecimento do leitor e já em sequência de maneira pormenorizada.

Assim, na etapa (1) está relacionada à utilização de conceitos provenientes da área de políticas públicas, (FREY, 2000; SOUZA, 2006), (MEZZADRI, 2000; STAREPRAVO, 2011;), estes que forneceram base para a compreensão das ações políticas pesquisadas. Já na próxima etapa, (2), a metodologia é alusiva à pesquisa

documental (GIL, 2008), uma vez que foi feito o levantamento das informações referentes ao projeto Paralimpíadas Escolares, em específico, juntamente das três ações do ME selecionadas para o estudo, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte, Lei Agnelo Piva e Bolsa Atleta. Por fim, como última etapa da metodologia, (3), utilizou-se da abordagem mista (CRESWELL; PLANO CLARK, 2007; DE BOSSCHER et al, 2008), ou abordagem quali-quantitativa/ quanti-qualitativa, (GOMES e ARAÚJO, 2005), uma vez que nesta fase reuniram-se dados quantitativos das ações selecionadas e a busca por relacioná-las, com fins na percepção de prováveis efeitos sob o desenvolvimento do paradesporto educacional brasileiro.

Em detalhamento à primeira etapa da metodologia, (1), citada acima, aponta-se a necessidade de aproximação aos conceitos de políticas públicas que puderam nos munir para o processo de discussão deste trabalho, ou seja, por meio da compreensão do modelo político no qual o CPB está inserido, a concepção de política pública presente neste modelo, bem como o processo pelo qual a política pública se efetiva e pode ser avaliada e reformulada, se tornou possível analisar com maior clareza as ações elencadas para o estudo. Logo, em nosso primeiro capítulo utilizamos de literatura para o referencial de análise de políticas públicas, tais como (FREY, 2000; SOUZA, 2006;), além de trabalhos específicos a área de políticas públicas para o esporte e o lazer, dos autores (MEZZADRI, 2000; STAREPRAVO, 2011), dentre outros estudos que pudessem nos fornecer auxílio neste sentido. Importante ressaltar que esta primeira etapa da metodologia está diretamente relacionada com a construção de um referencial teórico, este que nos possibilitou cumprir o último objetivo elencado para esta pesquisa, uma vez que por meio dos conceitos de políticas públicas pudemos discutir os dados resultantes das articulações encontradas e pressupor os possíveis impactos ao paradesporto educacional brasileiro.

Enquanto etapa (2) desta metodologia, tem-se a pesquisa documental, esta que se apresenta como uma ferramenta que pode auxiliar na análise das informações referentes a tal estudo, de modo que foi utilizada na busca pelo cumprimento aos dois primeiros objetivos, isto é, por meio da análise dos dados documentais relativos as ações do ME, selecionadas para este estudo, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte, a Lei Agnelo/Piva e o Bolsa Atleta, bem como a análise documental específica do projeto Paralimpíadas Escolares, realizado em parceria do CPB e o

CBDE, almejando-se caracterizar tais ações, além de apresentar dados relativos as suas realizações no íterim de 2009 a 2014.

Logo, com o intuito de apresentar e analisar os documentos disponíveis²⁴, a pesquisa documental nos surgiu como uma possibilidade de ação, tendo em vista que tal metodologia de trabalho vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Quanto à relevância de escolha da pesquisa documental, Raupp e Beuren (2004) apontam que este tipo de pesquisa visa selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo deste modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Em relação ao tipo de documento, Gil (2008) aponta ainda para a existência de:

[...] documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (Gil, 2008, p.51)

Assim, foi utilizada neste estudo a pesquisa documental, valendo-se de dados coletados por meio de registros institucionais escritos, tais como projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, etc., além de concomitantemente serem úteis os dados obtidos em arquivos de instituições não governamentais, como o caso do próprio CPB, e demais entidades relacionadas ao mesmo. (GIL, 2008)

²⁴ Os dados referentes ao projeto Paralimpíadas Escolares do CPB, que não estavam disponibilizados no site oficial da entidade, foram requisitados via Academia Paralímpica Brasileira (APB), esta que tem como finalidade fomentar e produzir o conhecimento científico do desporto paralímpico (CPB, 2015). Assim, por meio de submissão de projeto de pesquisa à diretoria executiva e ao conselho gestor, se conquistou a aprovação do mesmo e conseqüente liberação dos dados de que dispõe a APB em conjunto com o CPB, viabilizando e enriquecendo nosso estudo e acima de tudo contribuindo para o crescimento da produção científica referente ao esporte para pessoas com deficiência no Brasil. Após a aprovação do projeto a APB indicou o nome de Fernando Partelli, do departamento técnico do comitê, de modo que o contato e solicitação das informações fosse feita diretamente ao mesmo, o que foi feito pela autora deste trabalho, e com resposta e envio imediato e de modo muito prestativo pelo funcionário, inclusive o mesmo se mostrou muito solícito para responder questões não claras nos documentos.

Enfim, a pesquisa documental nos auxiliou na análise de todos os documentos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, sejam eles relativos as ações selecionadas do ME ou ao projeto Paralimpíadas Escolares, ou ainda às demais ações que de algum modo vieram a se tornar necessárias à discussão, tais como aparatos legais²⁵ e outros documentos oficiais indispensáveis à pesquisa.

No tocante ao terceiro objetivo específico elencado para esta pesquisa, o qual visava verificar a existência de articulação das ações do ME selecionadas, e o projeto Paralimpíadas Escolares, expondo os dados que confirmassem tal relação, chegamos à etapa (3) da metodologia, isto é, por meio da abordagem mista (CRESWELL; PLANO CLARK, 2007; DE BOSSCHER et al, 2008), ou quali-quantitativa/quali-quantitativa (GOMES e ARAÚJO, 2005), buscou-se a aproximação das ações do ME ao projeto Paralimpíadas Escolares, a fim de desvelar a contribuição de tal relação ao paradesporto educacional brasileiro. Vale a ressalva de que numa análise preliminar foi possível encontrar relação estabelecida apenas entre o projeto Paralimpíadas Escolares e o Bolsa Atleta, de modo que a abordagem mista ou quali-quantitativa/quali-quantitativa, nesta situação nos auxiliaria na análise dos dados de ambas ações, e assim intentar um cruzamento de tais informações.

Neste sentido, Mezzadri e Silva (2014, p. 27) advertem para a utilização dos métodos quantitativos no estudo à características do objeto de pesquisa, que, sabe-se, existem, ao contrário da pesquisa qualitativa, que devem ser utilizadas quando as características do objeto sob análise não se sabe se existem, logo, de acordo com os autores, não é possível a realização de pesquisa social produtiva que utilize-se, com exclusividade, apenas de técnicas quantitativas ou qualitativas.

A abordagem mista carrega esta nomenclatura uma vez que conecta tanto uma abordagem qualitativa, como uma quantitativa no desenvolvimento de uma pesquisa (CRESWELL; PLANO CLARK, 2007; DE BOSSCHER et al, 2008, apud MEZZADRI e SILVA 2014), seguindo a mesma lógica Gomes e Araújo (2005, p. 7) indicam o surgimento da pesquisa quanti-qualitativa, ou vice-versa, como um novo paradigma

²⁵ Quanto aos aparatos legais e demais documentos não específicos as Paralimpíadas Escolares ou ao Bolsa Atleta, que foram analisados, sua coleta de dados foi realizada totalmente via internet, por meio dos sites oficiais dos órgãos do legislativo que dispõe dos aparatos legais para download.

metodológico, ultrapassando dicotomias existentes entre as principais correntes científicas, tais como positivista x interpretativo, quantitativo x qualitativo, estas que parecem estar cedendo lugar a um modelo alternativo de pesquisa.

Enfim, esclarecida a abordagem utilizada para a análise dos dados, se torna necessário deslindar a maneira como essa foi empregada, logo, por meio das listagens que o CPB emite invariavelmente após cada evento das Paralimpíadas Escolares, com o nome dos alunos participantes habilitados a pleitear a bolsa estudantil do programa Bolsa Atleta, tornou-se possível levantar o número de efetivações de bolsas no decorrer dos sete anos de existência do projeto, podendo possivelmente suscitar-nos questionamentos referentes a tal articulação e a sua contribuição efetiva ao paradesporto educacional brasileiro.

Em relação ao processo metodológico de cruzamento das informações, especificamente, das Paralimpíadas Escolares e do Bolsa Atleta, pretendeu-se reunir as listas do CPB, onde constavam os nomes e demais dados pessoais²⁶ dos habilitados a pleitear a bolsa estudantil anualmente em uma única planilha do programa do Windows®, Excel®, separados apenas por edição do evento, juntando-se ao mesmo arquivo as listas, também discriminadas por ano, dos alunos contemplados com a bolsa estudantil no Bolsa Atleta, de acordo com o CPB/APB²⁷. Assim, após essa catalogação, o passo seguinte foi comparar nome a nome da lista do Excel® com o banco de dados do projeto Inteligência Esportiva (IE)²⁸.

²⁶ As listagens são divulgadas ano a ano, e não contam com um padrão de informações expostas, mas de modo geral, esta pesquisa não teve por intuito explorar informações particulares dos alunos/atletas envolvidos em ambas as ações analisadas, ou seja, não foi divulgado o nome e nem qualquer outra informação pessoal que pudesse acarretar em prejuízo aos indivíduos, as informações foram tratadas visando o coletivo, e de modo quantitativo, apenas demonstrando valores numéricos e sem exploração de casos particulares.

²⁷ Conforme mencionado anteriormente, os dados não expressos no site do CPB, foram obtidos por meio da APB, de modo que as planilhas com as listas de contemplados do Bolsa Atleta também entraram no rol de documentos fornecidos pela instituição, tendo em vista que as listagens da própria Controladoria-Geral da União (CGU) que apresentam as mesmas informações, não especificam se o atleta contemplado é deficiente ou não, apenas a categoria de bolsa, logo, as listagens do CPB/APB possibilitaram uma análise mais facilitada dos dados.

²⁸ Inteligência Esportiva é um projeto criado e em execução sob a coordenação do Professor/Doutor Fernando Marinho Mezzadri, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em conjunto de uma equipe de professores e estudantes, da mesma universidade, e do Ministério do Esporte, que visa mapear as condições do esporte no Brasil, levantando informações de ações políticas voltadas ao esporte em específico, tais como o programa Bolsa Atleta, a Bolsa Pódio, os Jogos Escolares, os Centros de Treinamento Esportivo, levantamento também de histórico das modalidades esportivas, da produção científica no Brasil a respeito dos diversos esportes, além de outras informações pertinentes ao campo esportivo e que possuem interesse científico nacional e que podem gerar dados para reformulações de políticas públicas ou mesmo gerar subsídios para criação de novas.

Então, por meio do cruzamento das informações do Excel® com o banco de dados do IE, foi possível realizar alguns apontamentos, tais como o número de participantes da competição Paralimpíadas Escolares a cada ano habilitados a pleitear uma bolsa do programa Bolsa Atleta, destes o levantamento da quantidade de efetivações, ou seja, frente ao número de habilitados à pleitear a bolsa, levantamos o números de atletas contemplados; além da possibilidade de poder perceber a existência ou não de perenidade²⁹ e progressão dos programas, isto é, verificou-se aqueles estudantes que efetivaram a bolsa estudantil uma única vez, ou mais vezes, bem como outros elementos de análise por meio do banco de dados do IE.

Já em relação ao último objetivo elencado para esta pesquisa, que era o de discutir os dados resultantes das articulações encontradas e pressupor os possíveis impactos ao paradesporto educacional brasileiro, apresenta-se a utilização efetiva dos conceitos da área de política públicas, como uma espécie de modelo conceitual, de modo que os conceitos apresentados por meio da primeira etapa de nossa metodologia se desmembraram neste último objetivo a fim de propiciar uma discussão com maior embasamento sobre os dados encontrados.

No que tange a delimitação/escolha das ações citadas para este estudo, Paralimpíadas Escolares, Lei de Incentivo ao Esporte, Lei Agnelo/Piva e Bolsa Atleta, justificam-se na medida em que tais ações políticas contemplam, guardadas as devidas proporções, a manifestação esportiva educacional, o atleta com deficiência, além de emitirem indícios do estabelecimento de relações entre si, e finalmente por conta da facilidade de acesso³⁰ às informações que dizem respeito a elas, o que possibilitou uma imersão facilitada nos dados de pesquisa.

Quanto ao recorte temporal realizado para esta pesquisa, do ano 2009 a 2014, foi estabelecido uma vez que mesmo contando com realizações do projeto Paralimpíadas Escolares, com outro nome mas com o mesmo formato, em 2006 e

²⁹ Tal conceito a ser apresentada e discutida no capítulo “POLÍTICAS PÚBLICAS”.

³⁰ O site do CPB (cpb.org.br) possuía muitas informações a respeito do projeto Paralimpíadas Escolares, durante o período de pesquisa, no entanto percebeu-se algumas lacunas na disponibilidade de arquivos em relação a alguns anos, como no caso dos anos de 2009 e 2010, bem como no tipo de arquivo, que ano a ano sofreu variações nos modelos e nas informações que a instituição considerava pertinente ou não divulgar, tais como o caso da listagem de pleiteantes, que nos primeiros anos de realização do evento foram divulgados em editais do próprio evento e após passaram a ser divulgados no site do CPB, mas que quando buscamos não estavam mais disponíveis. Estas disparidades de informações ocorridas na busca através do site só puderam ser sanadas por meio da Academia Brasileira Paralímpica (APB), de modo já citado.

2007, as informações referentes à esse período não estavam disponíveis para consulta no site do CPB³¹. Deste modo, uma vez que as informações disponíveis online iniciavam-se apenas em 2009, bem como as disponibilizadas por meio da APB, a escolha de tal ano como ponto inicial do recorte para esta pesquisa se tornou a mais adequada.

Em suma, a escolha de recorte temporal a partir de 2009 além de ter suas justificativas ligadas ao acesso às informações do período, também possui explicação no fato do evento ter se tornado no mesmo ano em questão a competição oficial que determina, desde então, os atletas que poderão pleitear a bolsa do nível estudantil do Programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte (ME), dando início à possível articulação entre ambas as ações. Dessa forma, delimitar o ano de início dessa conexão, e o ano de 2014³², último ano em que o evento Paralimpíadas Escolares foi realizado³³ se mostrou como o recorte ideal e fundamental a este estudo.

Conclui-se desta forma, que através da pesquisa documental, que é capaz de oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade (GIL, 2008, p.153), em conjunto da abordagem mista ou quali-quantitativa, que mescla as ferramentas ultrapassando paradigmas em pesquisa científica (GOMES; ARAÚJO, 2005), utilizando-se tanto de métodos qualitativos quanto quantitativos propiciando uma pesquisa profícua do ponto de vista acadêmico (MEZZADRI; SILVA 2014, p. 28), juntamente do modelo conceitual advindo do referencial teórico específico de políticas públicas e políticas públicas esportivas, se tornou plausível o desvelamento da contribuição do projeto Paralimpíadas Escolares, por meio de sua conexão ao projeto Bolsa Atleta, e as demais ações analisadas, para o fomento ao paradesporto educacional brasileiro.

³¹ Ao serem solicitadas à instituição por meio da Academia Paralímpica Brasileira (APB), a informação fornecida pelo funcionário responsável por tais dados foi a de que alguns documentos de 2009 para trás não eram mais possíveis de acessar, pois nesse mesmo ano foram perdidos todos os arquivos do CPB por causa de uma pane no servidor e no backup.

³² O ano de 2014 foi marcado como ponto final no recorte para esta pesquisa, uma vez que a mesma possui data para ser finalizada, e não se dispunha de todos os dados encerrados relacionados a edição de 2015, no período em que a pesquisa estava sendo realizada, exclusivamente no que diz respeito à listagem de pleiteantes ao Bolsa Atleta, contudo, alguns dados relacionados à 2015 são apresentados, tais como número de inscritos, modalidades ofertadas na edição, bem como outras informações já encerradas do evento.

³³ O evento das Paralimpíadas Escolares permanece sendo realizado, porém, como a edição de 2015 foi realizada durante a ocorrência desta pesquisa, e as informações referentes principalmente ao Bolsa Atleta só serão disponibilizadas após o evento, se torna inviável para esta pesquisa, que dispõe de tempo restrito, a inclusão do ano de 2015 no recorte temporal.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As decisões de políticas públicas que são gerenciadas pelos governantes, e/ou demais agentes pertencentes ao campo da política, impactam diretamente sobre a vida de todos, de modo que de acordo com a política pública em si, o impacto é maior e mais considerável para uns e menor e de pouca relevância para outros, podendo apresentar ainda aspectos positivos ou mesmo negativos aos atingidos por ela.

Buscar a compreensão do que de fato se configura como política pública, bem como a percepção do processo que as levam a atingir a realidade social, além do conhecimento das especificidades do campo da política, com as possíveis aproximações do referencial teórico ao campo esportivo, ou ainda mais especificamente ao paradesporto, nos permitiu entender a forma de agir estabelecida pelo campo político-esportivo do esporte paralímpico, tornando-nos mais evidente o porquê de certas escolhas de políticas públicas de tal área esportiva e consequente desvelamento de reais intenções para com o esporte para pessoas com deficiência.

Quanto ao termo Política Pública, este não possui uma única e melhor definição, haja vista que diferentes autores se empenham em tal tarefa, como aponta Souza (2006):

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. (SOUZA, 2006, p. 24)

Porém, a mesma autora sinaliza que a definição mais conhecida continua sendo a de LASWELL, ou seja, “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p.24), contudo, a mesma autora não deixa de apresentar um resumo do que seria política pública sob seu olhar:

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). (SOUZA, 2006, p. 26)

Frente às definições apresentadas aqui para políticas públicas, podemos observar o protagonismo do governo frente ao processo que culmina em ações de políticas públicas, nesse sentido Souza (2006, p. 15) destaca:

[...] que apesar do reconhecimento de que outros segmentos que não os governos se envolvem na formulação de políticas públicas, tais como os grupos de interesse, os movimentos sociais e as agências multilaterais, por exemplo, com diferentes graus de influência segundo o tipo de política formulada e das coalizões que integram o governo, e apesar de uma certa literatura argumentar que o papel dos governos tem sido encolhido por fenômenos como a globalização, a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e governar não está empiricamente comprovada. (SOUZA, 2003, p 15)

Ainda em relação ao papel que os governos possuem no que diz respeito à definição/execução das políticas públicas, Evans, Rueschmeyer e Skocpol (1985, apud SOUZA, 2006) apontam que no processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma “autonomia relativa do Estado”, o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e internas. Nesse sentido, Starepravo (2011) lembra-nos que não são apenas as ações dos políticos e gestores que fazem com que o campo político/burocrático³⁴ tenha essa estrutura, mas também as atitudes e/ou convivência dos que estão à margem do processo de decisão política, e a relação que mantém com as instituições do poder público.

Avançando, após aproximação ao conceito de políticas públicas é ainda necessário o acercamento do pesquisador às categorias de análise e conceitos que permeiam o campo político, os quais são de fundamental importância para a construção de uma análise política a respeito de um determinado objeto de estudo.

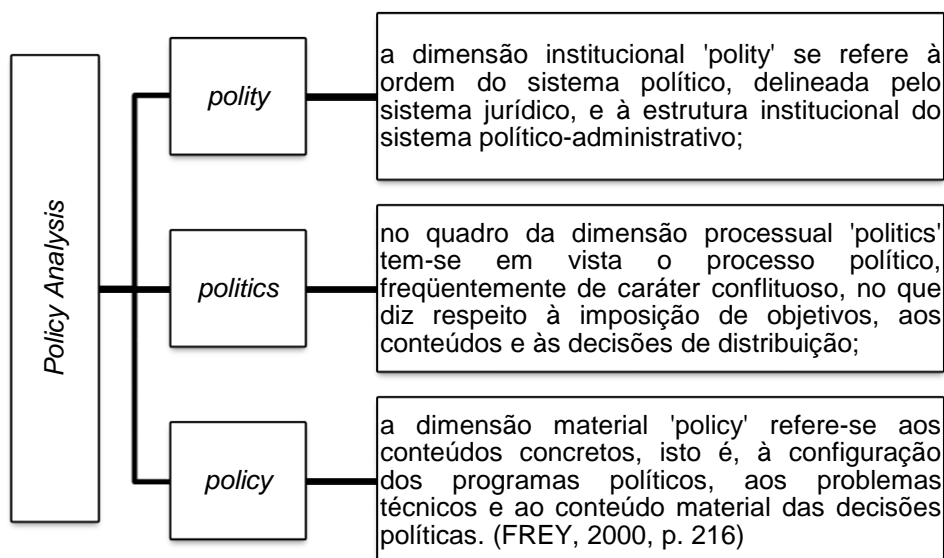
Assim, primeiramente é fundamental o esclarecimento do sentido atribuído ao termo política, uma vez que tende-se a comparar o uso do termo na literatura da área,

³⁴ Um espaço que supõe a dissociação da posição e de seu ocupante, da função e do funcionário, do interesse público e dos interesses privados, mas que paradoxalmente funciona como um metacampo do poder, até porque a gênese da ordem pública vem acompanhada da aparição e acumulação de um “capital público” (BOURDIEU, 2005, apud STAREPRAVO, 2011).

que diz respeito à ciência política, ou “*policy science*”³⁵, ao uso empregado informalmente ao mesmo. Logo, na literatura genuína, especificamente dentro da abordagem analítica da “*policy analysis*”, encontra-se o desmembramento de tal termo em três partes, que se complementam e se referem às três dimensões da política (FREY, 2000, p. 216), sendo elas a “*polity*”, “*politics*” e a “*policy*”.

Desdobrando-se os três termos tem-se a primeira dimensão da política apontada como “*polity*” ou sociedade política, a segunda como “*politics*”, ou sistema político e por fim a “*policy*”, considerada como o conteúdo das políticas (SOUZA; FREY). Ainda no intuito de explicitar tal tríade Frey (2000, p. 216) detalha-nos:

FIGURA 1: ORGANOGRAMA POLICY ANALYSIS



FONTE: Organizado pela autora.

Tal divisão utilizada pela literatura para apontar as diferentes nuances da política pode ser válida na estruturação de pesquisas, como afirma Frey (2000, p.217), que em contrapartida ressalva que não se pode deixar de estar atento para a realidade política na qual as três dimensões são entrelaçadas e com influência mútua. Além de que unidas essas três dimensões da política formam uma orientação característica da “*policy analysis*”, “que visa responder o grau de influência das estruturas políticas

³⁵ Frey 2000: [...] Nos Estados Unidos, essa vertente de pesquisa da ciência política começou a se instituir já no início dos anos 50, sob o rótulo de ‘policy science’ (p. 214).

(*'polity'*) e dos processos de negociação política (*'politics'*) sobre o resultado material concreto (*'policy'*)” (FREY, 2000, p.219).

Ou seja, nos é necessário compreender que uma dada política pública que atinge a realidade social só se mostra com tal após passar por processos políticos dentro da própria estrutura política, onde os agentes interessados colocam à prova seus mais diferenciados tipos de capital, na busca por atingir seus anseios. Ao focarmos então no projeto Paralimpíadas Escolares, não estaríamos nos debruçando exatamente sobre uma política pública, mas sim sobre uma ação política, realizada sobretudo em parceria do CPB, com o CBDE, por meio de recursos previstos pela política pública conhecida como Lei Agnelo/Piva, esta que por sua vez, antes de atingir a realidade social, foi alvo de discussão dos agentes políticos, dentro da estrutura política.

Nesse sentido, em união à *policy analysis*, pontuamos a seguir outros conceitos específicos à área de estudos de políticas públicas, que nos auxiliarão na discussão das ações selecionadas para este estudo, entre elas está a *policy cycle* e o conceito de democracia delegativa.

2.1 POLICY CYCLE

A *policy cycle* se configura como peça fundamental da *policy analysis*, isso porque de acordo com Frey (2000, p. 226) este se revela como um modelo heurístico bastante interessante para análise da vida de uma política pública, tendo em vista suas várias fases, as quais correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase.

Tal modelo parte da concepção que a *policy* se estabelece por meio de fases, estas que são nomeadas por Frey (2000) em: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. A fim de compreender detalhadamente tais fases da *policy cycle*, destaca-se a seguir as cinco

de modo pormenorizado, juntamente do exercício de aproximação de tais etapas a algumas das ações selecionadas para esta pesquisa.

A primeira fase do ciclo se refere à percepção e definição de problemas, o que de acordo com Frey (2000) pode ocorrer por meio da percepção de um fato, pela primeira vez, como um problema político por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública. Contudo, geralmente são mídia e outras formas de comunicação social que dão certa visibilidade a um problema, ou '*policy issues*' - questões de política - de modo que através da convicção de que o problema em questão pode ser dominado política e administrativamente o mesmo torna-se um problema de '*policy*' (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, apud FREY, 2000). Nesse sentido, Godoy (2013) acrescenta que:

[...] os cidadãos, as organizações sociais, as instituições, movimentos sociais, organizações não governamentais e outros, passam a participar mais do processo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas visando expressar seus diversos interesses no sentido de assegurar que suas necessidades sejam atendidas. A partir da identificação destas questões e necessidades sociais, os esforços das organizações, da sociedade civil ou política e de outros se orientam no sentido de fazer com que sejam inseridos na agenda pública, levando o Estado a assumir o compromisso de se debruçar sobre tais temas. (GODOY, 2013, p. 39)

Visando então relacionar tal etapa da *policy cycle* à temática deste trabalho, podemos refletir a respeito do esporte, e mais especificamente o praticado pela pessoa com deficiência, isto é, ao pensarmos no desafio de promoção de esporte à pessoa com deficiência não se torna difícil compreender que tal demanda se configura como um problema passível de ser minimizado através da elaboração de políticas públicas específicas, ou mesmo abarcado ao esporte para pessoas sem deficiência.

Na sequência, apresenta-se como segunda etapa do ciclo político a *agenda setting*, esta que é a em que se avalia a entrada ou não do problema na pauta de discussão, e para tal se faz uma avaliação preliminar sobre custos e benefícios, bem como levantamento de chances de tal problema, projeto, se impor na arena política (FREY, 2000).

Na etapa em questão se evidencia a necessidade de capital político, bem como poder de influência dos agentes que desejam a entrada de um determinado problema na agenda de discussões. Exemplo pertinente a respeito dos requisitos mencionados,

com enfoque especial na temática desta pesquisa, apresenta-se através do aparato legal nº 8.672 de 1993 (Lei Zico)³⁶, este que não trazia menções diretas ao esporte praticado pela pessoa com deficiência, enquanto manifestação com suas especificidades, o que se altera após, por meio da lei nº 9.615 de 1998 (Lei Pelé)³⁷, quando enfim se faz menção clara ao esporte para a pessoa com deficiência, mudança esta que possivelmente possui ligações à criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no ano de 1995. Ou seja, por meio da reunião de interesses ligados ao esporte praticado pela pessoa com deficiência, de modo institucionalizado, os agentes envolvidos parecem ter tido força política suficiente para que a lei Pelé fizesse menção direta e objetiva ao grupo, garantindo-lhes direitos esportivos.

Já a elaboração de programas e de decisão se configuram como a terceira fase da *policy cycle*, sendo que é nesta em que são acordados entre os políticos mais influentes na política e na administração – após processo de conflito e de acordo – o mais apropriado modelo de ação futura através de um “programa de compromisso” (FREY, 2000). Assim, nessa etapa é definida a maneira como a *policy* será apresentada à realidade social, seja por meio de uma ação pontual, ou mais abrangente.

Refletindo em relação as ações selecionadas para este trabalho, especificamente o Bolsa Atleta e as Paralimpíadas Escolares, é possível exercitar minimamente uma aproximação delas à etapa de elaboração e decisão. Logo, quanto a primeira ação, pode-se classificá-la em política pública de Estado³⁸, na medida em que consolidou-se por meio de aparatos legais, não podendo ser facilmente encerrada, assim contando com uma abrangência considerável em termos de

³⁶ A Lei nº 8.672/1993, ficou conhecida como Lei Zico, devido a colaboração para a construção da mesma pelo ex-jogador de futebol Arthur Antunes Coimbra (Zico) e então secretário da recém criada Secretaria de Desportos da Presidência da República. Tal lei possibilitou uma abertura ao setor privado, com consequente redução de interferência do Estado no esporte, com ênfase no futebol, dentre outras mudanças no campo esportivo nacional. (BRASIL 1993)

³⁷ A Lei nº 9.615/1998 se tornou conhecida como Lei Pelé, devido ao envolvimento do ex-jogador de futebol, Edson Arantes do Nascimento, e então ministro do esporte na elaboração da mesma. A lei revogou a lei Zico (8.672/1993) e instituiu normas gerais sobre o desporto além de outras providências, buscando definir os princípios fundamentais, a natureza e a finalidade do desporto, os recursos, dentre outras questões pertinentes ao mesmo. (BRASIL, 1998)

³⁸ “[...] a política de Estado quando abordada de uma forma mais ampla, pode ser pensada enquanto uma política pública que na maioria das vezes deriva das diretrizes do Estado. Embora seja definida baseando-se na Constituição do país, suas leis, normativas e recomendações complementares, a política não é uma norma e nem um ato jurídico, no entanto, as normas e atos jurídicos são componentes da mesma. (GODOY, 2013, p. 41)

duração, porém com um alcance reduzido à população de modo geral, sem desconsiderarmos obviamente o público alvo de tal política pública. Já em relação à outra, as Paralimpíadas Escolares, esta que não se configura como política pública em si, mas que é desenvolvida pelo CPB por meio de recursos garantidos através de uma política pública (Lei Agnelo/Piva), ela se apresenta como sendo também uma ação de pequeno alcance, considerando-se o número de participantes atendidos³⁹, mas, assim como o Bolsa Atleta, conta com uma abrangência temporal que já ultrapassa sete anos de existência.

Como próxima etapa do ciclo político FREY (2000) aponta a implantação de políticas, esta que pode ser considerada aquela fase do *'policy cycle'* cuja encomenda de ação é estipulada na fase precedente à formulação das políticas e a qual, por sua vez, produz do mesmo modo determinados resultados e impactos de *'policy'* (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987, apud FREY, 2000). Tal fase se refere a concretização da *policy*, quando a política pública de fato atinge a população alvo, planejada durante as etapas anteriores e em especial a fase predecessora.

Quanto às ações pesquisadas neste estudo, relacionadas à etapa de implantação da política, referente ao programa Bolsa Atleta pode-se apontar a materialização de tal política pública por meio da concessão de bolsas, quando realmente o atleta pleiteante é beneficiado pela ação política. Já em relação as Paralimpíadas Escolares, sua implantação ocorre quando a competição é efetivamente desenvolvida, ou seja, após todas as etapas prévias ao evento em si.

Por fim, FREY (2000) aponta a avaliação de políticas e da correção de ação como sendo a etapa final da *policy cycle*, sendo que seria nesta em que se apreciariam os programas já implementados no tocante a seus impactos efetivos, tratando-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. Uma vez observado que as metas foram alcançadas o processo de avaliação pode levar a suspensão ou fim do ciclo político, e início desde a fase de percepção. Vale lembrar que o processo de avaliação não precisa e não deve ser realizado só ao fim do ciclo, mas também, se possível, ao longo de cada etapa. (FREY, 2000)

³⁹ Tendo em vista a garantia de participação apenas aos melhores de cada estado.

Em relação à esta última fase do ciclo político, naturalmente ocorre-nos exemplos ligados ao paradesporto e mesmo com a utilização das ações analisadas neste trabalho. Ou seja, pensar em avaliação de política pública no caso do programa Bolsa Atleta é descomplicado, já que tal *policy* possui um processo de avaliação contínuo que é alimentado pelos envolvidos ano a ano, seja em relação aos planos esportivos apresentados antes da concessão da bolsa, ou mesmo no que diz respeito à prestação de contas após os doze meses de recebimento dos proventos, de modo que tais artifícios suscitem informações para a revisão e melhoria do programa em si. Igualmente, em relação às Paralimpíadas Escolares se torna simples pensar em avaliação de *policy*, já que a cada final de edição o projeto é avaliado pelos participantes, sejam estes atletas/alunos, profissionais técnicos ou mesmo agentes da própria equipe de organização, o que evidencia-se por meio dos relatórios finais das edições⁴⁰ e que conseqüentemente fomenta alterações e aperfeiçoamento para a edição subsequente.

Cabe ressaltarmos por fim o conceito de perenidade, este que não está diretamente vinculado ao *policy cycle*, mas que dada a sua importância enquanto indicador de eficácia ou mesmo sucesso, de uma política pública em especial, pode nos fornecer base para compreendermos melhor as próprias políticas sob análise nesta pesquisa.

Nesse sentido, ao buscarmos a definição de perenidade concebida por diferentes dicionários, acepções como “qualidade de perene; continuidade; perpetuidade; característica daquilo que é perene; duradouro; infinito ou eterno; que permanece, tem continuidade;” dentre outras, foram encontradas. Ou seja, evidencia-se que a definição de perenidade está relacionada à durabilidade de algo, no caso deste estudo a busca se estabelece na tentativa de perceber se as ações e políticas públicas selecionadas possuem perenidade, o que de certo modo pode lhes conferir considerável sucesso, adequando-se desse modo tal conceito dentro da análise da política pública.

⁴⁰ A cada edição das Paralimpíadas Escolares é gerado um relatório, mesmo que em cada evento o nome atribuído a tal documento se altere, as informações disponibilizadas vão de encontro com o conceito de avaliação de política pública, da *policy cycle*, já que traz pareceres dos envolvidos e sugestões para melhorias futuras.

2.2 DEMOCRACIA DELEGATIVA

Na busca por compreender melhor uma política pública em específico, seja em relação à sua elaboração ou mesmo aplicação, se torna fundamental a compreensão não apenas de tal *policy* em si, mas também dos demais elementos que estão presentes no processo, seja o *polity* ou mesmo a *politics*, isto é, a percepção do campo no qual a política “nasceu”, por meio de quais processos políticos, pode fornecer-nos indícios a respeito das características e objetivos da *policy* em questão.

Por conseguinte, surge-nos conceitos relacionados à palavra delegativa ou delegativo. Como é o caso do modelo delegativo, apresentado brevemente por Souza (2006) enquanto um arquétipo político com forte tendência e aceitação pelas diferentes áreas políticas no país, não mostrando-se de modo diferente no caso da área esportiva, de maneira que se fez indispensável compreendermos tal modelo político e suas implicações, ou pelo menos as que são mais perceptíveis, no tocante ao campo político-esportivo.

Sintetizamos aqui o modelo delegativo como a transferência de funções que caberiam ao Estado realizar às entidades privadas, que as executam por meio do repasse de recursos públicos. O que de acordo com Souza (2006) ocorre, pois os governos buscam eficiência, influenciada pelo ajuste fiscal e o que chama de “novo gerencialismo público”, além de outros fatores, como os apontados a seguir:

A delegação para órgãos “independentes” nacionais, mas também internacionais, passou a ser outro elemento importante no desenho das políticas públicas. Mas por que os políticos (governantes e parlamentares) abririam mão do seu poder? A resposta estaria na credibilidade desses órgãos “independentes” devido à experiência técnica de seus membros e para que as regras não fossem, aqui também, submetidas às incertezas dos ciclos eleitorais, mantendo sua continuidade e coerência. (SOUZA, 2006, p. 35)

Visando ilustrar e tornar inteligível, Souza (2006) traz ainda alguns exemplos, relacionados ao caso brasileiro, no uso do modelo delegativo:

No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo. Fóruns decisórios como conselhos comunitários e Orçamento Participativo seriam os equivalentes políticos da eficiência. Apesar da aceitação de várias teses do “novo gerencialismo público” e da experimentação de delegação de

poder para grupos sociais comunitários e/ou que representam grupos de interesse, os governos continuam tomando decisões sobre situações-problema e desenhando políticas para enfrentá-las, mesmo que delegando parte de sua responsabilidade, principalmente a de implementação, para outras instâncias, inclusive não-governamentais (SOUZA, 2006 p. 36)

Outro conceito relacionado é o de democracia delegativa, este que foi criado por O'Donnell (1991) e que pode ser resumido à alteração no regime de administração do país, do militarista autoritário, para uma democracia não exatamente representativa. Nesse sentido, AKUTSU e PINHO (2002, p.732) enfatizam que nesse tipo de democracia:

O governante delegativo se apresenta acima dos partidos políticos e dos interesses organizados e das instituições, como o Congresso e o Judiciário, que se tornam "incômodos" na medida em que a idéia de prestação de contas (accountability) mostra-se como um impedimento à plena autoridade que o governante recebeu por delegação.

A democracia delegativa é praticada atualmente no Brasil, de modo que a população escolhe seus representantes, dando plenos poderes aos mesmos. No entanto, tem-se também a busca pelo alcance à democracia representativa, onde para além da simples delegação de poder aos representantes, há uma maior observação das promessas de campanha, bem como a necessidade de um *accountability* mais eficaz e transparente das ações dos governantes. (AKUTSU e PINHO, 2002)

Outro ponto importante, relativo ao item em discussão, refere-se a agilidade nas tomadas de decisões promovidas pelo regime democrático delegativo, assim, quanto a este fator Pessoa (2000, p.19) ressalta que apesar de em certo modo serem positivas, em muitos casos podem resultar em erros graves, que levem conseqüentemente a crises sequenciais, o que em se tratando de democracias representativas é algo mais incomum, devido ao processo decisório ser mais lento. Nesse sentido, se torna descomplicado o exercício de olhar para a realidade política nacional e perceber tais pressupostos, uma vez que na atual conjuntura política brasileira, onde tal democracia delegativa se materializa, é perceptível o imediatismo personificando-se através de medidas provisórias que são propostas incessantemente por nossos representantes.

Quanto ao campo político-esportivo, especificamente, a visualização do modelo delegativo, e da democracia delegativa discutida anteriormente, se faz na medida em

que o esporte se apresenta enquanto direito social, o que conseqüentemente o torna alvo de ações diretas ou mesmo indiretas dos organismos estatais, seja através da provisão de bens e serviços, ou mesmo da transferência de recursos financeiros a outros níveis de governos ou mesmo à iniciativa privada.

Em relação ao repasse de recursos estatais às instituições privadas, pode-se encará-lo como um caso de descentralização da ação governamental no Brasil. Mecanismo político que é discutido por Ribeiro (2009) e, que destaca dentre outros pontos, a pressão exercida na agenda pública por projetos que buscavam reformar o Estado nos anos 90. O que de acordo com a autora promoveram “transformações políticas e institucionais do padrão de intervenção estatal desenvolvimentista, de novas relações federativas, de novas relações do governo com o mercado e com a sociedade, na produção de políticas públicas”, mudanças estas que acabaram por alterar a forma também de promover o esporte no país.

Nesse sentido, percebemos o modelo delegativo expresso por meio da transferência de funções por parte do Estado, incorporado na figura do Ministério do Esporte (ME), este que delega às instituições que organizam o esporte no Brasil, a sua gestão e promoção, sendo que as duas principais são o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), de modo que cada uma realiza seu papel orientado a um público em específico, sendo para pessoas sem e com deficiência, respectivamente.

Ao pesquisar a respeito do ME e suas atribuições, é possível perceber no site do órgão⁴¹, que este se declara como responsável pela construção de uma Política Nacional de Esporte; pelo desenvolvimento do esporte de alto rendimento; bem como por ações de inclusão social através do esporte visando garantir à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano; (BRASIL, 2015g). Deste modo, mesmo com a delegação de gestão e promoção do esporte ao COB e ao CPB, o ME não se abstém, de por conta própria e mesmo por meio de parcerias, realizar a promoção de esporte por meio de políticas públicas específicas, programas e ações políticas. Alguns exemplos destas ações do ME são: o Programa Bolsa-A atleta; o Plano Brasil Medalhas; a Rede Nacional de Treinamento; a Lei de Incentivo ao Esporte; Centro de Iniciação ao Esporte; Segundo Tempo; Atleta

⁴¹<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio> (2015g).

na Escola; Esporte da Escola; Esporte e Lazer da Cidade (PELC); dentre outros. (BRASIL, 2015g)

Todavia, mesmo com as ações desenvolvidas de modo direto por meio do ME, o COB e CPB, entidades privadas e sob gestão de pessoas jurídicas, desenvolvem esporte no país, conjuntura tal que poderíamos chamar de política de estado, já que ao delegar funções à instituições bem desenhadas, “independentes” do jogo político e fora da influência dos ciclos eleitorais, se alcançaria políticas coerentes e com continuidade (SOUZA, 2006, p.35). Enfim, como alvo desta pesquisa, apresentamos nos capítulos seguintes uma análise específica de algumas das ações do CPB, em conjunto do ME, com enfoque no paradesporto educacional, visando perceber se o modelo delegativo se apresenta de forma eficaz na promoção de esporte à pessoa com deficiência no país.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE PRATICADO PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Tal capítulo teve por intuito a discussão de alguns conceitos fundamentais ao entendimento da pessoa com deficiência, mais especificamente em relação à nomenclatura adequada ao se referir à mesma, bem como o esporte praticado por ela. Desse modo, são tratados, nos parágrafos seguintes, questões puramente conceituais, a fim de situar o leitor e possibilitar uma compreensão dos assuntos abordados.

No entanto, se torna importante salientar que para além da abordagem de concepções, foi também alvo de esforço da pesquisadora neste capítulo, a discussão sobre algumas das principais instituições responsáveis pela promoção de esporte à pessoa com deficiência, bem como suas relações, o que não se torna ação dispensável uma vez que tal compreensão possibilita um olhar mais amplo sobre os projetos e ações que se tornaram alvo de análise desta pesquisa.

Iniciamos então pela discussão sobre a utilização do termo correto, para referir-se ao indivíduo que possui algum tipo de deficiência, o que se configura como algo indispensável e de caráter primário a ser esclarecido nesta dissertação, pois ao tratar-se especificamente deste público é fundamental o conhecimento da maneira correta de dirigir-se a eles, atribuindo-os assim dignidade e respeito.

Historicamente, tal termo passou por inúmeras alterações ao longo dos anos, pois, de tempos em tempos organizações voltadas à inclusão social, bem como os próprios interessados, se mobilizaram para adequar tal nomenclatura de modo a se tornar cada vez mais digna e condizente com os desejos de tal população. Nesse sentido, Sasaki (2005) aponta que:

[...] “jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência”. (SASSAKI, 2005, p.1)

Em breve explanação a respeito da evolução da nomenclatura destinada à pessoa com deficiência, Sasaki (2005) demonstra ainda que estes já foram

chamados por: inválidos; incapacitados; defeituosos ou deficientes; excepcionais; pessoas deficientes; pessoas portadoras de deficiências; pessoas com necessidades especiais; pessoas especiais; portadores de direitos especiais; e pessoas com deficiência;

Quanto à nomenclatura legal em vigor atualmente, conta-se com o termo “Pessoa com Deficiência” (PcD), este que foi promovido por meio da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cuja assinatura se deu em Nova York, no ano de 2007, mas com promulgação no Brasil via decreto de número 6.949, apenas em 25 de agosto de 2009. Em relação à definição da PcD o artigo 1º do decreto citado anteriormente define que são:

[...] “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2007b)

Sendo assim, a utilização do termo pessoa com deficiência demonstra a atribuição de valor ao processo de reformulação da nomenclatura e o conseqüente empoderamento da pessoa com deficiência ao ser chamada por meio do nome pelo qual lutou.

Prosseguindo, quanto ao esforço de buscar discutir o esporte praticado pela pessoa com deficiência, se apresenta anteriormente como medida necessária, a consideração do conceito do fenômeno esportivo, ainda que de modo sucinto.

Nesse sentido, muitos autores têm na busca pela definição de esporte sua intenção de estudo, visando conceituá-lo de modo objetivo. Missão difícil! Haja visto que se trata de um complexo fenômeno social presente na vida de todos. Mesmo daqueles que sequer praticaram uma única vez, alguma modalidade esportiva ao longo de toda sua vida. Assim sua complexidade é tamanha que ainda hoje não há para ele uma única e suficiente definição.

Logo, o esporte se apresenta como um conceito polissêmico, dada a sua característica de ser entendido a partir de diferentes dimensões, seja a dimensão de rendimento, educacional, lazer ou formação, como prevê a legislação esportiva

brasileira⁴². Nesse sentido, conceituá-lo se torna algo complexo de se realizar, sendo então nosso intento aqui de apresentar e discutir algumas definições e conceitualizações pertinentes a esse estudo.

A primeira definição de esporte que tratamos aqui é a de Betti (1991), que apresenta o esporte como “uma ação social institucionalizada convencionalmente regrada, que se desenvolve com base lúdica em forma de competição entre duas ou mais partes oponentes ou contra a natureza, cujo objetivo é, através de uma comparação de desempenhos, designar o vencedor ou registrar o recorde”. Esse conceito de esporte, engloba diversos quesitos que de acordo com o autor se fazem presentes no âmbito esportivo, o que de forma geral o caracteriza como tal, ou seja, para ser esporte a atividade deve ser institucionalizada, com regras, partindo do lúdico mas com cunho competitivo, envolvendo duas ou mais pessoas, ou equipes, podendo até ser realizado contra a natureza, sendo esta um oponente ao atleta – como é o caso dos esportes de aventura – e por fim se caracteriza pela comparação de performance onde há o melhor e conseqüentemente vencedor, podendo estabelecer recordes ou não.

Já Marchi Jr. (2008, p.15) compreende o esporte contemporâneo como um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contextos socioculturais, em constante desenvolvimento, e em franco processo de mercantilização, profissionalização e espetacularização. Definição esta que observa o esporte como resultado de um processo histórico, e determinado pelo contexto sociocultural em que se insere, objeto a ser analisado, e então de acordo com os processos pelos quais passa, como os citados: mercantilização, profissionalização e espetacularização, é possível adequá-lo ao mote dos esportes, ou seja, se uma dada atividade física é utilizada como produto passível de venda, pode ser profissionalizada e espetacularizada via mídias, por exemplo, então esta atividade pode ser considerada um esporte.

Por meio de Coakley (2014), tem-se a última definição para o esporte escolhida para breve discussão neste estudo, definição tal que apresenta o esporte como sendo as “atividades competitivas institucionalizadas que envolvem grande dedicação física ou uso de habilidades físicas relativamente complexas pelos participantes, motivados

⁴² Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). (BRASIL, 1998)

por recompensas internas e externas”. Ou seja, tal conceitualização pode nos parecer mais satisfatória ao pensarmos no esporte paralímpico, por exemplo, uma vez que ao pensarmos em esporte para a pessoa com deficiência nos deparamos com algumas modalidades em que quase não há atividade física, como o exemplo da Bocha, onde os atletas que se utilizam de auxiliares não realizam movimentos físicos por si só, mas onde as atividades cerebrais são deveras solicitadas.

Quanto ao conceito de esporte praticado pela pessoa com deficiência em específico, ao deparar-se com estudos relacionados à tal temática e público, muitos são os nomes atribuídos a tal fenômeno, sendo que os de maior frequência encontrados são: desporto/esporte adaptado, paradesporto e esporte paralímpico/paraolímpico⁴³. Nesse sentido, é de fundamental importância esclarecer as diferenças existentes entre os três termos apontados, isto porque situar o leitor quanto ao tipo de esporte a que se está sendo feita menção é essencial à compreensão deste estudo.

Deste modo, destrinchando-se a tríade de conceitos e iniciando-se pelo desporto/esporte adaptado, WINNICK (1990) e ARAÚJO (1997) apontam como sendo o esporte modificado ou especialmente criado para suprir as necessidades das pessoas com deficiência. Desse modo, ou parte-se de modalidades esportivas de conhecimento popular e adapta-as ao público de pessoas com deficiência, mantendo sua essência, mas possibilitando a prática, ou, se cria uma modalidade totalmente nova, sem semelhanças e referências em outra.

Alguns exemplos de desporto/esporte adaptados seriam o voleibol sentado, futebol de cinco ou sete, basquete em cadeira de rodas, dentre outros. Já em relação à criação de um esporte específico para a pessoa com deficiência, o *Goalball* surge-nos como o exemplo mais claro e de sucesso a ser utilizado, pois se encaixa exatamente em tal definição. Pois foi criado sem basear-se em nenhum outro esporte, sendo único e autêntico, visando atender as necessidades de prática esportiva exclusivamente de deficientes visuais, onde o intuito é efetuar gols utilizando-se de

⁴³“Paraolímpico” refere-se à nomenclatura utilizada no Brasil anteriormente à alteração do termo “paraolimpíadas” para “paralimpíadas”, modificação esta realizada para estar em conformidade com a terminologia utilizada no restante do mundo. Tal mudança ocorreu ainda no ano de 2013, mas muitos ainda se utilizam de tais termos com a inclusão da letra “o”, no entanto, no decorrer deste texto nos utilizaremos da nomenclatura já atualizada, isto é, sem a adição do “o”.

uma bola com guizos, por meio de arremessos exclusivamente realizados com as mãos.

Já em relação ao termo paradesporto, que é comumente utilizado, mas que não conta com significativa definição na literatura, não é difícil pensar na hipótese de que assim como o termo olímpico se adaptou ao paralímpico, o termo esporte se adaptou ao paradesporto, adaptações estas de natureza gramatical, que nada mais buscam do que contemplar, ou mesmo referir-se especificamente a prática desportiva de uma dada população.

Nesse sentido, especificamente em relação ao sufixo “para”, comumente utilizado para referir-se a atividades e questões voltadas à pessoa com deficiência, Cidade e Freitas (2009) apontam seu uso na busca por referir-se à paraplegia, uma vez que o Dr. Guttmann, um dos responsáveis pela inserção do esporte à pessoa com deficiência, teria ambicionado que os jogos realizados em paralelo às olimpíadas se chamassem “*The olympics of the Paralyzed*”, contudo, frente à expectativa de participação de outros tipos de deficiência o nome foi rejeitado. Nesse sentido, (CONDE et al., 2006) aponta ainda que a palavra “paraolímpico” era originalmente uma combinação de paraplégico e olímpico, entretanto, com a inclusão de outros grupos de pessoas com deficiência, e a união das associações ao movimento olímpico, ela teria tomado outra conotação.

Porém, há ainda outra teoria apontada para o uso do sufixo “para”, que estaria relacionado à preposição grega, que dá o significado ao mesmo de “ao lado”, conotando o sentido de paralelo, de modo que os Jogos Paralímpicos seriam então uma competição que se realiza paralelamente aos Jogos Olímpicos, desde 1960, implicando assim na coexistência dos dois eventos esportivos. (MARQUES et. al. 2009)

Nesse sentido é possível concluir que o termo paradesporto está voltado especificamente ao público de pessoas com deficiência, configurando-se como o esporte praticado por essa camada da população, diferenciando-se do termo esporte, ou esporte convencional, isto é, aquele que conta com praticantes que não possuem deficiências.

Em relação ao terceiro e último termo de frequente encontro na literatura referente a temática, esporte paralímpico, pode-se resumir às práticas esportivas que

se encontram dentro dos Jogos Paralímpicos, ou seja, remete-se à prática de uma das vinte modalidades de verão e cinco de inverno do programa paralímpico, tornando-se acessível apenas a pessoas que se enquadrem nos critérios de classificação, indicados como elegíveis para as disputas. (WINCKLER, 2012, p. 17). Nesse sentido, Reis (2014) afirma que podemos considerá-lo como não acessível a toda a população, uma vez que apenas quem apresenta bons resultados e se enquadra dentro de uma determinada classificação pode participar do referido tipo de esporte.

Ponderando ainda a respeito do esporte praticado pela pessoa com deficiência, se mostra essencial o conhecimento resumido da história e evolução do mesmo. Logo, no que diz respeito à inserção da pessoa com deficiência no mundo dos esportes especificamente, conta-se com relatos antigos, uma vez que Cidade e Freitas (2009) apontam a existência de clubes esportivos para pessoas surdas na Alemanha ainda em 1888. Na sequência, em 1918, na Alemanha, em outro relato tem-se a união de lesionados da 1ª Grande Guerra para a prática de esporte. No ano de 1922 é fundada a Organização Mundial de Esportes para Surdos (CISS), e conseqüentemente uma competição internacional, Os Jogos Silenciosos, ou como é conhecido atualmente *World Games for the Deaf* (WGD).

O surgimento da prática esportiva para pessoas com deficiência, obviamente, perpassa pela busca de lazer e atividade física, mas o principal fator motivador, e que traz à tona a importância da atividade física por meio dos esportes para esse público, seria a busca pela reabilitação, principalmente dos indivíduos com lesões vertebromedulares advindos das 1ª e 2ª Grandes Guerras Mundiais.

Nesse sentido, Cidade e Freitas (2009, apud MATTOS, 1990; VARELA, 1991) apontam a efetivação do esporte, como prática para pessoas com deficiência física, na Inglaterra, em 1944, por meio do médico, neurocirurgião e neurologista, Sir Ludwig Guttmann, no Hospital Stoke Mandeville, que insere as atividades esportivas como parte essencial do tratamento médico dos pacientes com lesão medular resultante do combate na 2ª Grande Guerra, cujo objetivo:

[...] naquele momento, era prioridade dos governos dos países envolvidos no conflito e também da classe científica, pois a expectativa e a qualidade de vida chamava atenção para a necessidade de estudos. Por outro lado, estes governos sentiam-se na obrigação de dar uma resposta à sociedade, no

sentido de estar fazendo alguma coisa para minimizar as adversidades causadas pela guerra. (ARAÚJO, 1997, p.8)

Assim, a união da prática esportiva ao processo de reabilitação, após o estudo pelo médico Guttmann, do gesto esportivo como forma terapêutica e também de integração social, desencadeia a prática desportiva entre as pessoas com deficiência (VARELA, 1991).

No entanto, a necessidade possivelmente de exposição de seu trabalho e consequente atração de olhares sobre a prática esportiva para pessoas com deficiência, seja por outros deficientes ou pelo próprio governo, fez com que em 1948 o Dr. Guttmann criasse os Jogos de Stoke Mandeville para paraplégicos, fato que simboliza o início das competições esportivas para pessoas com deficiência, uma vez que a partir dessa competição demais esforços são somados até culminar no estabelecimento e realização dos Jogos Paralímpicos posteriormente (CIDADE; FREITAS, 2009).

Assim, com a criação Jogos de Stoke Mandeville, que mais tarde se tornam Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (ISMG), foi possível também a criação da Federação Internacional de Stoke Mandeville, esta que por sua vez gerou exposição e atração de competidores advindos de hospitais ou centros de reabilitação nos quais o esporte se incluía também entre as atividades propostas. Então, com a demanda por espaço para sediar as edições do ISMG e também a busca por contemplar as diferentes modalidades esportivas, que extrapolariam o arco e flecha presente na primeira edição dos jogos, ampliando ao atletismo, esgrima, sinuca, tênis de mesa, basquetebol sobre rodas, natação, entre outros, surge o auxílio de outras instituições ligadas ao movimento, como a Federação Mundial de Veteranos de Guerra, que se responsabilizaram financeiramente pelos jogos, auxiliando as equipes que se destinavam ao evento, com acomodações e alimentação. (CIDADE; FREITAS, 2009).

Já na edição de 1955 do ISMG foram tomadas decisões pelos organizadores juntamente ao Dr. Guttmann, visando difundir o movimento esportivo aos países que não possuíam conhecimento sobre ele, o que gerou a criação da *British Paraplegic Sport Endowment Fund*, com a intenção de tornar os Jogos de Stoke Mandeville em uma fundação para angariar recursos financeiros e possibilitar a continuidade e progresso internacional do esporte para deficientes físicos. Por fim, a presidência de

tal fundação é aceita pelo cirurgião Arthur Porrit, medalhista de ouro nos jogos olímpicos e membro do Comitê Olímpico Internacional (COI). A partir de então, os esforços de tal presidente somados aos do Dr. Guttmann se guiaram para a realização dos ISMG juntamente às Olimpíadas. Então, por meio da realização dos Jogos Olímpicos de Roma que abarcaram os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville se dá início a parceria.

Logo, com o estabelecimento da parceria e a realização dos Jogos Paralímpicos enquanto evento agregado aos Jogos Olímpicos, Araújo (1997) aponta o crescimento do número de participantes a cada edição dos Jogos Paralímpicos o que leva à necessidade de uma nova configuração para a realização deste. Assim, em 1982 é fundado o Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes a nível Mundial (ICC), contudo, devido ao anseio e a busca crescente de equiparação com o movimento olímpico internacional em 1989 o ICC torna-se o Comitê Paralímpico Internacional (IPC⁴⁴), cujo os objetivos eram:

Dar assistência na coordenação dos Jogos Paraolímpicos; dar assistência na coordenação e supervisão de Jogos Regionais, Mundiais e Campeonatos, como a única organização de múltiplas deficiências. Em complemento a isso busca: coordenar o calendário de competições regionais e internacionais; integrar esportes para atletas com deficiência com movimento internacionais de esporte para atletas não deficientes, ligados ao Comitê Olímpico Internacional e dar assistência e encorajar programas educacionais e de reabilitação, pesquisas e atividades promocionais. (ARAÚJO, 1997, p.13)

Quanto à nomenclatura, Paralimpíadas evoluiu do termo *“The olympics of Paralyse”*, sugerido pelo Dr. Guttmann, mas frente à participação de outros tipos de deficiência, se chega ao termo *“Olympics Games for the Disabled”*, que é finalmente substituído por *“Paralympics Games”* (CIDADE; FREITAS, 2009).

Enfim, sistematicamente é a partir de Seul (1998) que os Jogos Paralímpicos passam a ser realizados no mesmo local dos Jogos Olímpicos, o que demonstra a estabilização do evento, enquanto movimento paralelo, de modo que os países interessados a se candidatarem como sede das Olimpíadas já possuem o conhecimento do evento voltado às pessoas com deficiência, que deve ser encarado como uma espécie de extensão dos Jogos Olímpicos.

⁴⁴ International Paralympic Committee (IPC, 2015)

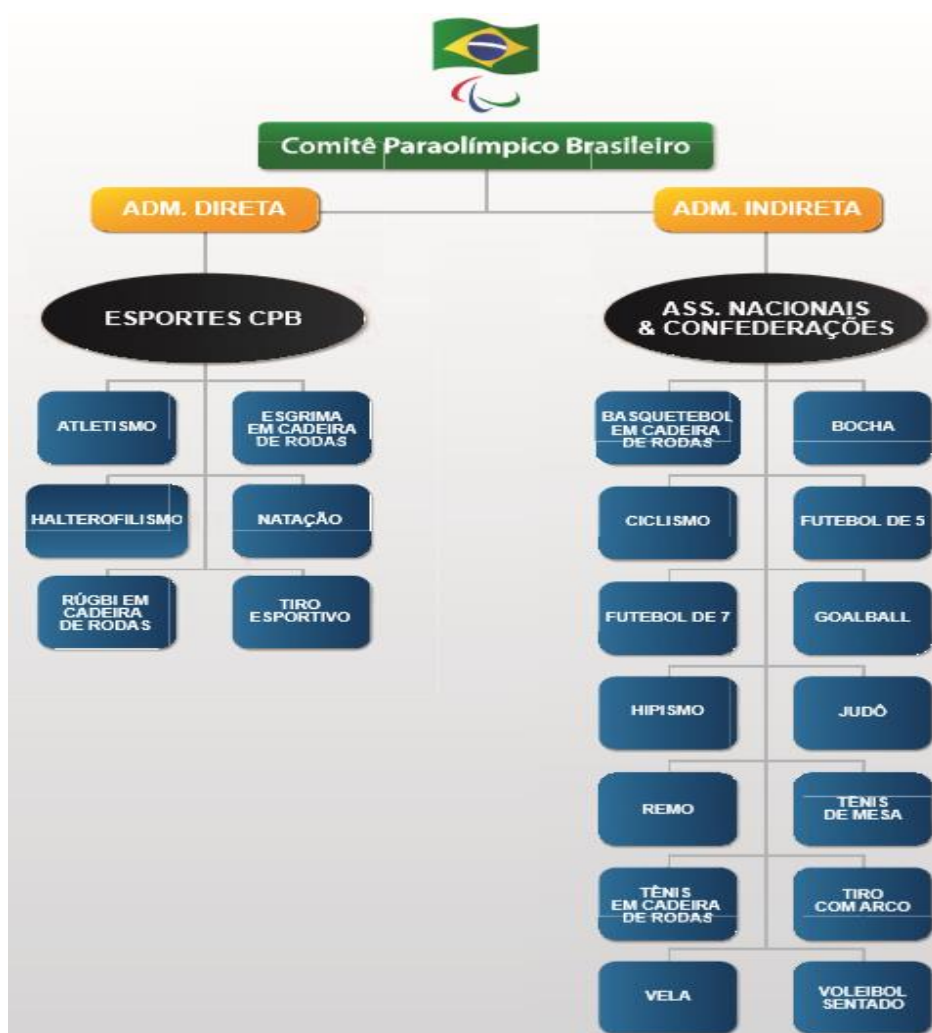
3.1 INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL

Frente à conquista de espaço no cenário esportivo mundial, por meio da realização dos Jogos Paralímpicos em conjunto aos Jogos Olímpicos, o esporte paralímpico ambicionou, assim como o esporte convencional, por instituições que o fomentasse e o mantivesse vivo, seja com fins nas Paralimpíadas, seja para a realização das demais competições e ações que estimulassem a prática paradesportiva.

Nesse sentido, atendo-se ao paradesporto, a instituição que representa e lidera o movimento paralímpico brasileiro, desde o dia 9 de fevereiro de 1995, buscando a promoção e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência é o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2016), este que dentre outras atribuições, é o órgão responsável por manter diálogo com a entidade máxima dirigente do esporte paralímpico no âmbito mundial, o International Paralympic Committee (IPC).

A especificidade do esporte praticado pela pessoa com deficiência se estende também à sua organização no Brasil, questão esta que foi amplamente explorada por Reis (2014), que esclarece-nos acerca da dupla função exercida pelo CPB, que além de possuir função estratégica de condução do movimento paralímpico no país, dialogando com o IPC, também realiza a gestão direta de seis das modalidades paralímpicas, sendo elas o atletismo, natação, halterofilismo, esgrima, rúgbi em cadeira de rodas e o tiro esportivo. As demais modalidades são organizadas por associações nacionais e confederações, possuindo a administração indireta do CPB. Um esquema que resume tal organização está expressa na figura a seguir:

FIGURA 2: ORGANOGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO



FONTE: Planejamento Estratégico do Esporte Paralímpico Brasileiro 2010 – 2016 CPB (CPB, 2010).

O trabalho em regime de total parceria com as áreas técnicas das associações e confederações nacionais filiadas e vinculadas ao CPB (CPB, 2016) é destacado pela instituição no tópico princípios, disponível em seu *website*⁴⁵, onde está apontada também a busca pela valorização da convergência de objetivos em prol do desenvolvimento de todo o segmento esportivo paralímpico brasileiro (CPB, 2016b). Assim, no Planejamento Estratégico do CPB (CPB, 2010) é possível visualizar outro esquema que ilustra tal regime de trabalho:

⁴⁵ www.cpb.org.br

FIGURA 3: ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DE TRABALHO, EM REGIME DE PARCERIA, DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO



FONTE: (CPB, 2010)

A figura 3 exibe as entidades filiadas e parceiras do CPB, sendo que as entidades parceiras são aquelas que possuem duas frentes de trabalho, o esporte olímpico e o paralímpico, concomitantemente. Relativo às entidades parceiras, Reis (2014) aponta o interesse financeiro como um dos fatores que levam os gestores das entidades esportivas a adotarem o esporte paralímpico, uma vez que a destinação de verba ao trabalho com a modalidade paralímpica atualmente, segundo o autor, é considerável e atraente.

Ainda de acordo com Reis (2014, p. 47), as entidades parceiras, que não trabalham exclusivamente com o esporte paralímpico, correspondem a uma das três formas das modalidades esportivas estarem distribuídas no cenário paralímpico brasileiro atual, sendo que a primeira diz respeito às modalidades que têm o IPC não só como órgão máximo, mas também como Federação Internacional. A segunda forma seria as modalidades que são geridas por Federações Internacionais específicas das modalidades paralímpicas, e por fim, a que já citamos anteriormente, as modalidades esportivas que respondem as entidades que também trabalham com as modalidades olímpicas.

As entidades filiadas e parceiras do CPB recebem repasses de recursos financeiros da mesma, contudo não é possível encontrar no site da instituição - nem é o intuito desta pesquisa uma vez que demandaria muito mais esforço e tempo - os valores repassados à cada instituição que desenvolve o esporte paralímpico no Brasil, bem como a fonte de tais recursos, de modo pormenorizado. No entanto, é possível encontrar no site do CPB algumas informações, que mesmo estando desatualizadas e sendo de difícil compreensão, são capazes de nos fornecer bases para depreendermos, minimamente, a fonte e destinação de recursos desfrutados pelo CPB.

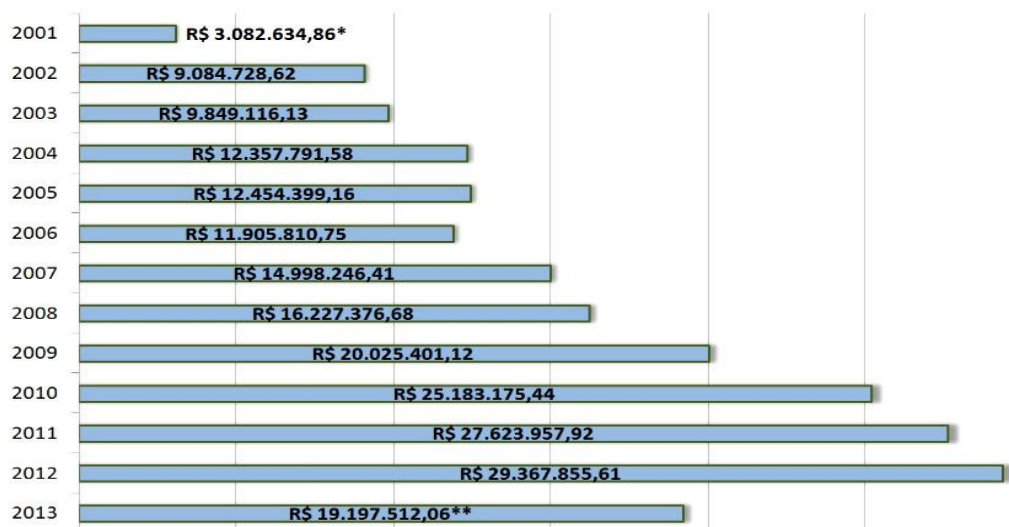
Nesse sentido, quanto a principal fonte dos valores de que dispõe o CPB, sem a descrição do montante, está indicada no site da instituição a recepção de recurso substancial advindo da Lei Agnelo/Piva. Esta será discutida de modo mais elucidativo no capítulo seguinte, referente às políticas públicas para o paradesporto brasileiro, mas que em suma refere-se ao repasse de 2,7% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares (BRASIL, 1998) ao COB e ao CPB.

Visando apenas ilustrar a evolução, no que se refere ao recebimento de recursos financeiros exclusivos da Lei Agnelo/Piva, apresenta-se a seguir por meio do gráfico 1, retirado do site oficial dos Jogos Olímpico/Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016⁴⁶:

⁴⁶ Tendo em vista que o gráfico 1, exposto a seguir, traz informações referentes a anos anteriores, ao analisa-la é necessário levar em consideração a inflação/ano, o que pode gerar a falsa impressão de que por exemplo o repasse realizado em 2002 foi muito inferior ao do ano de 2012 por exemplo.

GRÁFICO 1: VALORES REPASSADOS AO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB), ATRAVÉS DA LEI AGNELO/PIVA, DO ANO DE 2001 A 2013

Valores repassados para o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) pela Lei Agnelo/Piva



* Valores referentes ao período de agosto a dezembro

** Valor relativo ao período entre janeiro e julho

Total: R\$ 211.358.006,34

FONTE: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva> (CPB, 2016b).

O CPB indica ainda, em seu site, um convênio firmado entre a instituição e o ME no ano de 2013, no valor de R\$38.834.471,85, recursos estes que seriam utilizados a fim de contemplar as modalidades de atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, esgrima, futebol de 5 (cegos), futebol de 7 (paralisados cerebrais), goalball (cegos), halterofilismo, judô, natação, rúgbi em cadeira de rodas, remo, vela, tiro esportivo e vôlei sentado (CPB, 2016).

Ainda, em conjunto aos recursos já citados, o CPB também teria tido contrato de patrocínio com a Caixa Econômica Federal (CEF), a qual segundo o próprio comitê teria investido R\$120 milhões de reais até o ano de 2016, dividindo-se o montante no incentivo à 13 modalidades paralímpicas e o restante no apoio individual a cerca de 50 atletas, resultando numa média de R\$30 milhões por ano até os Jogos Paralímpicos do Rio-2016 (CPB, 2016).

Outras fontes de recursos, porém mais pontuais são apontadas pelo CPB, tais como a chamada "Time São Paulo", que se estabeleceu por meio de parceria com o Governo do Estado de São Paulo, que repassou no ano de 2013, o orçamento de R\$5 milhões para atender 36 atletas de alto nível vinculados ao estado em questão. E por fim, outra parceria indicada pelo CPB se efetivou com a Prefeitura do Rio de Janeiro,

por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), onde o objetivo seria dar condições de treinamento de alto nível e infraestrutura para um grupo de 24 atletas, com o montante de R\$2,2 milhões investidos no ano de 2013 (CPB, 2016).

A discriminação das informações referentes ao montante de recursos que é destinado a cada instituição filiada ou parceira, bem como a forma de aplicação destes seria fundamental para se ter certeza ou não do cumprimento da aplicação, por exemplo, dos 10% referente ao esporte educacional. Nesse sentido, apenas é possível encontrar no site do CPB⁴⁷, os valores e seu percentual de investimento (tabela 2), dividindo-se por área de aplicação, o que meramente sugere-nos que a lei vem sendo cumprida, mas sem exatamente sabermos por quais ações e programas, bem como os valores utilizados por eles.

⁴⁷ Na aba receitas, referente à gestão de recursos. (CPB, 2015b).

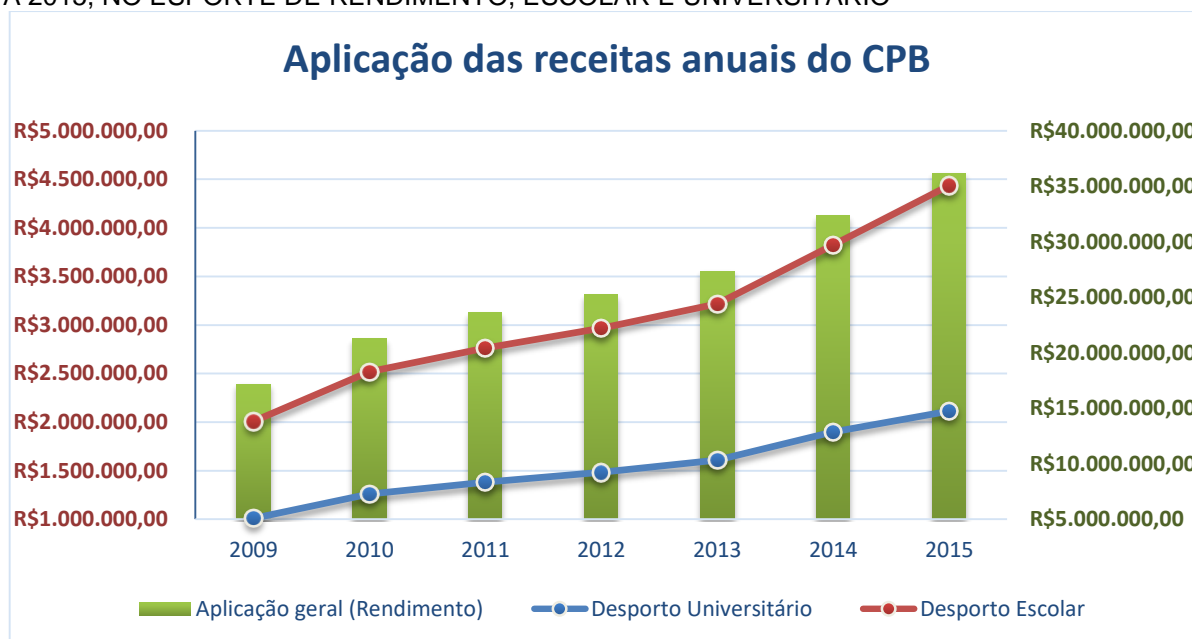
TABELA 2: VALORES E PERCENTUAIS DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO CPB, DO ANO DE 2009 A 2015

ANO	ÁREA DE APLICAÇÃO	TOTAL	%
2009	Desporto Escolar	R\$ 2.008.100,01	9,99%
	Desporto Universitário	R\$ 1.011.213,61	5,00%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 17.190.642,39	85,01%
	TOTAL	R\$ 20.209.956,01	100%
2010	Desporto Escolar	R\$ 2.518.104,34	10,04%
	Desporto Universitário	R\$ 1.259.052,25	5,03%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 21.300.886,74	84,99%
	TOTAL	R\$ 25.078.043,33	100%
2011	Desporto Escolar	R\$ 2.763.545,15	9,96%
	Desporto Universitário	R\$ 1.381.772,31	4,98%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 23.593.133,02	85,07%
	TOTAL	R\$ 27.738.450,48	100%
2012	Desporto Escolar	R\$ 2.966.406,68	10%
	Desporto Universitário	R\$ 1.483.203,10	5%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 25.213.956,38	85,00%
	TOTAL	R\$ 29.663.566,16	100%
2013	Desporto Escolar	R\$ 3.217.445,12	10%
	Desporto Universitário	R\$ 1.608.722,32	5%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 27.348.782,78	85%
	TOTAL	R\$ 32.174.950,22	100%
2014	Desporto Escolar	R\$ 3.873.440,14	10%
	Desporto Universitário	R\$ 1.936.719,82	5%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 32.924.240,09	85%
	TOTAL	R\$ 38.734.400,05	100%
2015	Desporto Escolar	R\$ 4.286.042,20	10%
	Desporto Universitário	R\$ 2.143.020,36	5%
	Aplicação geral (Rendimento)	R\$ 36.431.358,82	85%
	TOTAL	R\$ 42.860.421,38	98,50%

FONTE: Compilado de dados obtidos no site do CPB, organizados pela autora (Agosto/2016).

Em análise à tabela 2, é possível constatar o cumprimento, por parte do CPB, no que diz respeito ao investimento de 10% no desporto escolar, inclusive é notório também o incremento no montante de recursos aplicados ano a ano pela instituição, situação não exclusiva apenas ao desporto escolar (educacional), ou seja, anualmente o valor total destinado às três áreas de aplicação apresentadas sofreram alterações positivas, como é ilustrado pelo gráfico abaixo:

GRÁFICO 2: DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS ANUALMENTE PELO CPB, DE 2009 A 2015, NO ESPORTE DE RENDIMENTO, ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO



FONTE: Compilado de dados obtidos no site do CPB, organizados pela autora (Agosto/2016).

Mas, como mencionado anteriormente, não há uma discriminação clara das fontes, bem como a efetiva aplicação de tais recursos financeiros, o que torna o trabalho do pesquisador árduo e complexo, dificultando a dedução a respeito de sucesso, ou mesmo fracasso de um dado programa, isso se o fator de análise for o financiamento. Dificuldades estas que se justificam na medida em que o uso da pesquisa documental possui suas falhas e lacunas, principalmente no que se refere ao uso de dados disponibilizados via *websites* institucionais, como o presente caso.

Ainda em relação à organização estrutural do paradesporto nacional, em união à destinação de recursos financeiros para a promoção do mesmo, tem-se um cenário e que o esporte paralímpico e o paradesporto de modo geral, parecem estar na mesma circunstância. Percebe-se uma conjuntura atual referente ao paradesporto nacional, no qual as modalidades ou as deficiências se organizam de forma não padronizada, de modo que cada instituição estaria livre a promover ou não a dimensão educacional, suscitando assim o entendimento de que não há uma instituição única que faça frente e organize o paradesporto educacional no Brasil.

Situação esta que não implica automaticamente na falta de objetivos do CPB para com o paradesporto educacional, já que contrariamente tal comitê aponta como missão, em seu *website*, a promoção da universalização do acesso das pessoas com

deficiência à prática esportiva em seus diversos níveis (CPB, 2016b), o que torna-nos implícita a intenção para com as outras dimensões que não a de rendimento apenas.

Logo, buscando preencher a lacuna referente à uma instituição que venha a orientar o desporto educacional, ou mais especificamente, mesmo que abarcado ao anterior, o paradesporto educacional, nos deparamos com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), esta que é uma entidade privada sem fins lucrativos, de caráter desportivo educacional, integrante do Sistema Nacional do Desporto, sendo órgão legítimo de representação Nacional de Administração do desporto educacional no ensino fundamental e médio, desde 2000 (BRASIL, 2015b, p. 3).

Indícios de seu trabalho para com o paradesporto educacional estão evidenciados em seu Estatuto, datado de 2015, onde a CBDE aponta em seu artigo 4º, referente às finalidades da instituição, o item a) “administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do desporto educacional em todos os níveis, inclusive o desporto educacional praticado por portadores de deficiências” (BRASIL, 2015b, p. 3), bem como no item o) “trabalhar em consonância com as Entidades Nacionais de Administração do Desporto, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Clubes (CBC), entre outros;” (BRASIL, 2015b, p. 4). Assim, as citações de trechos do estatuto da instituição deixam clara a intenção de trabalho também para com o esporte praticado por estudantes com deficiência, bem como evidencia o trabalho em união ao CPB.

Em relação a forma de trabalho da CBDE, é necessário esclarecer que este se constitui e organiza por meio das entidades estaduais de administração do desporto educacional (federações), por filiação direta, reconhecida como exclusivas entidades dirigentes do desporto educacional no âmbito dos Estados e do Distrito Federal (BRASIL, 2015b). No *website* da CBDE é possível encontrar a listagem das federações filiadas, bem como informações para contato com cada uma delas. A fim apenas de ilustrar, apresenta-se na figura a seguir (figura 4) a lista de federações filiadas à CBDE, bem como seu respectivo estado e sigla:

FIGURA 4: FEDERAÇÕES REPRESENTANTES DO DESPORTO EDUCACIONAL NO BRASIL E SEUS RESPECTIVOS ESTADOS.

Estado	Federação	Sigla
Acre	Federação Acreana do Desporto Escolar	FACDE
Alagoas	Federação Alagoana de Esportes Colegiais	FAEC
Amazonas	Federação Amazonense de Desporto Escolar	FADE
Amapá	Federação Amapaense de Desporto Escolar	FADE
Bahia	Federação Baiana de Esporte Escolar	FEBRE
Ceara	Federação Cearense de Desporto Escolar	FECEDE
Distrito Federal	Federação Regional do Desporto Escolar do Distrito Federal e Entorno	FRDEDF
Espírito Santo	Federação Capixaba de Desporto Escolar	FECADE
Goiás	Federação Goiana de Desporto Escolar	FGDE
Maranhão	Federação Maranhense Desporto Escolar	FEMADE
Minas Gerais	Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais	FEEMG
Mato Grosso	Federação Matogrossense de Desporto Escolar	FMDE/MT
Mato Grosso do Sul	Federação Escolar de Esportes do Mato Grosso do Sul	FEEMS
Pará	Federação Paraense de Desporto Escolar	FPDE
Paraíba	Federação Paraibana do Desporto Escolar	FPDE
Paraná	Federação do Desporto Escolar do Paraná	FDEPR
Pernambuco	Federação do Esporte Escolar de Pernambuco	FEDEPE
Piauí	Federação de Esportes Estudantis do Piauí	FEEPI
Rio de Janeiro	Federação de Esportes Estudantis do Rio De Janeiro	FEERJ
Rio Grande do Norte	Federação Norte Riograndense de Desporto Escolar	FNDE
Rio Grande do Sul	Federação do Desporto Escolar do Rio Grande Do Sul	FDERS
Rondônia	Federação Rondoniense de Desporto Escolar	FRDE
Roraima	Federação de Desporto Escolar do Estado de Roraima	FEDEER
Santa Catarina	Federação Catarinense de Desporto Escolar	FCDE
São Paulo	Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo	FEDEESP
Sergipe	Federação Sergipana de Desportos Escolares	FSDE
Tocantins	Federação Tocantinense de Desporto Escolar	FTDE

FONTE: (BRASIL, 2016b)

Por meio da figura 4, que apresenta um total de 27 federações filiadas à CBDE, sendo que 26 representam unidades federativas e o remanescente o Distrito Federal, é possível perceber que cada estado do país possui representatividade do desporto educacional, por meio de federações que se filiaram à CBDE. Tal panorama demonstra uma forte ação da instituição no que se refere à representatividade escolar, contudo, não é evidente as ações que o CBDE desenvolve, voltadas ao paradesporto educacional, seja individualmente, por meio das federações ou através de parceria com o próprio CPB, uma vez que ao pesquisar no site da confederação⁴⁸ e mesmo no site do CPB pouco ou nada foi encontrado a este respeito.

⁴⁸ <http://www.cbde.org.br/index.php> (2015b).

A única referência à parceria entre as duas instituições, só foi localizada por meio da utilização do campo pesquisa do site do CPB, onde ao ser buscada a palavra “CBDE” uma reportagem com o título: “Presidente do CPB recebe dirigentes da CBDE em Brasília” foi encontrada, com data de 21 de maio de 2013, a matéria refere-se à parceria para a execução de uma competição escolar:

As entidades discutiram parcerias em cima do decreto nº 7984/2013 da Lei Pelé, sancionada em 1998, que trata da realização dos Jogos Escolares Paralímpicos. O presidente da CBDE quer estreitar os laços com o CPB. “Temos um contato muito positivo com o Comitê Paralímpico Brasileiro. Queremos colher frutos dessa nova parceria e ajudar na revelação de novos talentos”, ressaltou o dirigente. Além das Paralimpíadas Escolares, o CPB trabalha com garotos no Clube Escolar Paralímpico. O programa tem o objetivo de promover a prática esportiva formal para crianças e jovens com deficiência, matriculadas em instituições de ensino formal. (CPB, 2013b)

Enfim, o trabalho em conjunto previsto pelo decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013⁴⁹ parece ocorrer entre o CPB e o CBDE, bem como a realização de uma programação definida para a destinação dos 10% designado ao desporto educacional (BRASIL, 2013), no entanto, devido a ausência de informações e clareza na divulgação delas relacionadas a este assunto não se torna possível discutir e apresentar de forma exata como o CBDE influencia nas ações de paradesporto educacional do CPB e vice versa, ou ainda especificamente no apoio financeiro ou não à realização das Paralimpíadas Escolares.

⁴⁹ §2º O esporte escolar pode ser praticado em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã, realizados por:

I - Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE, Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU, ou entidades vinculadas, e instituições públicas ou privadas que desenvolvem programas educacionais; e

II - Instituições de educação de qualquer nível (BRASIL, 2013).

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARADESPORTIVAS E A INSERÇÃO DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES NO CENÁRIO PARADESPORTIVO BRASILEIRO

O esporte paralímpico possui suas especificidades, seja em relação ao uso de equipamentos adaptados, aos centros de treinamento, aos sistemas de classificação, e mesmo em relação à média de idade dos atletas paralímpicos. Nesse sentido, Reis (2014) reforça que a especificidade se torna importante no que se refere à elaboração de políticas públicas para o esporte, uma vez que o fomento eficaz perpassa pela adequação à dimensão esportiva alvo, mas, o mesmo autor aponta ainda a ausência de uma política pública específica ao esporte paralímpico, de modo que o mesmo acaba sendo contemplado então em união ao esporte de rendimento.

Partindo-se então do conhecimento da inexistência de uma política pública específica ao esporte praticado pela pessoa com deficiência, rumou-se na busca por desvelar as políticas públicas que de algum modo o contemplem. Nesse sentido, Reis (2014) aponta as principais ações político-esportivas em vigência, não exclusivas ao esporte paralímpico, mas que de alguma forma buscam contribuir para o avanço e a concretização da prática paradesportiva no Brasil, são elas: a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006); a Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, popularmente chamada de Lei Agnelo/Piva; e a Lei do Bolsa atleta, decorrente da lei nº 10.891/2004, com alterações da lei nº 11.096/2005. Logo, na sequência descreveremos brevemente tais ações e suas implicações ao paradesporto nacional e principalmente ao paradesporto educacional do país.

4.1 LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

A lei nº 11.438, decretada e sancionada em 29 de dezembro de 2006 e regulamentada pelo Decreto nº 6.180/07, é popularmente conhecida por lei de incentivo ao esporte, uma vez que estabelece benefícios fiscais para pessoas físicas ou jurídicas que estimulem o desenvolvimento do esporte nacional, através do patrocínio/doação para projetos desportivos e paradesportivos:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2022, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na

Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 13.155, de 2015) (BRASIL, 2007)

Tal lei contempla tanto pessoas físicas, quanto jurídicas, possuindo variações no percentual passível de dedução ao desporto ou paradesporto. Assim, as deduções de que trata o art. 1º ficam limitadas⁵⁰:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4o do art. 3o da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997(BRASIL, 2007)

Em relação aos proponentes, isto é, às pessoas jurídicas que podem submeter um projeto desportivo à análise do ME, a fim de conquistar os benefícios de tal lei, é necessário não possuir finalidade lucrativa, ser de natureza esportiva e estar exercendo as atividades a pelo menos um (1) ano⁵¹.

Quanto ao projeto desportivo a ser submetido à análise do ME, considera-se como tal “o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto, atendendo a pelo menos uma das manifestações desportivas previstas no art. 4º” (BRASIL, 2007). As manifestações desportivas de que fala o decreto são:

I - desporto educacional, cujo público beneficiário deverá ser de alunos regularmente matriculados em instituição de ensino de qualquer sistema, nos termos dos [arts. 16 a 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com

⁵⁰ Pessoa jurídica tributada com base no lucro real: empresas enquadradas no artigo 14 da Lei nº 9.718/98. São representadas, basicamente, pelas multinacionais e conglomerados dos setores bancário, industrial, de transporte aéreo, empresas de telecomunicações, dentre outras. (BRASIL, p. 5, 2008)

⁵¹ No link expresso a seguir é possível acessar uma cartilha com orientações gerais acerca da Lei de Incentivo ao Esporte, de modo que interessados em submeter um projeto para captação de recursos, por meio da lei em questão, podem se utilizar de tal conteúdo para conhecer o passo-a-passo a ser realizado, bem como esclarecer eventuais dúvidas sobre. <http://www.esporte.gov.br/arquivos/leilncentivoEsporte/cartilhaGrafica.pdf>

a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, caracterizado pela prática voluntária, compreendendo as modalidades desportivas com finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; e

III - desporto de rendimento, praticado segundo regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. (BRASIL, 2007)

Especificamente voltado à primeira manifestação esportiva, o desporto educacional, o decreto nº 6.180/07, traz em seu art. 17 que os projetos que se destinam a tal manifestação, que visem à prática de atividade regular desportiva ou paradesportiva, deverão contemplar, no mínimo, cinquenta por cento dentre os beneficiários, de alunos regularmente matriculados no sistema público de ensino.

Algumas situações identificadas no projeto desportivo podem inviabilizar a concessão dos recursos da lei de incentivo ao esporte, tais como a indicação de esporte de rendimento, praticado de modo profissional, ou seja, o pagamento de remuneração a atletas profissionais; a aquisição de espaços publicitários, mas permite-se o uso de recursos para a divulgação do projeto; a cobrança de taxa dos beneficiários do projeto também é um fator que configura rejeição para a recepção de recursos da lei de incentivo; os projetos que sejam desenvolvidos em circuito privado e que apresentem comprovada capacidade de atrair investimentos; (BRASIL, 2007)

Enfim, em relação à captação de recursos por meio da lei de incentivo, só far-se-á após a publicação do respectivo ato de autorização no Diário Oficial da União, sendo que:

§ 1º Para início da execução do projeto desportivo ou paradesportivo aprovado com valor efetivamente captado abaixo do valor autorizado para captação, deverá o proponente apresentar plano de trabalho ajustado, que não desvirtue os objetivos do projeto autorizado e comprove a sua viabilidade técnica.

§ 2º Nos casos de nenhuma captação ou captação parcial dos recursos autorizados no prazo estabelecido, os projetos poderão ser prorrogados, a pedido do proponente, nos limites, condições, termos e prazos estabelecidos no ato de prorrogação, de acordo com normas expedidas pelo Ministério do Esporte, ficando o proponente impedido de promover a captação até manifestação da Comissão Técnica.

§ 3º O proponente só poderá efetuar despesas após a captação integral dos recursos autorizados ou posteriormente à aprovação do plano de trabalho ajustado pela Comissão Técnica. (BRASIL, 2007)

Buscando-se desenvolver um paralelo com o trabalho desenvolvido por Reis (2014), este que teve por objetivo realizar uma investigação dos projetos, referentes a manifestação esportiva de rendimento, inscritos e aprovados como aptos para a captação de recursos por meio da lei de incentivo ao esporte, bem como a descoberta da parcela destinada ao esporte paralímpico do total de projetos encontrados, nos empenhamos em também trilhar o mesmo caminho, porém focando-se na busca por projetos voltados a manifestação esportiva educacional, alvo principal desta pesquisa.

Deste modo, a fim de termos acesso aos dados referentes aos projetos nos utilizamos do site oficial do ME, este que conta com uma aba específica para informações referentes à Lei de Incentivo ao Esporte⁵², logo, abaixo do subtítulo “projetos aprovados” existem dois links disponíveis, um voltado aos projetos aprovados aptos à captação e o outro refere-se às informações sobre os projetos em geral e em específico à captação dos recursos financeiros.

Tendo em vista apenas desvelar a quantidade de projetos aprovados aptos à captação de recursos, frente aos projetos que de fato captaram, comparando-se as três dimensões esportivas, foi realizada uma busca em cada um dos links ofertados no site apontado, indicando-se apenas a manifestação esportiva, sem preenchimento do campo ano, a fim de realizar o levantamento do montante total de projetos, desde o início da ação política, até o ano de 2016. Então, apresenta-se a seguir a tabela 3, onde estão contidas as informações coletadas:

TABELA 3: CONSULTA E COMPARAÇÃO ENTRE OS PROJETOS APROVADOS APTOS À CAPTAR RECURSOS E OS PROJETOS COM RECURSOS CAPTADOS, DE 2007 A 2015, DISTINGUIDOS ENTRE AS TRÊS MANIFESTAÇÕES DESPORTIVAS POSSÍVEIS

Dimensão Esportiva	Projetos Aprovados Aptos à Captação	Projetos com Recursos Captados
Educacional	39	562
Participação	18	480
Rendimento	71	1421

FONTE: Dados retirados do site do ME, referentes à Lei de Incentivo ao Esporte (Abril/2016). (<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/projetos-aprovados-aptos-a-captacao>) (<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/consulta-recursos-captados>) (BRASIL, 2015).

⁵²<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte> (BRASIL, 2015).

Os dados apontados pela tabela 3 reforçam a discrepância de interesse no que tange as manifestações educacionais e de participação, de modo que se evidencia uma preferência de proposição de projetos relacionados à dimensão de rendimento, refletindo-se deste modo em um número superior à soma das outras duas dimensões, de projetos com recursos captados.

Visando o paradesporto, após pesquisar a respeito dos 39 projetos indicados pelo site do ME, focou-se na dimensão educacional, a fim de desvelar quantos destes foram pensados, planejados, com fins na criança, adolescente, ou mesmo universitário com deficiência, seja por meio de uma proposta específica, ou mesmo através da oportunidade de acesso aos locais dos projetos para a simples presença e visualização das ações desenvolvidas. Então, ao nos atermos aos dados indicados pelos projetos, como nome, objetivo, resumo, bem como as modalidades ofertadas, foi possível detectar que dos 39 apenas 8 projetos se destinam de maneira focada ao paradesporto, ou mesmo de modo agregado ao esporte não voltado ao deficiente, e outros 14 citam algum tipo de acesso à pessoa com deficiência, o que não necessariamente indica a proposição de prática esportiva a este público, mas meramente o cumprimento da lei de acessibilidade⁵³.

Enfim, assim como as dimensões esportivas educacional e de participação se constituem como a menor parcela de projetos no que se refere aos aptos e mesmo aos que captaram recursos frente à dimensão esportiva de rendimento, os projetos destinados à pessoa com deficiência também se encontram em valor reduzido frente ao montante total, o que segue a tendência do próprio CPB, que apresenta poucas ações, divulgadas, e de efetivo fomento ao paradesporto educacional.

4.2 LEI AGNELO/PIVA

Dentre as três principais ações político-esportivas brasileiras apontadas por Reis (2014), que de algum modo contemplam o paradesporto, a lei nº10.264,

⁵³ Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007: Art.16. “Nos projetos desportivos e paradesportivos, desenvolvidos com recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 1º, deverão constar ações com vistas a proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas e portadoras de deficiência”. (BRASIL, 2007).

conhecida por Lei Agnelo/Piva⁵⁴, é a mais antiga, tendo sido sancionada em 16 de julho de 2001, e também a de maior financiamento direto ao esporte e ao paradesporto brasileiro, já que trouxe alterações à lei Pelé (9.615/1998), principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros. Nesse sentido, a lei em questão traz em seu art. 56 uma melhor definição das fontes de recursos financeiros para o esporte nacional:

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS PARA O DESPORTO

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

I- Fundos desportivos;

II- Receitas oriundas de concursos de prognósticos;

III- Doações, patrocínios e legados;

IV- Prêmios de concursos de prognósticos da loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;

V- Incentivos fiscais previstos em lei;

VI- Dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

VII- Outras fontes. (BRASIL, 2001)

Deste modo, uma vez em vigor a lei Agnelo/Piva permite a captação de recursos financeiros diretamente da arrecadação bruta das loterias federais em operação no país, assegurando a destinação dos 2,7%, citados na lei, da seguinte forma:

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do **caput**, 62,96% (sessenta e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 37,04% (trinta e sete inteiros e quatro centésimos por cento) ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. ([Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015](#)) ([Vigência](#))

§ 2º Dos totais dos recursos correspondentes ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e à Confederação Brasileira de Clubes - CBC: ([Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011](#)).

I - 10% (dez por cento) serão destinados ao desporto escolar, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar - CBDE;

II - 5% (cinco por cento) serão destinados ao desporto universitário, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU. (BRASIL, 1998)

⁵⁴ A lei 10.264 resultou de grande esforço do deputado Agnelo dos Santos Queiroz Filho e do senador Pedro Piva, de modo que ao ser sancionada ficou conhecida pelo nome dos principais responsáveis por ela.

No caso específico do paradesporto, o CPB aponta em seu Planejamento Estratégico (CPB, 2010), quatro ações que seriam desenvolvidas pela instituição, por meio do “Programa Estudantil Paraolímpico”, com intuito de cumprir a imposição da lei Agnelo/Piva, que determina a destinação de 10% do total de recursos promovidos pela mesma no fomento ao desporto educacional, sendo elas o Projeto Escolar Paraolímpico; Projeto Universitário de Capacitação Paraolímpica; Projeto Paraolimpíadas Escolares; e o Projeto Clube Escolar Paraolímpico.

A fim de levantar informações mais aprofundadas a respeito das quatro ações citadas pelo Programa Estudantil Paraolímpico, realizou-se uma busca, por meio do site oficial do CPB, onde não foi possível encontrar dados sistemáticos sobre metade delas, sendo que das duas ações com informações disponíveis apenas uma contava com maior perenidade, detalhamento e atualização.

Isso posto, o Projeto Paralimpíadas Escolares, comparado aos outros três, é o que mais possui dados disponíveis, enquanto que o Projeto Clube Escolar Paraolímpico, também encontrado por meio do breve levantamento, não contou com informações atuais sobre o mesmo, dando a entender que tenha se encerrado, suspeita esta confirmada pelo responsável técnico da Coordenação do Esporte Escolar do CPB, Fernando Partelli, que informou-nos da extinção do projeto no ano de 2013, o que teria ocorrido devido a falta de recursos para a continuidade do mesmo, o que nos suscita estranheza, uma vez que são previstos recursos para esta ação específica ou outras voltadas ao paradesporto educacional, como já apontamos.

Já em relação aos outros dois projetos citados pelo Programa Estudantil Paraolímpico, o projeto Escolar Paraolímpico e o projeto Universitário de Capacitação Paraolímpica, esses apenas constam em citações de reportagens do próprio site, de modo que não há disponibilidade por parte do CPB de informações tais como o número de contemplados por tais projetos, valores despendidos, dentre outros dados que possibilitariam, realizar uma análise mais aprofundada sobre os mesmos.

Desse modo, com poucas ou quaisquer informações consistentes a respeito de três dos quatro projetos apontados pelo CPB, com fins no paradesporto educacional, de realização por meio de recursos garantidos através da Lei Agnelo/Piva, se tornaram inviáveis a discussão e análise dos mesmos, forçando-nos a reduzir tal

objetivo ao único projeto com maiores informações disponíveis, as Paralimpíadas Escolares, assim, apresentamos e discutimos os dados relativos a tal projeto a seguir.

4.2.1 Projeto Paralimpíadas Escolares

A fim de compreender, de forma cabível, a única ação indicada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) como voltada ao paradesporto educacional, que possui dados passíveis de análise disponíveis no site da instituição, bem como por seu aspecto de perenidade, o Projeto Paralimpíadas Escolares desponta-nos então como uma possibilidade de apreciação do cenário paradesportivo nacional, no que tange à manifestação do desporto educacional, o que mesmo se tratando apenas de uma ação em particular, pode nos fornecer indicativos quanto a este campo do esporte voltado à pessoa com deficiência.

Deste modo, partiu-se de imediato das informações dispostas e passíveis de análise, disponíveis no site do CPB, e após, buscando complementar e ampliar, utilizou-se das informações fornecidas via Academia Paralímpica Brasileira (APB), por meio de parceria já informada.

Então, quanto ao projeto Paralimpíadas Escolares, em resumo, se trata de uma das quatro “ações desenvolvidas com os recursos exclusivos da Lei Agnelo/Piva voltadas para o esporte estudantil” (CPB, 2010), determinado por meio do “Planejamento Estratégico do Esporte Paraolímpico Brasileiro: 2010-2016”, dentro da categoria do “Programa Estudantil Paraolímpico”, e que tem sua realização efetivada por meio da Coordenação do Esporte Escolar dentro do CPB, bem como da união do mesmo ao Ministério do Esporte (ME), Governo Federal e Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE).

Tal projeto trata-se de um evento paradesportivo, que tem por finalidade “estimular a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte” (CPB, 2015d, p.4).

De acordo com um dos membros da equipe de trabalho para execução do mesmo, vinculado ao departamento técnico da Coordenação do Desporto Escolar, do CPB, Fernando Partelli, o projeto em questão teve seu formato criado ainda no ano

de 2006, quando foi realizado pela primeira vez, o que se repetiu no ano seguinte, porém em ambos os casos sob o nome de Campeonato Brasileiro Escolar. Quanto à sua evolução, Fernando Partelli afirma ainda que no ano de 2008 o evento não foi realizado, de modo que apenas em 2009, após ser remodelado e ter seu nome alterado para o atual, as Paralimpíadas Escolares ocorreram e desde então seguem sendo realizadas anualmente, sempre após as seletivas estaduais⁵⁵.

A participação dos melhores paraatletas em âmbito escolar, de cada estado⁵⁶ integrante do evento, é garantida, de modo que ao final do mesmo são elencados os destaques nas modalidades paralímpicas ofertadas na edição, bem como é feita a indicação destes destaques ao pleito de uma bolsa na categoria estudantil do programa federal Bolsa Atleta.

Constatando a intenção do projeto para com o esporte educacional, as Paralimpíadas Escolares se estabelecem desta forma na medida em que a cada edição é fixada a idade necessária aos inscritos, seja para a participação na competição de modo geral, seja para a inscrição nas modalidades em específico. A cada ano o projeto traz em seu regulamento geral a idade necessária não apenas para a inscrição no evento, mas também a idade aceita para cada modalidade a ser ofertada, informações estas que foram reunidas pela autora, a fim de facilitar a visualização e compreensão das mesmas, e que estão dispostas a seguir, por meio da figura 5.

⁵⁵ “Participam da Etapa Nacional, as Seleções Estaduais de cada Estado, classificadas nas respectivas Seletivas Estaduais de cada modalidade” (CPB, 2010, p. 40)

⁵⁶ Visando promover o evento, de acordo com o **Relatório Geral** da edição de 2009, a equipe de organização do mesmo realizou “contato com todas as Secretarias Estaduais de Educação e de Esporte, para falar do evento e verificar o Órgão Gestor no Estado, o que desta forma, facilitou todos os trabalhos de organização, centralização e disseminação das informações”. (CPB, 2009, p.2)

FIGURA 5: MODALIDADES OFERTADAS A CADA EDIÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES E A FAIXA ETÁRIA SOLICITADA DOS COMPETIDORES (2009 – 2015)

Ano	Total de modalidades ofertadas	Modalidades	Faixa etária (modalidade)	Faixa etária Geral
2009	8	Atletismo Tênis de mesa Natação Bocha Judô	12 – 19 anos (1990 a 1997)	12 – 21 anos
		Futebol de cinco Goalball	14 – 19 anos (1990 a 1995)	
		Futebol de sete	12 – 21 anos (1988 a 1990)	
2010	10	Atletismo Tênis de Mesa Tênis em Cadeira de Rodas Natação Bocha Judô	12 - 19 anos (1991 a 1998)	12 - 21 anos
		Futebol de sete	15 - 21 anos (1989 a 1995)	
		Futebol de cinco Goalball	14 - 19 anos (1991 a 1996)	
		Voleibol Sentado	14 - 21 anos (1989 a 1996)	
2011	10	Atletismo Tênis de Mesa Tênis em Cadeira de Rodas Natação Judô	12 – 19 anos (1992 a 1999)	12 – 21 anos
		Futebol de cinco Goalball	14 – 19 anos (1992 a 1997)	
		Futebol de sete	15 – 21 anos (1990 a 1999)	
		Bocha	12 – 21 anos (1990 a 1999)	
		Voleibol Sentado	14 – 21 anos (1990 a 1997)	
2012	10	Atletismo Tênis de Mesa Tênis em Cadeira de Rodas Natação Judô	12 - 19 anos (1993 a 2000)	12 – 20 anos
		Bocha	12 – 20 anos (1992 a 2000)	
		Futebol de cinco Goalball	14 a 19 anos (1993 a 1998)	
		Voleibol Sentado	14 a 20 anos (1992 a 1998)	
		Futebol de sete	15 a 20 anos (1992 a 1997)	

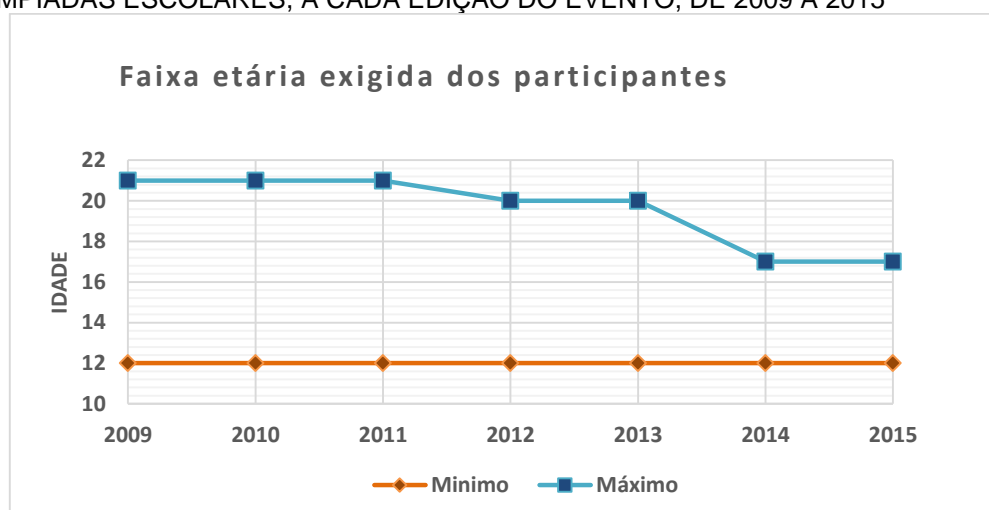
2013	10	Atletismo Tênis de Mesa Tênis em Cadeira de Rodas	Natação Judô	12 a 19 anos (1994 a 2001)	12 – 20 anos
		Bocha		12 a 20 anos (1993 a 2001)	
		Futebol de cinco	Goalball	14 a 19 anos (1994 a 1999)	
		Voleibol Sentado		14 a 20 anos (1993 a 1999)	
		Futebol de sete		15 a 20 anos (1993 a 1998)	
2014	7	Atletismo Tênis de Mesa Tênis em Cadeira de Rodas	Natação Judô Goalball	14 a 17 anos (1997 a 2000)	12 – 17 anos
		Bocha		12 a 15 anos (1999 a 2002)	
2015	10	Atletismo Tênis em Cadeira de Rodas Futebol de sete Futebol de cinco ^{*57}	Natação Judô Goalball Voleibol Sentado*	12 - 17 anos (1998 a 2003)	12 – 17 anos
		Tênis de Mesa	Bocha	14 a 17 anos (1998 a 2001)	

FONTE: Compilado de informações retiradas dos regulamentos gerais das Paralimpíadas Escolares, disponíveis no site do CPB, e/ou fornecidas por meio da aprovação desta pesquisa pela APB.

⁵⁷ As modalidades do Futebol de 5 e o Voleibol sentado foram ofertadas, porém não se alcançou o número mínimo de equipes (5) para a realização das chaves

Ao atentar-se à figura 5, dentre outros elementos, desperta-nos a atenção a volubilidade no que diz respeito a faixa etária exigida dos participantes do evento, isso porque, como se torna visível no gráfico 3, que indica a idade mínima e máxima para inscrição a cada edição, é possível perceber que em sete anos de realização da competição a faixa etária foi alterada por duas vezes, sendo que em ambas as situações buscando-se reduzir a idade máxima permitida.

GRÁFICO 3: FAIXA ETÁRIA COM IDADE MÍNIMA E MÁXIMA EXIGIDA DOS PARTICIPANTES DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, A CADA EDIÇÃO DO EVENTO, DE 2009 A 2015



FONTE: Valores coletados da linha “Faixa Etária Geral”, da figura 5, estes que por sua vez foram retirados dos regulamentos das Paralimpíadas Escolares, do ano de 2009 a 2015.

Em relação à última alteração, que encurtou de 20 para 17 anos a idade máxima para inscrição no evento, é possível identificar no relatório anual referente à edição de 2014 das Paralimpíadas Escolares a justificativa para tal alteração, bem como para a redução no número de modalidades ofertadas:

A redução do número em relação às edições anteriores foi motivada pela redução orçamentária para o evento, que dessa vez não recebeu recursos do Governo do Estado de São Paulo. Foi necessário modificar o Regulamento da competição no decorrer do ano, reduzindo a faixa etária de todas as modalidades, para 14 a 17 anos, com exceção da bocha, cuja participação foram de atletas com idade entre 12 e 15 anos. As modalidades coletivas Futebol de 5, Futebol de 7 e Voleibol Sentado não foram realizadas nessa edição, justificada pela redução orçamentária. (CPB, 2014b, p.8)

No entanto, além da redução orçamentária outro fator parece ter motivado a diminuição da idade máxima permitida aos atletas, a busca pela readequação no

formato da competição, o que viria a “diminuir o número de participantes e atingir a população estudantil mais importante pela característica deste evento, estimulando o atleta infante-juvenil, pois os atletas com mais de 17 anos, em sua maioria, já disputam os campeonatos regionais e brasileiros” (CPB, 2013). Ou seja, as alterações na faixa etária não ocorreram apenas devido a redução orçamentária, mas também e principalmente por conta da busca do CPB por selecionar um grupo etário específico para o evento:

Apesar da adequação orçamentária, influenciando na restrição da faixa etária, conseguiu-se perceber que este público é o ideal para as Paralimpiadas Escolares, por serem atletas que, em sua maioria, nunca tiveram oportunidade de participar em competições semelhantes. Nos anos anteriores, os estados inscreviam os atletas que participavam das seleções principais das Associações Nacionais e do CPB, disputando os campeonatos internacionais. Esta participação dificultava a realização de um dos objetivos principais das Paralimpiadas Escolares: a descoberta de novos talentos. Portanto, a Coordenação de Esporte Escolar do CPB chega a conclusão que esta faixa etária é a ideal para a realização dos próximos Jogos, estudando a possibilidade da inserção de novas modalidades. (CPB, 2014b, p.18)

Ainda em relação as consequências da redução de faixa etária, por conta do orçamento reduzido, na última edição do evento, em seu relatório final, a equipe responsável pelo mesmo aponta novamente para a descoberta da faixa etária ideal para a competição, de modo que assim se estaria em consonância com todos os outros projetos do comitê (CPB, 2015c, p.4). No entanto, como já citado, os paraatletas destaques da competição são indicados a pleitear uma bolsa na categoria estudantil, do programa Bolsa Atleta do governo federal, logo, se torna complexo entender a alteração da faixa etária exigida pela competição, uma vez que a idade exigida aos pleiteantes de tal categoria de bolsa é de 14 à 20 anos de idade.

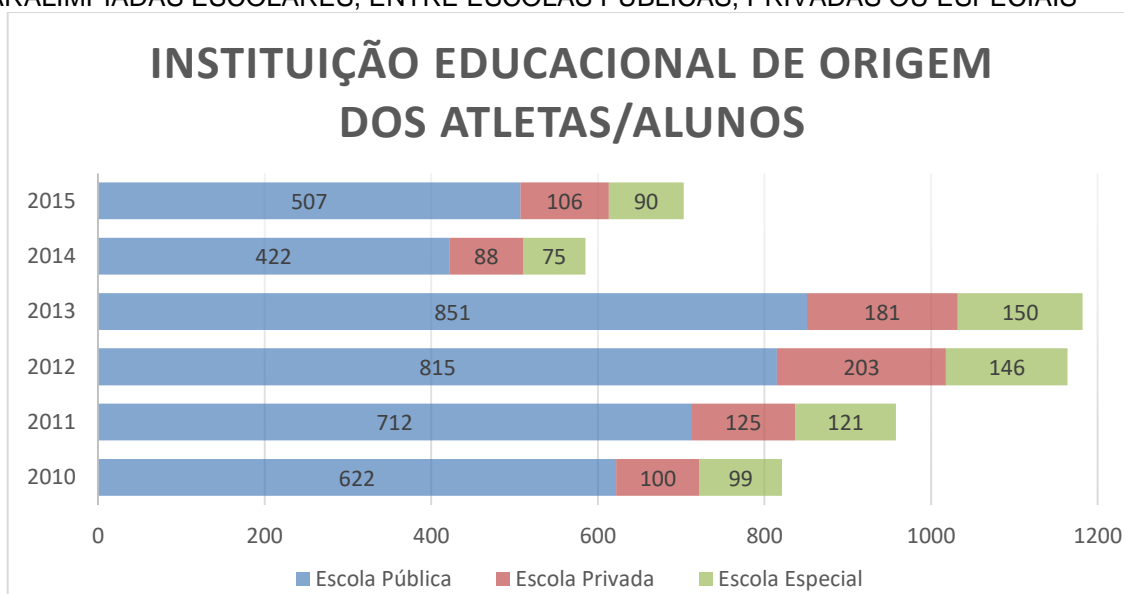
Isto posto, se torna impreciso confirmar a manifestação desportiva alvo do projeto, já que ao mesmo tempo ele busca adequar a população alvo, reduzindo a faixa etária dos participantes, deste modo se encaixando no desporto educacional, devido a idade de tal população, mas por outro lado evidencia sua busca pela detecção de talentos, visando o esporte de rendimento:

A organização técnica dos Jogos Escolares tem como um dos objetivos oportunizar os atletas uma vivência de uma competição de alto rendimento, ao mesmo tempo educá-los quanto às regras, horários e condutas, para se tornar um atleta de alto rendimento. (CPB, 2014b, p.3)

Avançando, juntamente à exigência de uma dada faixa etária para cada modalidade em disputa, como apontado pela figura 5, é possível notar também outro fator que ratifica o projeto em questão enquanto ação voltada ao paradesporto educacional, isto é, na medida em que a cada regulamento do evento, divulgado anualmente, desde 2009 até a sua última edição realizada, em 2015, está presente a exigência de apresentação de certificado de matrícula, bem como frequência, em alguma instituição educacional, seja de ensino fundamental ou médio, da rede pública, privada ou mesmo especial, desde que a mesma possua reconhecimento do Ministério da Educação (CPB, 2009b, p. 5), por parte do atleta interessado em efetivar sua inscrição no evento.

Quanto a exigência da comprovação de vínculo com instituição de ensino, é possível visualizar no gráfico a seguir (4), gerado a partir de informações coletadas dos relatórios finais de cada edição do projeto, apontando o total de atletas inscritos nas edições de 2010 a 2015 do evento, divididos por instituição educacional de origem. No entanto, é necessário ressaltar que o ano de 2009 foi omitido de tal gráfico, uma vez que não se dispõe desta informação referente a tal edição do projeto.

GRÁFICO 4: DIVISÃO DOS ATLETAS INSCRITOS, NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS, PRIVADAS OU ESPECIAIS



FONTE: Compilado de informações retiradas dos relatórios anuais/gerais das Paralimpíadas Escolares (disponibilizados via APB) de cada edição do evento.

O gráfico 4, que além de legitimar o projeto enquanto ação voltada ao paradesporto educacional, ao indicar o vínculo de cada um dos participantes a uma instituição de ensino, também expõe a hegemonia da escola pública frente as outras duas instituições educacionais provedoras de atletas/estudantes à competição em discussão.

Quanto a tal cenário desponta-nos uma hipótese plausível, ou seja, seria possível supor que tal conjuntura estaria relacionada ao processo de inclusão educacional que o país começa a vivenciar ainda em 1988, por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, e que persevera até os dias atuais, por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015c), esta que se encontra em vigor atualmente. Isto é, com a luta permanente pela busca da garantia de direitos, o acesso à educação pública, bem como ao esporte, dentre outros, se tornam direitos que a pessoa com deficiência passa a gozar, de modo que se torna dever do poder público, por exemplo, “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;” (BRASIL, 2015c). Logo, tais avanços no legislativo teriam possibilitado a um grande número de alunos deficientes migrarem das escolas particulares e, principalmente especiais, para as públicas, além de terem a participação em eventos esportivos garantida.

Mas, para além de questões de faixa etária e comprovação de vínculo com instituições de ensino, é possível descortinar também nos diversos documentos relativos às Paralimpíadas Escolares, sejam eles específicos ou não ao projeto, indicativos que extrapolam a manifestação educacional, ou seja, é possível perceber também nuances do paradesporto de rendimento nos arquivos ligados ao projeto.

Logo, é possível utilizar-se novamente do documento Planejamento Estratégico (CPB, 2010) como um dos exemplos para demonstrar essa bipolaridade, no que refere-se à intencionalidade expressa pelo projeto Paralimpíadas Escolares, uma vez que o documento em questão indica-nos os objetivos da existência e realização do projeto sem deixar claro afinal sua intenção, transitando entre as duas dimensões esportivas já citadas:

Fomentar e ampliar a participação de estudantes com deficiência em atividades esportivas, objetivando a ampliação do ambiente para o

desenvolvimento dos destaques esportivos paraolímpicos. Utilizar a prática esportiva como fator de integração e intercâmbio sócio-cultural e esportivo entre as crianças e jovens com deficiência. Promovendo a inclusão e a transformação social através do esporte paraolímpico em todo o país (CPB, 2010, p. 40).

Seguindo a linha do Planejamento Estratégico (CPB, 2010), os regulamentos do projeto Paralimpíadas Escolares trazem os objetivos estabelecidos para a realização do evento paradesportivo, com poucas alterações significativas ao longo dos sete anos de realização do mesmo, de modo que os objetivos indicados anualmente são inalterados. Assim, visando ilustrar, apresenta-se a seguir os objetivos elencados para a última edição (CPB, 2015d) do projeto:

Fomentar e estimular a participação de estudantes de todo o território nacional com deficiência física, visual e intelectual na prática de atividades esportivas;
Oportunizar um ambiente para o desenvolvimento dos destaques esportivos Paralímpicos;
Utilizar a prática esportiva como fator de integração e intercâmbio sociocultural e desportivo entre estudantes;
Garantir o conhecimento do esporte Paralímpico de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática inclusiva escolar em todo o território nacional;
Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte. (CPB, 2015d, p.4)

Além disso, em relação à justificativa apontada para a realização anual de tal competição, passível de ser localizada também nos regulamentos de cada edição, é possível perceber nos documentos referentes aos anos de 2010 a 2015 sempre⁵⁸ a mesma justificativa para a sua realização:

Ao educar o jovem através da prática esportiva escolar, almeja-se cada vez mais difundir e reforçar a construção de valores da cidadania e os ideais do movimento paraolímpico. Estes direcionados para construção de um mundo melhor e mais pacífico, livre de qualquer tipo de discriminação, entendimento da diversidade humana e dentro do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play. Através das atividades desportivas, crianças e jovens constroem seus valores, seus conceitos, socializam-se e, principalmente, vivem as realidades (CPB, 2010, p. 4)

⁵⁸A justificativa apontada para o ano de 2009, primeiro ano de realização do evento, possui poucas diferenças em relação a justificativa apresentada a partir do ano de 2010, as alterações realizadas na justificativa para a realização do evento foram apenas em relação à redação, de modo que algumas palavras foram substituídas por outras, e por fim acrescentada a última frase, que na edição anterior não existia.

Enfim, frente aos objetivos encontrados no Planejamento Estratégico (CPB, 2010), bem como os objetivos e justificativas indicadas pelos regulamentos do evento, as Paralimpíadas Escolares demonstram possuir um intuito tanto voltado à competição, quanto a promoção de participação em si. Por meio de tais elementos indicados anteriormente, é possível sustentar a busca pela detecção de destaques paralímpicos como um dos objetivos principais do evento, uma vez que a redução na faixa etária permitida aos inscritos já evidenciou tal intenção do CPB, mas sem podermos afirmar que seja esse um objetivo único, já que como demonstrado antes o evento alega outras tantas intenções por meio de sua realização.

Avançando na busca pela caracterização do projeto Paralimpíadas Escolares, bem como por desvelar seu intuito primário, outros elementos precisam ser analisados, para que enfim se possa afirmar a real intenção da ação sob discussão, deflagrando assim sua intenção esportiva, seja ao esporte educacional, ou de rendimento, bem como sua contribuição ao paradesporto educacional nacional, aprofundamento este que se dará a seguir.

Deste modo, frente as informações captadas do site do CPB, bem como dos dados obtidos por meio da Academia Paralímpica Brasileira, torna-nos possível evidenciar um compilado das informações gerais pertinentes aos sete anos de realização do evento, expresso através da tabela 4.

TABELA 4: DADOS GERAIS REFERENTES AS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 DO PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES

ANO	Local de Realização	Data de Realização	Total de Delegações /Estados Inscritos	Total de Atletas inscritos	Total de inscritos da Equipe Técnica
2009	Brasília/DF	10 a 15/11	20	525	334
2010	SP/SP	06 a 11/09	22	821	480
2011	SP/SP	26 a 31/08	24	958	630
2012	SP/SP	15 a 20/10	25	1164	766
2013	SP/SP	24 a 30/11	26 + UK ⁵⁹	1182	846
2014	SP/SP	24 a 28/11	25 + UK	585	498
2015	Natal/RN	23 a 28/11	25 + UK	703	552

FONTE: Compilado de informações retiradas dos regulamentos gerais, dos relatórios finais e dos boletins de nº1 das edições de 2009 a 2015 das Paralimpíadas Escolares (site do CPB e dados disponibilizados via APB).

⁵⁹United Kingdom (Reino Unido).

É possível observar na tabela 4, a evolução do projeto Paralimpíadas Escolares em relação aos locais em que se realizou a cada ano, o número de delegações/estados inscritos a cada edição, bem como o número de atletas e equipe técnica participantes da competição em seus sete anos de realização.

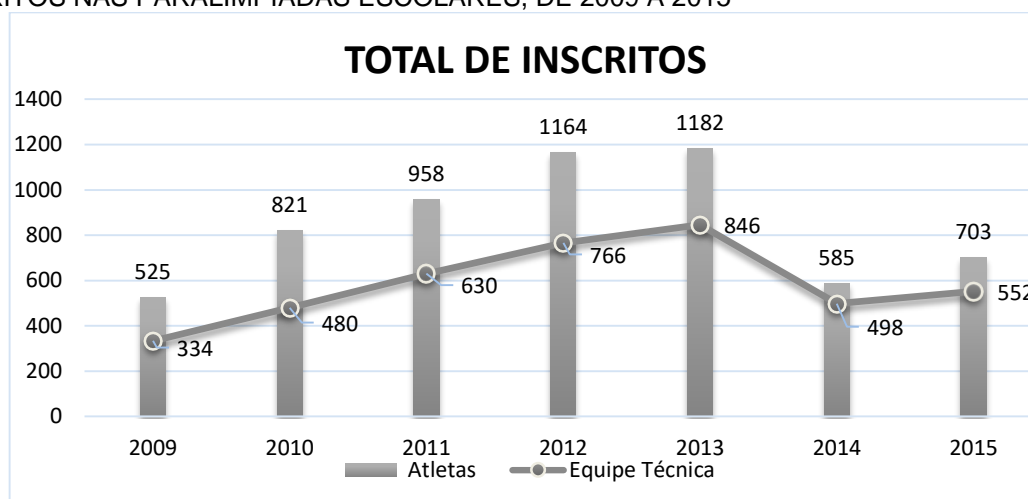
No entanto, anterior à discussão dos demais dados da tabela 4, principalmente no que se refere as informações quantitativas de participação, primeiramente se torna necessário citar a participação da delegação do Reino Unido (UK), que se fez presente desde a edição de 2013 até a última realizada. Possivelmente contribuindo, por meio da internacionalização dos competidores, à indicação por parte do CPB do projeto Paralimpíadas Escolares como “o maior evento esportivo para alunos deficientes físicos, visuais e intelectuais do mundo, na faixa etária de 12 a 17 anos” (CPB, 2015c, p. 2). Logo, visando entender como tal parceria deu-se, foi questionado ao responsável técnico da coordenação de esporte escolar do CPB, Fernando Partelli, este que indicou-nos a realização de um convênio entre o ME e o Governo do Reino Unido, onde se buscou adquirir experiências por meio de troca de visitas nos jogos escolares, já que eles haviam sediado os jogos de Londres. Assim, se deu a parceria, mas, de acordo com Partelli, ao participarem da primeira vez gostaram da organização do evento e por isso permaneciam comparecendo.

Na sequência, analisando pontualmente a tabela 4, é permissível conferir evolução ao projeto ao longo de sua trajetória, uma vez que se percebe um crescimento gradual no número de delegações/estados inscritos no evento, bem como no total de atletas e integrantes das equipes técnicas participantes, porém, também é notável uma ruptura no desenvolvimento do projeto, isto porque em seus dois últimos anos de ocorrência há uma notória quebra no padrão de crescimento dos dados, sendo que no ano de 2014, onde após certo avanço em relação ao número de participantes, seja de inscritos/equipe técnica, seja das delegações em si, de 2009 a 2013, em 2014, ocorre uma considerável redução referente aos elementos citados anteriormente.

Correspondente a tal questão, como já demonstrado e discutido anteriormente, por meio da figura 5 e dos gráficos 3 e 4, e com possibilidade de visualização mais clara através do gráfico 5, apresentado na sequência, a redução no número de atletas e equipes técnicas inscritas na edição decorre da redução no orçamento, na faixa

etária, bem como no número de modalidades ofertadas para a edição em discussão, de modo que a ruptura no crescimento do evento se configura apenas como uma reação a alterações “estruturais” do mesmo, alterações estas decorrentes dos motivos já citados.

GRÁFICO 5: TOTAL DE ATLETAS E DE INTEGRANTES DAS EQUIPES TÉCNICAS ANUALMENTE INSCRITOS NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015



FONTE: Gráfico gerado a partir de dados coletados da tabela 4, que por sua vez foram retirados de documentos oficiais referentes as Paralimpíadas Escolares (CPB).

Refletindo acerca de outro item compilado e expresso por meio da tabela 4, foquemo-nos então nos locais de realização do evento a cada edição, dados estes que podem também contribuir e fornecer indicativos quanto à ruptura no crescimento do projeto, dentre outras lacunas existentes. Deste modo, apresenta-se a seguir o mapa político do país, demonstrando-se os três estados onde a competição já se realizou, vale lembrar que das sete edições em que as Paralimpíadas Escolares aconteceram, cinco se deram em São Paulo, sendo que apenas as edições de 2009 e 2015 foram sediadas por outro estado da federação:

FIGURA 6: MAPA POLÍTICO DO BRASIL, COM INDICAÇÕES DOS ESTADOS QUE SEDIARAM EDIÇÕES DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES



FONTE: google.com

Quanto à primeira edição, referente já ao evento conhecido como Paralimpíadas Escolares e não mais como Campeonato Brasileiro Escolar, realizado no ano de 2009, este teve como sede a cidade de Brasília, no Distrito Federal, capital federal do país, sendo apontado pela seta azul na figura 6, mas, sem justificativas citadas nos relatórios e documentos disponíveis para consulta, a partir da edição de 2010, até o ano de 2014, o evento passou a ser realizado na cidade e no estado de São Paulo (SP), indicado pela seta verde no mapa a cima, por fim, na última edição novamente a competição teve alteração no local de realização, ocorrendo então em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, sendo indicado por seta de cor vermelha no mapa anterior, distante aproximadamente 3.000 km de SP.

Levando-se em consideração o número crescente de atletas e equipes técnicas inscritas a partir da realização do evento em SP, é possível considerar que a localização não se tratava de complicador à participação das delegações. Porém, com a redução na faixa etária, na oferta de modalidades e principalmente no orçamento para o ano de 2014, devido ao encerramento de convênio com o estado e o município de São Paulo, informado por Fernando Partelli, a participação de atletas e delegações

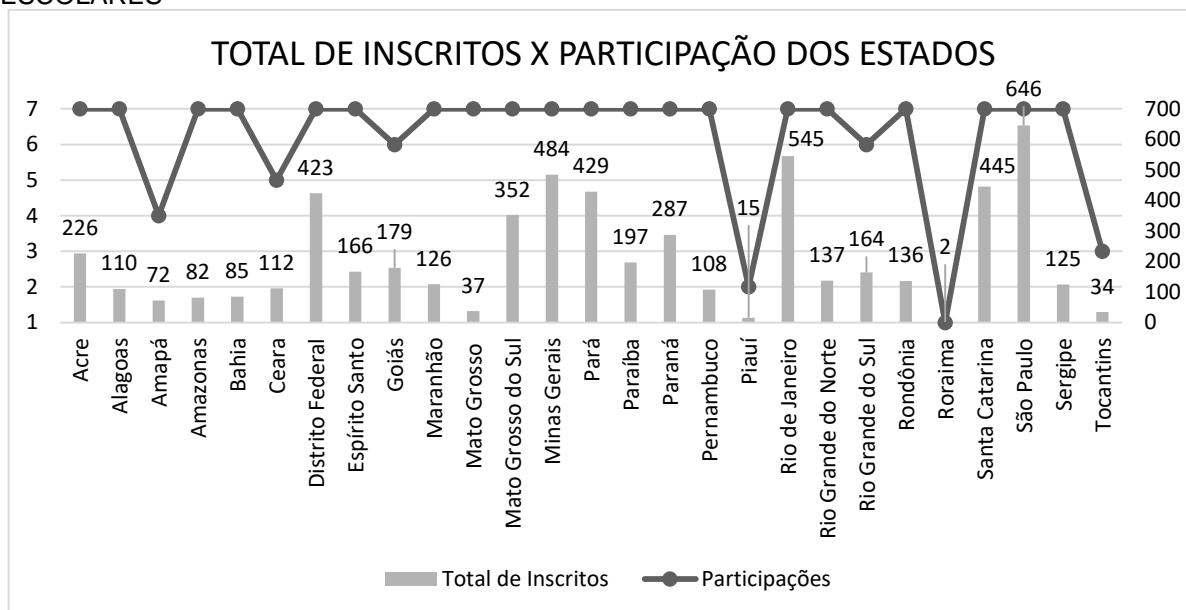
se reduziu consideravelmente, o que no ano seguinte não foi superado, uma vez que o número de inscrições não retornou aos patamares das edições de 2012 e 2013. Em parte, possivelmente pela alteração do local de realização do evento para o nordeste do país, como comentado anteriormente, já que o fator distância pode ter se tornado um elemento preponderante para a redução das delegações e/ou mesmo não participação das mesmas, apesar de um dos estados que se ausentou na última edição ser do próprio nordeste, o Piauí, o que acaba por não nos permitir concluir os reais motivos da diminuição no número de participantes na última edição realizada.

Desse modo, não se torna possível afirmar que o número ainda inferior, se comparado com anos anteriores, de participantes no evento de 2015 tenha relações diretas com o local de realização, até porque a alteração no local de instalação das Paralimpíadas Escolares, parece que irá se tornar uma constante surpresa a cada edição doravante:

[...] Durante os Jogos, recebemos convites para sediar as Paralimpíadas Escolares de 2016 em seis estados, provando o sucesso do evento. Diante destas exposições, a realização das Paralimpíadas Escolares na Cidade de Natal – RN foi um desafio, que demonstrou eficiência e dedicação da nossa equipe do CPB. Concluímos que realizar as Paralimpíadas Escolares em lugares diferentes oportunizará o maior conhecimento cultural dos nossos atletas, além de divulgar o Comitê Paralímpico Brasileiro. (CPB, 2015c)

Nesse sentido, tentando compreender a dinâmica de participação das delegações, por meio dos relatórios anuais da competição, foi possível elaborar um gráfico (6), apresentado a seguir, com o número total de atletas participantes nas Paralimpíadas Escolares, por estado, desde 2009 até o ano de 2015.

GRÁFICO 6: NÚMERO DE ATLETAS INSCRITOS TOTAL, COMPARADO AO NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES TOTAL, POR ESTADO, NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES



FONTE: Os relatórios finais, das edições de 2009 a 2015, bem como o banco de dados, com a relação de inscritos das Paralimpíadas Escolares, dados estes fornecidos pelo departamento técnico do CPB e Coordenação do Desporto Escolar.

Observando-se o gráfico em questão (6) é possível perceber que todos os estados da federação já estiveram presentes a pelo menos uma das sete edições das Paralimpíadas Escolares, sendo que do total dos 27 estados 20 esteve presente em todas as edições, o restante se alterna entre seis até uma única participação. Tal situação demonstra-nos o poder de alcance e de ação do CPB, que guardadas as devidas proporções por estado, conseguiu estimular a participação esportiva de estudantes com deficiência de todo o país.

No entanto, atendo-se especificamente aos números totais de atletas inscritos, por estado, lateralizando-se brevemente o total de participações dos estados nas edições, o gráfico 6 indica-nos um montante de vinte estados, do total dos vinte e sete, cujos números somados das sete edições, ultrapassam apenas cem inscritos, ou seja, mais da metade dos estados possui um valor final inferior a média de 132 inscritos, média esta obtida da soma do número máximo permitido de atletas por edição, valores estes que estão expressos por meio da tabela 5, a seguir.

TABELA 5: QUANTIDADE PERMITIDA DE ATLETAS POR DELEGAÇÃO, PARA AS PARALIMPIADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Máximo	130	148	150	168	168	56	106	926

FONTE: Regulamentos Gerais das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2015, retirados do site do CPB e/ou fornecidos pelo APB.

Apenas visando ilustrar a minúcia quanto aos números de inscritos, por estado, focando-se no déficit de participação de mais da metade das delegações, se comparado aos números expressos pela tabela 5, apresenta-se a seguir a tabela 6. Importante salientar que o ano de 2009 não possui a indicação de participantes por estado na tabela em questão, uma vez que tal informação não foi encontrada no relatório final da edição.

TABELA 6: NÚMERO TOTAL DE ATLETAS INSCRITOS POR EDIÇÃO E POR ESTADO, NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, DE 2010 A 2015

Estado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Acre	0	31	45	57	57	24	12	226
Alagoas	0	25	35	28	7	9	6	110
Amapá	0	0	0	24	21	14	13	72
Amazonas	0	12	16	16	19	9	10	82
Bahia	0	19	13	7	20	13	13	85
Ceará	0	0	19	33	30	13	17	112
Distrito Federal	59	79	55	77	77	37	39	423
Espírito Santo	0	19	27	42	37	21	20	166
Goiás	3	22	29	44	46	23	12	179
Maranhão	0	17	20	22	21	18	28	126
Mato Grosso	0	6	3	2	9	4	13	37
Mato Grosso do Sul	30	54	61	72	67	28	40	352
Minas Gerais	38	67	83	97	104	42	53	484
Pará	41	55	59	80	98	39	57	429
Paraíba	5	21	23	29	45	31	43	197
Paraná	0	51	49	63	72	26	26	287
Pernambuco	11	7	22	21	19	12	16	108
Piauí	0	0	6	8	0	0	0	15
Rio de Janeiro	11	99	101	121	116	43	54	545
Rio Grande do Norte	0	13	20	23	35	23	23	137
Rio Grande do Sul	0	4	20	39	49	21	31	164
Rondônia	0	23	29	31	15	15	23	136
Roraima	0	0	0	0	2	0	0	2
Santa Catarina	6	67	92	104	86	44	46	445
São Paulo	20	111	115	135	145	47	73	646
Sergipe	0	24	20	24	28	13	16	125
Tocantins	0	0	0	0	9	14	11	34

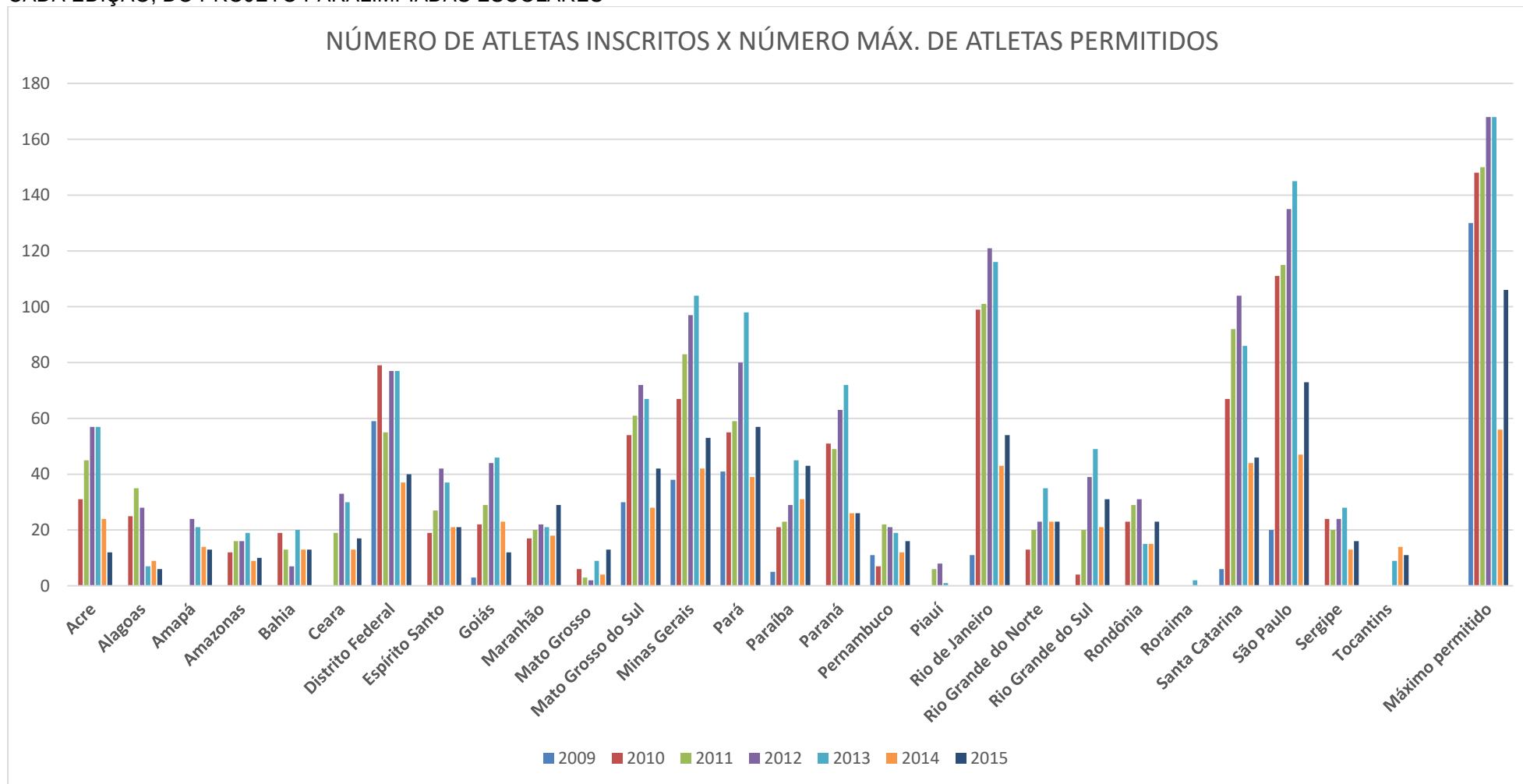
FONTE: Boletins de número 1 e relatórios finais, CPB.

Ao pensarmos na relação participação x inscritos, a lógica nos leva a esperar a proporção de crescimento uniforme das duas variáveis, de modo que se o estado participou mais vezes, o número de inscritos tende a aumentar, ou seja, se uma delegação, isto é, estado, participou de todas ou pelo menos da maioria das edições, esperava-se que com isso apresentasse um número elevado de inscritos total. Contudo, não é exatamente isto que expressa o gráfico 6, já que é possível observar três estados que estiveram presentes em todas as sete edições, mas que figuram entre as oito delegações que não obtiveram a soma de inscritos superior à cem, sendo elas o estado do Amazonas (82), Bahia (85) e Mato Grosso (37).

Nesse sentido, visando compreender melhor como se deu a evolução da participação das delegações ao longo dos anos de existência do projeto Paralimpíadas Escolares, foi possível desmembrar o número total de atletas inscritos de cada estado, apresentado anteriormente por meio do gráfico 6, e rerepresentá-los novamente separados por ano, de modo que juntamente ao valor máximo permitido para inscrição de atletas a cada edição se visualize, por meio de gráfico (7), de modo mais claro.

Logo, torna-se evidente que nenhuma delegação alcançou o valor máximo possível de atletas inscritos em nenhuma das edições, sendo que apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais obtiveram uma maior aproximação ao valor máximo permitido, se comparado aos demais estados.

GRÁFICO 7: NÚMERO DE ATLETAS INSCRITOS, POR ESTADO E ANO, COMPARADO AO NÚMERO MÁXIMO DE ATLETAS INSCRITOS PERMITIDO A CADA EDIÇÃO, DO PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES



FONTE: Banco de dados de inscritos das Paralimpíadas Escolares, do ano de 2009 à 2015, fornecido pelo departamento técnico do CPB e Coordenação do Desporto Escolar.

Outras características, referentes ao projeto Paralimpíadas Escolares, que foram encontradas através da coleta de dados, com base no número de inscritos, se refere ao montante total de atletas inscritos separados por gênero, ou seja, em cada relatório final do evento foi possível constatar uma tabela onde o número total de atletas do gênero feminino e masculino estava indicado. Dessa forma, se tornou viável a união de tais informações em uma única tabela (7), com os valores de inscritos, divididos por gênero a cada edição do evento:

TABELA 7: DIVISÃO DE SEXO ENTRE OS ATLETAS INSCRITOS NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015 DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES

ANO	FEMININO	MASCULINO
2009	197	328
2010	284	537
2011	338	620
2012	397	767
2013	422	760
2014	248	337
2015	263	440
TOTAL	2149	3789

FONTE: Compilado de informações retiradas dos relatórios anuais/gerais (disponibilizados via APB) de cada edição do evento.

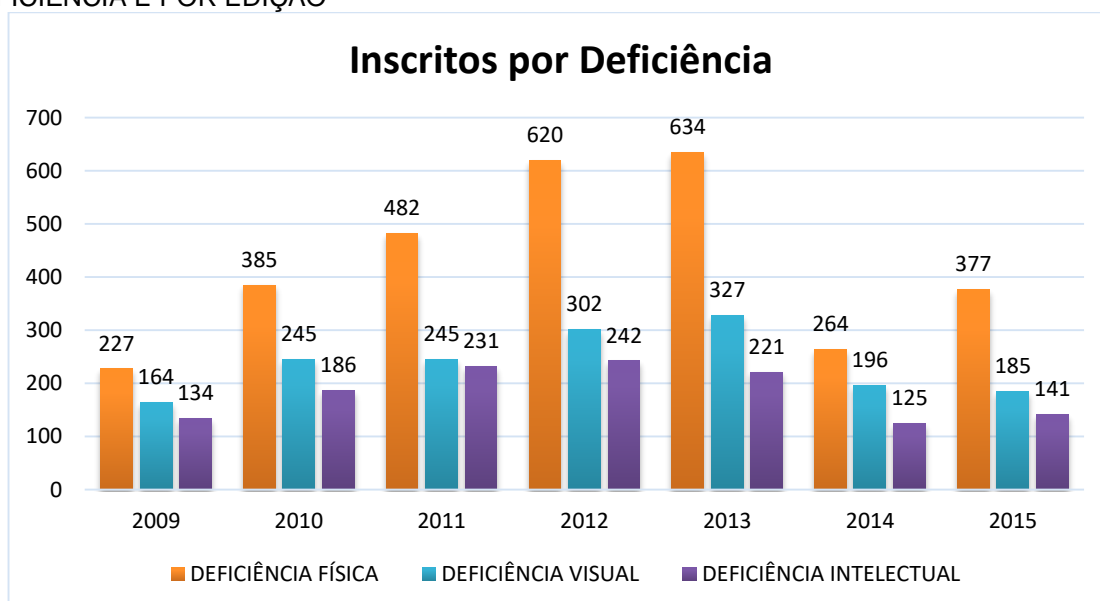
Logo, evidencia-se por meio da tabela 7, a diferença entre o número de inscritos no que se refere ao gênero, de modo que em todas as edições das Paralimpíadas Escolares o gênero masculino se sobressai, apresentando números superiores de inscritos em relação ao feminino. Em porcentagem tal divisão é expressa em 64% para o sexo masculino (N=3789), contra apenas 36% do feminino (N=2149).

Quanto aos fatores de possível contribuição aos dados supracitados, tanto para aumento da discrepância quanto para diminuição da mesma, é possível apontarmos dois, o primeiro está ligado ao fato de que duas das modalidades ofertadas em seis das sete edições da competição, são de exclusiva participação masculina, sendo elas o Futebol de Cinco e o de Sete, de modo que este seria então um fator para aumento no número de meninos participantes. Já o outro fator é a exigência presente no regulamento geral da competição, do ano de 2009 a 2015, que prevê a inscrição por proporção nas duas modalidades mais procuradas, ou seja, foi preconizada a inscrição de 3 alunos do sexo masculino e no mínimo 1 do feminino nas edições de 2009 a 2011, na natação e no atletismo, e a partir de 2012 se alterou a proporção para

4 do gênero masculino e se manteve 1, no mínimo, para o feminino, assim, por meio dessa exigência o CPB emprega um esforço na tentativa de equiparar o número de inscrições entre os gêneros, porém, tal ação tem se mostrado insuficiente, haja vista que o meninos permanecem muito a frente nesta disputa.

Outra qualidade inerente aos atletas participantes, que foi catalogada por meio do banco de dados das Paralimpíadas Escolares e apresentada, separadamente em cada relatório final do evento, é o tipo de deficiência. Assim, a fim de demonstrar o perfil geral dos atletas participantes da competição, foram reunidas todas as informações a respeito de tal característica, coletando-se os dados dos sete relatórios finais e compilando-os por meio de um gráfico que demonstra a divisão percentual entre os atletas no que diz respeito a deficiência, seja física, visual ou intelectual:

GRÁFICO 8: TOTAL DE ATLETAS INSCRITOS NAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, POR DEFICIÊNCIA E POR EDIÇÃO



FONTE: Compilado de informações retiradas dos relatórios anuais/gerais (disponibilizados via APB) de cada edição do evento.

Observando-se o gráfico acima, que nos traz o número de atletas inscritos nas Paralimpíadas Escolares, separados pelo tipo de deficiência que o acomete, seja por meio de divisão por edição, seja em relação à soma total de inscritos, respectivamente, se torna evidente que a deficiência física é a mais recorrente entre as três, correspondendo à 50% (N=2989) do total de inscritos, em segundo lugar a

deficiência visual com 28% (N=1664), e em terceiro com 22% (N=1280) está a deficiência intelectual.

Hipótese plausível para a deficiência física ser o acometimento mais comum entre os inscritos nas Paralimpíadas Escolares pode estar relacionada à três fatores, sendo eles (1) o número de modalidades destinadas aos atletas com deficiência física, (2) a quantidade de provas dentro de tais modalidades, bem como (3) a classificação realizada para a competição em si. A fim de esclarecer tais fatores, apresenta-se a seguir a figura 7, assim como uma discussão pormenorizada a respeito deles, ambas baseadas nas informações coletadas dos regulamentos específicos das modalidades ofertadas em 2015, estas que por sua vez foram retiradas do regulamento geral da mesma edição do evento.

FIGURA 7: MODALIDADES OFERTADAS NA EDIÇÃO DE 2015 DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES, SEPARADAS POR PROVAS, DEFICIÊNCIAS E CLASSES

Modalidade	ATLETISMO																			
Provas	100 m			400 m			15000 m			Lançamento de Dardo			Lançamento de Club	Arremesso de peso			Salto em distância			
Tipo de Deficiência	Física	Visual	Intelectual	Física	Visual	Intelectual	Física	Visual	Intelectual	Física	Visual	Intelectual	Física	Física	Visual	Intelectual	Física	Visual	Intelectual	
Classes⁶⁰	T32	T11	T20	T32	T11	T20	T32	T11	T20	F32 F33	F11	F20	F32 F51	F33	F11	F20	T35	T11	T20	
	T33	T12		T33	T12		T33	T12		F34 F35	F12			F34	F12		T36	T12		
	T34	T13		T34	T13		T34	T13		F36 F37	F13			F35	F13		T37	T13		
	T35			T35			T35			F38 F40				F36			T38			
	T36			T36			T36			F41 F42				F37			T42			
	T37			T37			T37			F43 F44				F38			T43			
	T38			T38			T38			F45 F46				F40			T44			
	T42			T42			T42			F51 F52				F41			T45			
	T43			T43			T43			F53 F54				F42			T46			
	T44			T44			T44			F55 F56				F43			T47			
	T45			T45			T45			F57				F44						
	T46			T46			T46							F45						
	T47			T47			T47							F46						
	T51			T51			T51							F47						
	T52			T52			T52							F52						
	T53			T53			T53							F53						
	T54			T54			T54							F54						
															F55					
															F56					
															F57					

⁶⁰ No Atletismo paralímpico são utilizadas as letras “T” e “F” antes dos números para designar as classes possibilitadas de competir nas diversas provas, de modo que a letra “F” que vem da palavra “*field*” em inglês, está relacionada as provas de campo, tais como os arremessos, lançamentos e os saltos. Já a letra “T”, que refere-se à palavra “*track*” também do inglês, indica as provas de corridas de velocidade e fundo. Quanto aos números expressos após a letra, estes indicam o tipo de deficiência, bem como o grau.

Modalidade	NATAÇÃO														
Provas	50 metros Livre (M/F)			100 metros Livre (M/F)		200 metros Livre (M/F)	50 metros Costas (M/F)		100 metros Costas (M/F)			50 metros Peito (M/F)	100 metros Peito (M/F)		
Tipo de Deficiência	Física	Visual	Intelec.	Física	Visual	Intelec.	Física	Física	Visual	Intelec.	Física	Física	Visual	Intelec.	
Classes ⁶¹	S1 S2 S3 S4 S5 S6 S7 S8 S9 S10	S11 S12 S13	S14	S1 S2 S3 S4 S5 S6 S7 S8 S9 S10	S11 S12 S13	S14	S1 S2 S3 S4 S5	S6 S7 S8 S9 S10	S11 S12 S13	S14	SB1 SB2 SB3	SB4 SB5 SB6 SB7 SB8 SB9	SB11 SB12 SB13	SB14	
Provas	50 metros Borboleta (M/F)		100 metros Borboleta (M/F)		150 metros Medley (M/F)	200 metros Medley (M/F)			4x50 metros Livre (Misto)		4x50 metros Medley (Misto)				
Tipo de Deficiência	Física		Física	Visual	Intelec.	Física	Física	Visual	Intelec.	Física	Visual	Intelectual			
Classes	S1 S2 S3 S4 S5 S6 S7		S8 S9 S10	S11 S12 S13	S14	SM1 SM2 SM3 SM4	SM5 SM6 SM7 SM8 SM9 SM10	SM11 SM12 SM13	SM14	40 Pontos, obrigatório ter no mínimo 1 atleta de cada tipo de deficiência (ex. 1 visual/1 intelectual/2 físicos)		40 Pontos, obrigatório ter no mínimo 1 atleta de cada tipo de deficiência (ex. 1 visual/1 intelectual/2 físicos)			

⁶¹ Na Natação paralímpica há a inserção da letra “S” antes do número correspondente à classe das provas, sendo que tal letra tem origem na palavra “swimming”, em inglês. Tem-se ainda as letras “SB” e “SM” que referem-se ao nado peito, e eventos de medley individuais, respectivamente.

Modalidade	Goalball	Tênis de Mesa		Bocha	Judô	Tênis em Cadeira de Rodas	Futebol de Cinco	Futebol de Sete	Voleibol Sentado
Provas	Categoria única (Masc./Fem.)	Categoria A Categoria B		Categoria A Categoria B	Meio-leve; Leve; Meio-médio; Médio; Meio-pesado; Absolutos; (Masc./Fem.)	Categoria A Categoria B	Categoria única (Masculino)	Categoria única (Masculino)	Categoria única (Masc./Fem.)
Tipo de Deficiência	Visual	Física	Intelectual	Física	Visual	Física	Visual	Física	Física
Classes⁶²	B1 B2 B3	TT1 TT2 TT3 TT4 TT5 TT6 TT7 TT8 TT9 TT10	TT11	BC1 BC2 BC3 BC4	B1 B2 B3	Classe aberta e Classe Quad	B1	C5 C6 C7 C8	D MD

FONTE: Regulamento geral da etapa nacional do Projeto Paralimpíadas Escolares, realizado em 2015 (CPB, 2015d).

⁶² Assim como nas modalidades paralímpicas Atletismo e Natação, nas demais realizadas nas Paralimpíadas Escolares também se utilizam letras antes dos números das classes para se referir às mesmas, sendo que no Goalball, Judô e Futebol de Cinco, categorias de prática exclusiva para a PcD visual, é utilizado um “B” antes do número, este que tem origem na palavra inglesa “*blind*”; No Tênis de mesa se utiliza a sigla TT, esta que origina-se das palavras em inglês “*Table Tennis*”; No caso da Bocha utiliza-se as letras BC antes dos números, sigla que tem origem nas palavras “*Boccia Classification*”; No Tênis em cadeira de rodas os atletas são distribuídos em apenas duas classes: Aberta, quando o comprometimento é apenas de membros inferiores e “*Quad*” quando há outros comprometimentos; O Futebol de Sete leva a sigla C apenas, que tem por base uma das palavras que dá nome a doença que acomete os atletas que praticam tal modalidade, a paralisia cerebral, ou no caso do termo em inglês, “*Cerebral Palsy*”; Por fim, a modalidade paralímpica Voleibol Sentado, na qual são utilizadas duas siglas, apenas D, que tem origem em “*Disabled*”, ou MD “*Minimally Disabled*”;

Por meio de auxílio da figura 7, apresentada anteriormente, na sequência deste texto será possível validar e esclarecer os três fatores indicamos como responsáveis pela preeminência da deficiência física, frente à visual e intelectual, no que diz respeito ao número de alunos inscritos nas Paralimpíadas Escolares.

Dessa forma, referente ao fator (1) apontado, relativo ao número de modalidades, a partir da figura 7 é possível perceber que das 10 modalidades ofertadas na edição de 2015 da competição paradesportiva em discussão, 7 aceitaram inscrições de atletas com deficiência física, enquanto que 5 contemplaram os deficientes visuais e por fim apenas 3 àqueles com deficiência intelectual. Ou seja, fica evidente que a oferta de modalidades aos alunos com deficiência física se sobrepõe às demais, possibilitando assim um número maior de inscritos que se enquadrem em tal situação.

No que diz respeito ao fator (2), determinante à prevalência de inscritos com deficiência física nas Paralimpíadas Escolares, referente à quantidade de provas dentro das modalidades ofertadas, a figura 7 aponta apenas duas modalidades com divisão em provas, o atletismo e a natação, sendo que ambas juntas representaram mais da metade dos inscritos da última edição⁶³, assim, se torna necessário compreender a dinâmica de inscrições de tais modalidades e de que modo isso impacta no percentual de alunos com deficiência física participantes na competição.

Logo, especificamente em relação à modalidade do atletismo, foram 7 provas ofertadas ao todo sendo que 6 delas contemplaram os três tipos de deficiência aceitas pela competição, de modo que a única prova que não contemplou todas as deficiências contemplou exclusivamente a deficiência física. Tal deficiência se sobressaiu as demais no número de provas ofertadas na modalidade em questão, contribuindo dessa forma minimamente para o incremento no número de alunos deficientes físicos inscritos total.

Quanto à natação, ao total foram oportunizadas 13 provas sendo que 8 se destinaram à qualquer uma das três deficiências, 4 específicas à deficientes físicos, sendo que ao todo foram 12 provas abertas à participação de alunos com deficiência

⁶³ De acordo com o relatório anual das Paralimpíadas Escolares do ano de 2015 o Atletismo contou com 245 inscritos, enquanto que em segundo lugar no número de inscritos por modalidade ficou a natação, com 140 alunos, importante ressaltar que na edição em questão o total de alunos participantes foi de 703 (CPB, 2015c).

física, 1 prova destinada aos deficientes físicos/visuais (100 metros Livre) e por fim a última exclusiva aos deficientes intelectuais (200 metros Livre). Então, igualmente ao caso do atletismo, pode-se dizer que a natação possui mais provas destinadas aos alunos com deficiência física, novamente impactando no número total de inscritos referente a este tipo de deficiência.

Por fim, quanto ao fator (3) que aparentemente possui influência nos dados dos alunos inscritos nas Paralimpíadas Escolares, referentes à porcentagem de deficiência preponderante, está a classificação exigida para as modalidades/provas. A fim de possibilitar melhor visualização das classes exigidas/permitidas para cada modalidade/prova, apresenta-se a seguir a tabela 8 com tais informações compiladas.

A tabela 8 demonstra-nos então a superioridade na quantidade de classes referente à deficiência física, se comparada as outras duas, o que se justificativa na medida em que dentro da própria classificação de deficiência física é possível encontrar subdivisões, ou seja, há a divisão por exemplo entre os deficientes físicos em cadeira de rodas, paralisados cerebrais, amputados, dentre outros, o que conseqüentemente contribui para o aumento na quantidade de classes relacionadas à tal grupo, desta forma impactando sobre o número de inscritos na competição com acometimentos físicos e não visual ou intelectual, corroborando então com o terceiro fator apontado.

TABELA 8: MODALIDADES OFERTADAS NA PARALIMPÍADAS ESCOLARES DE 2016, COM INDICAÇÃO DA QUANTIDADE DE CLASSES POSSÍVEIS DE ACORDO COM A PROVA/MODALIDADE

PROVA	DEFICIÊNCIA FÍSICA	DEFICIÊNCIA VISUAL	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
ATLETISMO			
100 m	17	3	1
400 m	17	3	1
15000 m	16	3	1
Lançamento de Dardo	21	3	1
Lançamento de Club	2	-	-
Arremesso de peso	19	3	1
Salto em distância	10	3	1
NATAÇÃO			
50 metros Livre	10	3	1
100 metros Livre	10	3	-
200 metros Livre	-	-	1
50 metros Costas	5	-	-
100 metros Costas	5	3	1
50 metros Peito	3	-	-
100 metros Peito	6	3	1
50 metros Borboleta	7	-	-
100 metros Borboleta	3	3	1
150 metros Medley	4	-	-
200 metros Medley	6	3	1
4x50 metros Livre	2	1	1
4x50 metros Medley	2	1	1
GOALBALL			
Categoria única	-	3	-
TÊNIS DE MESA			
Categoria A/B	10	-	1
BOCHA			
Categoria A/B	4	-	-
JUDÔ			
Meio-leve; Leve; Meio-médio; Médio; Meio-pesado; Absolutos;	-	3	-
TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS			
Categoria A/B	2	-	-
FUTEBOL DE CINCO			
Categoria única	-	1	-
FUTEBOL DE SETE			
Categoria única	4	-	-
VOLEIBOL SENTADO			
Categoria única	2	-	-
TOTAL	187	45	15

FONTE: Regulamento geral da etapa nacional do Projeto Paralimpíadas Escolares, realizado em 2015 (CPB, 2015d).

A fim de compreender a maior incidência de pessoas com deficiência física inscritas nas Paralimpíadas Escolares, para além dos três fatores já explorados, buscou-se em dados estatísticos referentes ao contingente populacional, visando encontrar elementos que venham a justificar tal cenário.

O documento intitulado “Cartilha do Censo 2010, Pessoa com Deficiência”⁶⁴, aponta a prevalência da deficiência visual na população residente no país, sendo que dos 23,9% que indicaram possuir alguma deficiência, 18,6% estariam relacionados à visão, 7% à deficiência motora, 5,10% à deficiência auditiva e por fim 1,40% à deficiência intelectual. (BRASIL, 2012b, p. 6). Necessária a ressalva de que a percepção⁶⁵ de deficiência, dos participantes que geraram dados para a confecção da cartilha mencionada, possivelmente influenciou no posicionamento da deficiência visual em primeiro lugar frente aos outros tipos, já que aí estariam inclusas pessoas que se utilizam de recursos como óculos de grau e lentes de contato, recursos corretivos que não são utilizados no caso de pessoas cegas ou com baixa visão, estas que de acordo com a idade estariam aptas a participar das Paralimpíadas Escolares.

Nesse sentido, unindo-se os dados da cartilha aos apresentados pela figura 7, é possível supor que há uma maior abertura de participação aos atletas com deficiência física, frente aos fatores já citados, desconsiderando-se assim a população de deficientes visuais, mesmo que estes representem a categoria com maior incidência apontada pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, se torna complexo afirmar que o deficiente visual deixe de participar por conta de abertura do projeto ao mesmo, já que são ofertadas modalidades e provas a tal público específico, mas outros fatores podem ter interferência na participação efetiva dos mesmos.

Logo, a este respeito se torna necessário esclarecer que a organização do projeto das Paralimpíadas Escolares, assim como em relação a participação por gênero, preconiza a inscrição fomentando a participação dos três tipos de deficiência, pelo menos no que diz respeito as duas maiores modalidades (atletismo e natação) e

⁶⁴ Publicada em 2012 por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH – PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) e a Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, sob o link: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf> (BRASIL, 2012b).

⁶⁵ A deficiência foi classificada pelo grau de severidade de acordo com a percepção das próprias pessoas entrevistadas sobre suas funcionalidades. A avaliação foi feita com o uso de facilitadores como óculos e lentes de contato, aparelhos de audição, bengalas e próteses. As perguntas feitas aos entrevistados buscaram identificar as deficiências visual, auditiva e motora pelos seguintes graus de dificuldade: (i) tem alguma dificuldade em realizar; (ii) tem grande dificuldade e, (iii) não consegue realizar de modo algum; além da deficiência mental ou intelectual. Os questionários seguiram as propostas do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência. BRASIL, 2012b, p. 5)

o tênis de mesa, que junto as duas anteriores é a terceira e última modalidade que considera inscrições de alunos com deficiência intelectual:

As equipes participantes nas modalidades de Atletismo e Natação serão formadas em cada gênero por atletas que poderão ser inscritos seguindo as seguintes regras:

- Tendo apenas atletas de 1 grupo de deficiência (intelectual/física/visual) poderão ter no máximo 2 alunos. ex.: 2 alunos com deficiência intelectual;
- Tendo atletas de 2 grupos de deficiência (intelectual/física/visual) poderão ter no máximo 4 alunos, sendo que no máximo 2 alunos em cada um dos grupos. ex.: 2 alunos com deficiência intelectual e 2 alunos com deficiência física ou visual.
- Equipes formadas com 3 grupos de deficiência, poderão ter uma equipe completa, sendo que esses deverão ter a seguinte disposição: Até 2 alunos intelectuais, até 2 alunos visuais e até 4 alunos da deficiência física.

As equipes participantes da modalidade Tênis de Mesa poderão inscrever no máximo 1 aluno com deficiência intelectual, por gênero e por categoria e um aluno com deficiência física. A equipe formada por apenas um grupo de deficiência poderá ter no máximo 1 aluno por gênero e por categoria. (CPB, 2015d, p. 18)

Enfim, as Paralimpíadas Escolares tem finalidade na promoção de esporte aos deficientes físicos, visuais e intelectuais, de modo que são oportunizadas modalidades, bem como seguidas as regras e critérios do IPC para a organização de provas e classes, buscando-se contemplar a todos, bem como estimular a inscrição e participação de alunos com deficiência de modo homogêneo, e não apenas a física, mas infelizmente o que se percebe é uma dificuldade no atingimento a tais objetivos, que possivelmente extrapolem as ações da organização do evento.

Findando-se a discussão específica acerca do projeto Paralimpíadas Escolares, se torna necessária uma breve apresentação e discussão dos custos apontados pelos relatórios das sete edições do evento, principalmente em relação aos valores em si, bem como a fonte de tais recursos financeiros, deste modo, apresenta-se a seguir a tabela 9:

TABELA 9: CUSTOS DA REALIZAÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, PARA O COMITÊ PARALIMPÍCO BRASILEIRO, ESTADO PARCEIRO E DEMAIS COLABORADORES, BEM COMO A PROJEÇÃO DOS CUSTOS APRESENTADAS NOS PLANOS DE TRABALHO DO CPB, DO ANO DE 2009 À 2015

ANO	Estados (Etapa estadual)	Projeção de custos para a Etapa Nacional (Planos de trabalho)	ETAPA NACIONAL			TOTAL
			CPB (Lei Agnelo/Piva)	Parcerias		
				Estado de SP	Prefeitura de São Paulo	
2009	R\$ 678.006,49*	N/E ⁶⁶	R\$ 1.328.236,31	-	-	R\$ 1.328.236,31
2010	R\$ 847.508,12*	R\$ 2.037.226,00	R\$ 2.322.717,16	R\$ 570.000,00	R\$ 174.000,00	R\$ 3.066.717,16
2011	R\$ 1.877.144,68*	R\$ 2.660.876,44	R\$ 1.953.555,00	R\$ 900.000,00	R\$ 246.510,51	R\$ 3.100.065,51
2012	R\$ 3.473.360,878	R\$ 3.713.120,44	R\$ 3.416.774,42	R\$ 1.600.000,00	R\$ 246.510,51	R\$ 5.263.284,93
2013	R\$ 4.168.032,00*	R\$ 5.680.890,00	R\$ 2.685.182,36	R\$ 2.840.450,00	R\$ 357.000,00	R\$ 5.882.632,36
2014	R\$ 3.207.696,88*	R\$ 2.824.304,92	R\$ 2.824.304,92	-	R\$ 333.000,00	R\$ 3.157.304,92
2015	R\$ 1.130.600,00*	R\$ 3.623.170,00	R\$ 3.578.170,00	-	-	R\$ 3.578.170,00
TOTAL	R\$ 15.382.349,04*	R\$ 12.827.152,69	R\$ 18.108.940,17	R\$ 5.910.450,00	R\$ 1.357.021,02	R\$ 25.376.411,19

FONTE: Compilado de informações retiradas dos relatórios anuais/gerais (disponibilizados via APB) de cada edição do evento. * Valores aproximados, uma vez que tais dados são fornecidos pelos estados por meio de questionário ao final da edição do projeto, o que de acordo com o coordenador técnico do CPB, Fernando Partelli, nem sempre são respondidos.

⁶⁶ Não foi realizado o plano de trabalho no ano de 2015, devido à falta de apoio governamental e por se tratar dos primeiros esforços do projeto, informações estas fornecidas pelo coordenador do departamento técnico Fernando Partelli, via contato por e-mail com o mesmo.

Em análise à tabela 9 é possível visualizar a distribuição anual dos custos dispendidos por meio do investimento na realização das sete edições das Paralimpíadas Escolares. Logo, na sequência será pontualmente explanado à respeito de cada uma das colunas da tabela, esclarecendo a fonte dos dados e demais questões relacionadas.

Inicialmente conta-se com os dados dos custos dispendidos pelos estados para a realização da etapa estadual das Paralimpíadas Escolares, bem como para os demais itens de responsabilidade do Comitê Organizador Estadual, previsto no artigo 9º do regulamento da competição:

Ao Comitê Organizador Estadual caberá:

- a) Providenciar através de seletivas a composição da delegação que irá representar o seu estado;
- b) Providenciar, ao seu critério, o transporte interestadual de sua delegação até a cidade sede da Etapa Nacional;
- c) Providenciar, dentro de suas possibilidades e ao seu critério, a alimentação e hospedagem da delegação durante o transporte de sua cidade até a cidade sede da Etapa Nacional;
- d) Providenciar, dentro de suas possibilidades e ao seu critério, a suplementação alimentar e de água da delegação durante a realização dos eventos;
- e) Providenciar, obrigatoriamente, seguro de acidentes pessoais para os componentes da sua delegação desde o embarque até o seu retorno, que deverá ser apresentado, quando solicitado. (CPB, 2015d, p. 6)

Relacionado à etapa estadual, o CPB tem despesas exclusivamente com as passagens aéreas e prestação de serviço dos classificadores funcionais enviados para atender os alunos participantes de tal etapa, quando solicitados com antecedência, se tornando então de responsabilidade do estado apenas a hospedagem dos mesmos. (CPB, 2015d)

Somando-se os gastos empregados para a realização das seletivas nos estados, do ano de 2009 até 2015 tem-se o montante que ultrapassa 15 milhões de reais, além de ser visível a oscilação no que se refere aos valores anualmente investidos, sendo que em apenas três das sete edições o montante referente às seletivas estaduais superou o orçamento da etapa nacional.

Na sequência é possível verificar ainda na tabela 9 os valores quanto à projeção de gastos indicadas nos planos de trabalho do projeto, dados estes que foram reunidos a fim de possibilitar uma comparação entre o projetado e o executado, ou

seja, os valores indicados no planejamento, produzido antes de cada edição das Paralimpíadas Escolares e os indicados por meio dos relatórios finais. Contudo, pelos motivos já citados na nota de rodapé da página anterior, tais dados aludem apenas a partir do ano de 2010 até 2015.

Assim, antes de promover uma comparação entre o planejado e o executado se torna necessário discutir os recursos financeiros dispendidos por meio do próprio CPB, bem como os demais recursos derivados de parcerias, gerando enfim um total gasto com o evento a cada edição.

Logo, seguimos com foco então na quarta coluna da tabela 9, em que estão expostos os gastos efetivos do CPB referentes à realização da etapa nacional do evento, viabilizados por meio de recursos oriundos da Lei Agnelo/Piva. Quanto à especificação do uso desse recurso não tivemos acesso, porém é possível encontrar nos regulamentos gerais das etapas nacionais do projeto, do ano de 2010⁶⁷ à 2015, em seu 4º capítulo, artigo 7º, “das responsabilidades”, as incumbências que cabem especificamente ao CPB, sendo que dentre elas está a previsão de uso de tais recursos além de convênios específicos para o pagamento de:

k.1) Hospedagem e alimentação de: k.1.1) Recursos Humanos (CPB e outras equipes de apoio) envolvidos no evento; k.2) Premiação (troféus e medalhas); k.3) Materiais promocionais dos eventos (impressos, camisetas, banners, backdrops e outros); k.4) Serviços prestados pelas Confederações e Associações Brasileiras, através das equipes de arbitragem envolvidas e equipes de apoio necessárias ao evento; k.5) Fornecimento de água e gelo para consumo durante os jogos ou provas; k.6) Outros serviços necessários à realização dos eventos. (CPB, 2015d, p.6)

Desse modo, torna-se presumível que os recursos indicados na tabela 9, dispendidos pelo CPB, foram utilizados para o cumprimento dos itens apontados na citação anterior. Contudo, para além dos recursos dispendidos exclusivamente pelo CPB, a partir de 2010 até o ano de 2014 contou-se com o acréscimo de recursos advindos de dois parceiros específicos, sendo eles o estado de São Paulo (SP) e o município de mesmo nome. Tais parcerias se deram por meio de contato da Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência de SP com o comitê organizador das

⁶⁷ O relatório geral da etapa nacional das Paralimpíadas Escolares, realizado no ano de 2009, é o único que não apresenta o capítulo referente às responsabilidades, onde estariam indicadas as ações e os órgãos incumbidos.

Paralimpíadas Escolares, de modo que ao buscarem auxílio do CPB para a realização dos jogos escolares do estado se iniciou a parceria, esta que teve interrupção no ano de 2014, mas que de acordo com um dos organizadores do evento, Fernando Partelli, será retomada no ano de 2016, após terem sido reorganizadas as contas do estado e juntamente a isto a parceria para o uso da cidade/estado como sede novamente para a competição.

4.3 BOLSA ATLETA

Outra ação político-esportiva, não exclusiva ao paradesporto, mas que contempla atletas com deficiência, nos variados níveis de bolsa, é o programa Bolsa Atleta, desenvolvido pelo governo federal, por meio do Ministério do Esporte (ME), desde o ano de 2005.

Tal programa é decorrente da Lei nº 10.891, sancionada em 9 de julho de 2004, contando com algumas alterações ao longo dos últimos 10 anos, sendo que a última alteração se deu na forma de lei em 2014, passando à Lei nº 13.051 em 8 de dezembro de 2014. O programa em questão é descrito no site do ME⁶⁸ como “o maior programa de patrocínio individual de atletas no mundo, visando atletas de alto rendimento que expressam bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade”. O website aponta ainda que por meio da ajuda financeira advinda do programa o atleta terá garantida condições mínimas para se dedicar com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas (BRASIL, 2015d)

A lei de origem do programa, nº10.891/2004, indicava a distribuição do benefício a quatro níveis de bolsa apenas, sendo elas na categoria Olímpica/Paralímpica⁶⁹;

⁶⁸<http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp> (BRASIL, 2015d).

⁶⁹ Esta categoria é destinada aos esportistas que participaram da última edição dos Jogos Olímpicos/Paralímpicos e que continuam treinando para competições internacionais e o valor mensal do benefício é de R\$ 3.100,00. (REIS et. al., 2015)

Internacional⁷⁰; Nacional⁷¹; e, por fim, Estudantil⁷². Mas, posteriormente, de acordo com Corrêa et. al. (2014), mais dois níveis de bolsa foram incluídos pela Lei nº 7.802, de 13 de Setembro de 2012, nas categorias de Base⁷³ e Pódio⁷⁴.

Dentre as seis categorias de bolsas ofertadas atualmente pelo programa do governo federal, duas são direcionadas ao público de adolescentes e jovens, sendo elas a bolsa Estudantil e a Base, isto porque a legislação referente ao programa Bolsa Atleta, especificamente em relação às duas categorias citadas, determina:

FIGURA 8: ANEXO DA LEI 10.891, REFERENTE AOS POSSÍVEIS BENEFICIADOS PELAS BOLSAS DO PROGRAMA, ESPECIFICAMENTE NAS CATEGORIAS ATLETA BASE E ESTUDANTIL

Bolsa-Atleta - Categoria Atleta de Base	
Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas de quatorze e dezenove anos de idade, com destaque nas categorias de base do esporte de alto rendimento, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e eventos previamente indicados pela respectiva entidade nacional de administração do desporto ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas do ano anterior em cada modalidade coletiva, na categoria indicada pela respectiva entidade e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais)

⁷⁰ Esta categoria de bolsa se destina aos atletas que participaram da delegação nacional respectiva ao seu esporte, representando o país em campeonatos sul-americanos, pan-americanos e mundiais e que conquistaram as três primeiras colocações em competições consideradas máximas pela respectiva confederação e que continuam treinando para competições em âmbito internacional. O valor mensal pago é de R\$ 1.850,00. (REIS et. al., 2015)

⁷¹ Esta destina-se aos esportistas que atingiram as três primeiras colocações em competição indicada pela entidade nacional de administração de desporto, bem como, para aqueles que se encontram nas primeiras três colocações do ranking nacional de sua modalidade, também indicada pela entidade nacional de administração do desporto. Quanto ao valor pago ao atleta contemplado mensal este é de R\$ 925,00. (REIS et. al., 2015)

⁷² Tem direito a esta categoria de bolsa os atletas que participaram dos Jogos estudantis ou Universitários, que obtiveram os três primeiros lugares em modalidade individual, e/ou foram considerados os melhores em competição de modalidades coletivas e que continuam treinando para competições nacionais oficiais. Esta categoria delimita a inscrição do atleta até 20 anos de idade. Quanto ao valor do benefício mensal este é de R\$ 370,00. (REIS et. al., 2015)

⁷³ Esta destina-se aos esportistas que participaram com destaque em competições organizadas pela entidade nacional de desporto, bem como àqueles que tenham conquistado as três primeiras colocações em competição em esportes individuais, ou dez primeiros lugares (por sexo) em modalidades coletivas, e que continuam treinando para competições nacionais oficiais. Esta categoria delimita a inscrição do atleta até 19 anos de idade. O valor pago ao atleta beneficiado é de R\$ 370,00. (REIS et. al., 2015)

⁷⁴ Destinada aos esportistas de modalidades individuais olímpicas e paralímpicas que, de acordo com critérios estabelecidos pelas entidades máximas nacionais (COB/CPB), estejam vinculados ao programa atleta-pódio e que recentemente tenham sido incorporados ao denominado "Plano Brasil Medalhas". O valor do benefício mensal é de até R\$ 15.000,00. (REIS et. al., 2015)

Bolsa-Atleta - Categoria Estudantil	
Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas de quatorze a vinte anos de idade, que tenham participado de eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido eleitos entre os seis melhores atletas em cada modalidade coletiva do referido evento e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais)

FONTE: Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com alterações vide Lei nº 12.395, de 2011 (BRASIL, 2004).

Em adição, a julgar pelo fato de que a lei exige como um dos pré-requisitos, para pleitear a bolsa na categoria estudantil, em seu art. 3º que o atleta ou paraatleta entregue um documento que ateste “VI - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada”, bem como possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos e máxima de 20 (vinte) anos, até o término das inscrições (BRASIL, 2004), fica evidente a intenção restritiva de concorrência à tal modalidade de bolsa apenas por parte de atletas ou paraatletas em idade escolar, o que nos suscita o intuito do programa também para com a manifestação educacional do esporte.

Já em relação à bolsa da categoria Atleta Base, ainda que esteja direcionada a uma faixa etária claramente escolar, 14 a 19 anos, não nos é plausível afirmar que seja uma ação exclusiva ao esporte educacional, uma vez que não delimita os pleiteantes quanto ao vínculo com instituição de ensino, o que acaba por oportunizar a concessão tanto à atletas/paraatletas estudantes, quanto aos demais praticantes sem vínculo a uma instituição de ensino necessariamente.

Enfim, tendo-se foco nas políticas públicas que de algum modo fomentam o esporte paralímpico, analisando-se especificamente no tocante ao paradesporto educacional, juntamente à lei de incentivo ao esporte e a lei Agnelo/Piva, o programa Bolsa Atleta se legitima, uma vez que garante bolsas na categoria estudantil, e na base, aos paraatletas em idade escolar, essencialmente por meio da competição no projeto Paralimpíadas Escolares, o que evidencia a importância de se analisar a provável contribuição gerada por meio da articulação do Bolsa Atleta às Paralimpíadas Escolares ao paradesporto educacional nacional, de modo mais atento, esforço este que será exposto no capítulo de discussão, a seguir.

5. ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE AS AÇÕES SELECIONADAS, E SEUS DADOS RESULTANTES

Após apresentadas as ações elencadas para esta pesquisa, bem como seus dados de realização, foi possível perceber basicamente duas conexões entre tais ações, estas que serão apresentadas e discutidas de modo pormenorizado na sequência.

Nesse sentido, a primeira conexão encontrada refere-se ao fato da lei Agnelo/Piva (Nº 10.264) ser a fonte principal de recursos para a realização das Paralimpíadas Escolares, projeto este que retornamos a afirmar, tratar-se de uma ação política desenvolvida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que ao ser incumbido da promoção de esporte à Pessoa com Deficiência (PcD) por meio de ação delegativa do Estado, o faz alegando ter por objetivo a manifestação educacional.

Quantos aos dados que justificam tal relação, como já discutido no terceiro capítulo, não dispomos de específicos à quantia repassada por meio da lei Agnelo/Piva ao CPB, referente ao período recorte desta pesquisa. No entanto, tem-se o valor aplicado em desporto escolar pela instituição nos anos pesquisados⁷⁵, além da quantia indicada como dispendida pela mesma instituição para a realização das Paralimpíadas Escolares no mesmo período (2009-2015). Logo, buscou-se reunir tais informações coletadas e expostas nos capítulos anteriores⁷⁶ a fim de ilustrar a conexão citada:

⁷⁵ Dados que ao serem comparados com os expostos na planilha de “resumo de receita” dos anos disponibilizados no website do CPB (2012/2013/2014/2015), conferem com os da própria aplicação em desporto escolar da planilha gerada na aba “receita”;

⁷⁶ A tabela 2, exposta no terceiro capítulo, mais especificamente no item: “INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL”, apresenta dados de aplicações dos recursos financeiros pelo CPB no desporto escolar, universitário e de rendimento. Já a tabela 9, apresentada no quarto capítulo, refere-se aos dados financeiros relacionados à realização do Projeto Paralimpíadas Escolares em suas seis edições analisadas.

TABELA 10: RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS PELO CPB NO DESPORTO ESCOLAR E NA REALIZAÇÃO DO PROJETO PARALIMPÍADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015

ANO	APLICAÇÃO NO DESPORTO ESCOLAR	REALIZAÇÃO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES	%
2009	R\$ 2.008.100,01	R\$ 1.328.236,31	66,14%
2010	R\$ 2.518.104,34	R\$ 2.322.717,16	92,24%
2011	R\$ 2.763.545,15	R\$ 1.953.555,00	70,69%
2012	R\$ 2.966.406,68	R\$ 3.416.774,42	115,18%
2013	R\$ 3.217.445,12	R\$ 2.685.182,36	83,45%
2014	R\$ 3.873.440,14	R\$ 2.824.304,92	72,91%
2015	R\$ 4.286.042,20	R\$ 3.578.170,00	83,48%
TOTAL	R\$ 21.633.083,64	R\$ 18.108.940,17	

FONTE: Site oficial do CPB e relatórios finais das Paralimpíadas Escolares.

Através da tabela acima é possível perceber o montante total aplicado pelo CPB no desporto escolar em cada ano pesquisado, o que corresponderia aos 10% previstos em lei (BRASIL, 1998), além do total de recursos dispendidos pelo mesmo comitê para a realização da edição nacional do projeto sob análise. Mas, ao observar atentamente tais informações surpreende-nos que o percentual de recursos utilizados pelo CPB para a realização do jogos supera em todas as edições os 60% referente à aplicação geral em desporto escolar, sendo necessário destacar ainda o ano de 2012, edição das Paralimpíadas Escolares na qual o valor gasto para sua realização superou a própria quantia indicada pelo CPB na aplicação anual em desporto escolar, situação esta que suscita-nos novas indagações, tendo-se em vista que tal projeto seria apenas uma das quatro “ações desenvolvidas com os recursos exclusivos da Lei Agnelo/Piva voltadas para o esporte estudantil” (CPB, 2010, p. 37).

A segunda conexão constatada está relacionada ao projeto Paralimpíadas Escolares juntamente ao programa Bolsa Atleta, ligação esta que já havia sido destacada desde a introdução deste texto, uma vez que o primeiro seleciona e o segundo faz a concessão de bolsas, de nível estudantil, desde o ano de 2010.

Logo, sendo pertinente e possível adentrarmos nos detalhes da segunda conexão apontada, tendo em vista as informações disponibilizadas pelo CPB, na busca por atingir nosso último objetivo, que é de compreender, ou mesmo desvelar as contribuições desta articulação ao paradesporto educacional nacional, se faz necessária a busca pelo esclarecimento de diferentes fatores resultantes de tal ligação.

Isto é, questões como o número de alunos habilitados anualmente pelo projeto Parolimpíadas Escolares a pleitearem a bolsa estudantil do programa Bolsa Atleta, indicados através do próprio CPB, versus o número de alunos indicados pelo CPB como contemplados com a bolsa, e por fim os confirmados como receptores da bolsa em questão através do banco de dados do projeto Inteligência Esportiva (IE). Outras análises também foram viáveis, como a catalogação da quantidade de bolsistas com mais de uma bolsa estudantil, bem como a quantia de atletas bolsistas com mais bolsas para além da estudantil, caso em específico que nos permitiu questionar o programa do CPB enquanto porta de entrada do atleta ao esporte paralímpico efetivamente, ou não, dentre outros fatores que derivam da conexão em questão e que nos forneceu indicadores bons ou ruins frente a questão problema e objetivos específicos deste trabalho.

Deste modo, partiu-se inicialmente das listagens de alunos participantes das Parolimpíadas Escolares, a cada edição, indicados como habilitados pelo CPB a pleitear uma bolsa da categoria estudantil do programa Bolsa Atleta, estes que iremos nos referir no decorrer desta discussão como “habilitados”, logo, foram reunidos tais dados em uma única planilha do programa Excel® e separados por ano, a fim de contabilizar quantitativamente o número de habilitados a cada evento do projeto. Após, utilizamos as listagens de “contemplados”, ou seja, aqueles alunos que de acordo com as informações cedidas pelo CPB, posteriormente à indicação de habilitação foram contemplados pelo programa Bolsa Atleta do Ministério do Esporte. Então, assim como foi realizado com os habilitados, as informações foram reunidas em uma única planilha onde também puderam ser divididos quanto ao ano de referência. Logo, na tabela exposta na sequência, é possível visualizar os dados extraídos das listagens de habilitados e contemplados anualmente:

TABELA 11: TOTAL DE ALUNOS HABILITADOS E CONTEMPLADOS, DE ACORDO COM O CPB, COM A BOLSA ESTUDANTIL DO PROGRAMA BOLSA ATLETA, POR MEIO DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, NAS EDIÇÕES DE 2009 A 2015, BEM COMO A PORCENTAGEM DE ÊXITO

ANO	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	TOTAL
HABILITADOS	243	248	232	118	118	140	1099
CONTEMPLADOS	97	89	96	97	153	139	671
%	39,91%	35,88%	41,37%	82,20%	129,66%	99,28%	61,05%

FONTE: Planilhas referentes aos habilitados e contemplados do Bolsa Atleta, das edições de 2009 a 2015 (CPB).

Os números expressos pela tabela acima destacam-se basicamente por dois fatores, o primeiro está relacionado ao baixo êxito no que se refere a comparação entre o número de habilitados versus o de contemplados, nos três primeiros anos analisados, isso porque menos da metade dos alunos habilitados teriam sido contemplados com a bolsa estudantil. Já o segundo fator está ligado ao número de contemplados indicado pelo CPB no ano de 2012 (N=153), quantidade esta que ultrapassou a de habilitados (N=118), o que nos possibilita supor que a diferença encontrada entre os dois valores, 35, reflete o total de alunos que teriam sido contemplados com a bolsa estudantil daquele ano sem terem sido habilitados para a mesma, o que igualmente permite-nos presumir então que não há uma obrigatoriedade intransponível dos candidatos à bolsa estudantil terem participado e sido habilitados por meio das Paralimpíadas Escolares para o pleito ao benefício.

No entanto, se torna importante ressaltar que os dados supracitados na tabela 11 se referem ao quantitativo integral de alunos, isto é, tais números ainda não haviam sofrido conferência no sentido de serem comparadas as informações das listas do CPB com o banco de dados do projeto Inteligência Esportiva (IE). Isto é, com o intuito de perceber quantos dos indicados como habilitados haviam de fato sido contemplados, bem como a análise de quantos contemplados indicados pelo CPB de fato o foram, descartando-se eventuais equívocos nas listagens, os dados fornecidos pelo comitê foram comparados ao banco de dados do IE. Ato que inicialmente pareceu-nos um contrassenso, mas, com sua efetivação constatou-se uma grande disparidade entre as informações apontadas pelo CPB e as disponibilizadas pelo banco de dados do IE⁷⁷.

Ilustrando tal diferença segue-se a tabela 12, que reúne as informações encontradas após as devidas verificações, isto é, foram comparados nome a nome da listagem de habilitados fornecida pelo CPB, com o banco de dados do IE, resultando no que chamaremos de “habilitados-contemplados”, após, a comparação foi feita entre os nomes das listas de contemplados concedido pelo CPB, e novamente utilizou-se

⁷⁷ As informações contidas no banco de dados do IE são constantemente atualizadas de acordo com as listagens referentes ao programa Bolsa Atleta, divulgadas pelo Ministério do Esporte.

do banco de dados do IE para chegar-se ao total de atletas nomeados aqui como “contemplados-contemplados”:

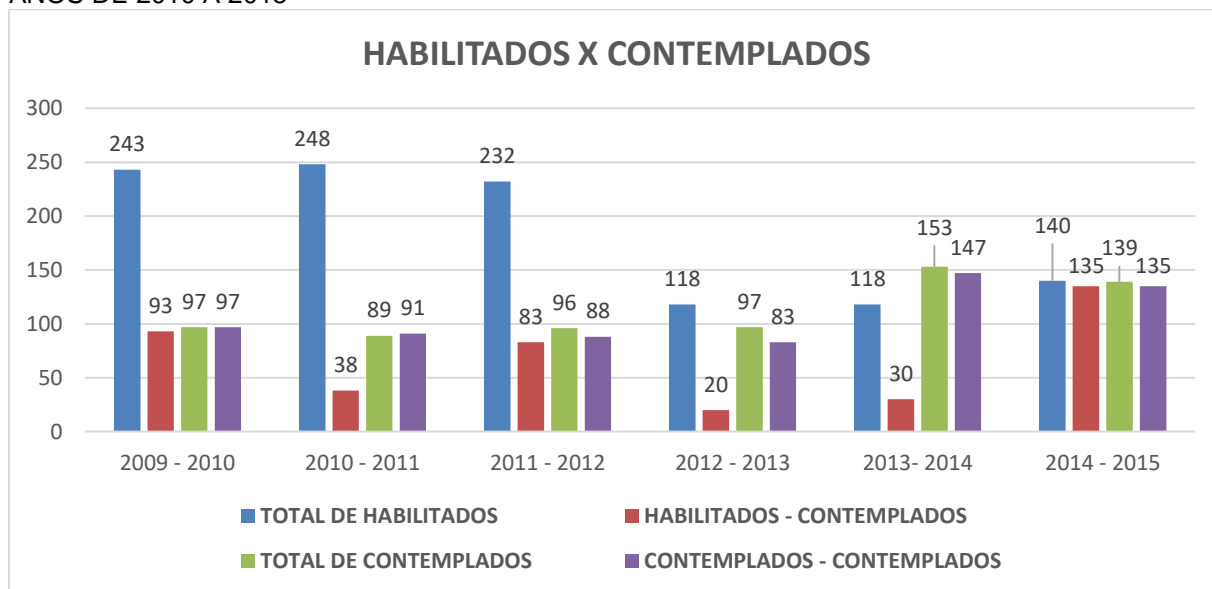
TABELA 12: MONTANTE DE ALUNOS DA LISTA DE HABILITADOS A PLEITEAR A BOLSA ESTUDANTIL QUE DE FATO FORAM CONTEMPLADOS, ALÉM DOS NÚMEROS DA LISTA DE CONTEMPLADOS QUE OBTIVERAM CONFIRMAÇÃO DA BOLSA JUNTAMENTE AO BANCO DE DADOS DO IE (2010 A 2015)

ANO	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	TOTAL
HABILITADOS - CONTEMPLADOS	93	38	83	20	30	135	268
CONTEMPLADOS - CONTEMPLADOS	97	91	88	83	147	135	641

FONTE: Planilhas referentes aos habilitados e os contemplados do programa Bolsa Atleta, das edições de 2009 a 2015, confirmados juntamente ao Banco de Dados do Inteligência Esportiva (IE, 2016).

Ao reunir as informações expostas nas duas tabelas anteriores (11 e 12), por meio de gráfico (9), se torna notória a discrepância no que se refere aos dados obtidos após a comparação das informações cedidas pelo CPB com as disponibilizadas pelo banco de dados do projeto IE:

GRÁFICO 9: MONTANTE DE ALUNOS HABILITADOS; CONTEMPLADOS; HABILITADOS – CONTEMPLADOS; E OS CONTEMPLADOS – CONTEMPLADOS, COM BOLSA ESTUDANTIL DOS ANOS DE 2010 A 2015



FONTE: Planilhas referentes aos habilitados e contemplados do Bolsa Atleta, das edições de 2009 a 2015, bem como dos confirmados juntamente ao Banco de Dados do Inteligência Esportiva (IE, 2016). (CPB)

Em análise ao gráfico acima, se torna evidente a diferença principalmente no que se refere aos números da coluna **habilitados** (em azul, gerada a partir de dados do CPB) se comparado à dos **habilitados-contemplados** (em vermelho, gerada a partir da comparação dos dados da coluna azul com o banco de dados do IE), isto porque em cinco dos seis anos analisados os números mostram que nem metade dos atletas que foram habilitados a pleitear a bolsa estudantil obtiveram êxito. Já em relação as outras colunas, a de **contemplados** (em verde, gerada a partir de dados do CPB) e de **contemplados-contemplados** (em roxo, gerada a partir da comparação dos dados da coluna verde com o banco de dados do IE) a diferença entre os números diminui consideravelmente, de modo que se mantem bem próximos em todos os anos analisados. No entanto, o número de indicados pelo CPB como contemplados não bate com o número encontrado no IE em cinco das seis edições analisadas, o que desperta-nos a atenção, igualmente ao fato já mencionado, referente a edição de 2013-2014, na qual o número de contemplados ultrapassou a de habilitados, situação que se exibe com maior impacto por meio do gráfico, que deixa evidente que não apenas em relação aos dados de contemplados fornecidos pelo CPB, mas também no que concerne aos confirmados por meio do banco de dados do IE.

Frente a incompreensão dos pontos levantados acima, fez-se necessária uma verificação mais aprofundada dos dados coletados, no intuito de compreender o porquê de tais discrepâncias entre habilitados e contemplados, seja em relação aos dados brutos do CPB, ou aos dados resultantes de sua comparação ao banco de dados do projeto IE. Logo, foram verificadas novamente as duas listagens do CPB compiladas e organizadas por edição da competição, tanto a de habilitados quanto a de contemplados, com intuito de que nesta etapa pudéssemos comparar tais nomes com os confirmados através do IE, o que gerou a descoberta de duas situações recorrentes nos dados analisados.

A primeira situação refere-se à identificação de atletas que constavam na listagem de habilitados e que foram de fato contemplados, de acordo com o IE, mas que ao checarmos na lista dos indicados como contemplados do CPB estes não foram relacionados. Já a segunda situação identificada foi a de atletas que constavam na lista de contemplados do CPB, mas que ao serem buscados na lista de habilitados

não foram encontrados. Os dados quantitativos de ambas as situações foram reunidos e expostos em forma de tabela na sequência:

TABELA 13: NÚMERO DE ALUNOS CONTEMPLADOS CONFIRMADOS NO IE A CADA EDIÇÃO, ALÉM DE DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DADOS INDICADOS PELO CPB QUANTO AOS HABILITADOS E OS CONTEMPLADOS

ANO	CONTEMPLADOS - CONTEMPLADOS	HABILITADOS-CONTEMPLADOS FORA DA LISTA DE CONTEMPLADOS	CONTEMPLADOS FORA DA LISTA DE HABILITADOS	TOTAL
2009-2010	88	5	4	97
2010-2011	33	5	53	91
2011-2012	82	1	5	88
2012-2013	20	0	63	83
2013-2014	29	0	118	147
2014-2015	135	0	0	135
TOTAL	387	11	243	641

FONTE: Planilhas referentes aos habilitados e contemplados no programa Bolsa Atleta, das edições de 2009 a 2015 (CPB)

Especificamente em relação à segunda situação observada, apresentada na tabela acima na coluna “contemplados fora da lista de habilitados”, tendo em vista a elevada quantidade de alunos que se mostraram enquadrados na condição, ou seja, foram contemplados com a bolsa estudantil sem estarem elencados na listagem de habilitados para tal (N=243), fez-se necessária uma nova busca de informações. Desse modo, partimos destes nomes “sobressalentes”, ou seja, dos contemplados que não foram habilitados para tal, e a sua comparação com as listas de inscritos a cada edição da competição, a fim de constatar ao menos a participação dos mesmos nos jogos, descartando-se desta forma a concessão de bolsas estudantis à atletas que não tivessem participado das Paralimpíadas Escolares. Os dados encontrados estão expostos na tabela a seguir:

TABELA 14: COMPARAÇÃO DOS “CONTEMPLADOS FORA DA LISTA DE HABILITADOS” COM AS LISTAS DE INSCRITOS NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, DE 2009 A 2015

ANO	CONTEMPLADOS FORA DA LISTA DE HABILITADOS	ENCONTRADOS NA LISTA DE INSCRIÇÃO
2009-2010	4	4
2010-2011	53	53
2011-2012	5	3
2012-2013	63	62
2013-2014	118	117
2014-2015	0	0
TOTAL	243	239

FONTE: Planilhas de inscritos, habilitados e contemplados gerados a partir do projeto Paralimpíadas Escolares, de 2009 a 2015 (CPB).

Tal investida acabou por nos indicar que dos 243 atletas que foram contemplados mas que não estavam indicados na listagem de habilitados, 239 participaram da edição correspondente das Paralimpíadas Escolares, já que foram localizados nas listas de participantes, o que equivale a 98,35%. Quanto aos outros 1,65%, ou seja, 4 bolsistas que não foram encontrados nas listas de participantes da competição, a hipótese que surge-nos é a falta de estabelecimento de um padrão para o registro dos nomes dos alunos nos documentos do evento, uma vez que em uma listagem consta o nome completo e em outra não, inclusive com alterações de aceitação de sobrenome, hora com indicação do último, hora o segundo e assim por diante, situação que obviamente pode ter dificultado o encontro dos alunos nas listas utilizadas. Assim, quanto as suspeitas de concessão de bolsas estudantis sem a participação efetiva dos alunos na competição sob análise estas foram praticamente rejeitadas, restando apenas as dúvidas quanto as divergências nos dados apresentados pelo CPB em comparação com o banco de dados do projeto IE.

Logo, tendo-se em vista as divergências entre os dados apresentados pelo CPB e os encontrados no IE, optamos por seguir analisando a conexão estabelecida entre as Paralimpíadas Escolares e o Bolsa Atleta por meio dos números confirmados, ou seja, seguimos analisando na sequencia os números referentes aos “contemplados-contemplados”, adentrando então em características específicas aos 641 bolsistas encontrados, para além daqueles contemplados sem serem habilitados e vice-versa.

Nesse sentido, se torna primordial esclarecer que do total dos alunos indicados como contemplados-contemplados (N=641), expresso na tabela 12, e identificados separadamente por edição através da cor roxa no gráfico 9, após serem reunidos em

uma única planilha no Excel®, sem mais estarem separados por edição da competição, muitos nomes se apresentaram duplicados, triplicados ou mesmo quadruplicados, o que indica-nos o fato do aluno em questão ter recebido bolsa estudantil em mais de um ano, gerando assim um número final de contemplados-contemplados distorcido. Logo, com o objetivo de limpar tais dados a fim de apresentar apenas o número real de alunos contemplados ao longo dos anos pesquisados, foi realizada uma análise das bolsas, reunindo-as ao atleta, de maneira que chegamos ao total de 480 bolsistas, divididos do seguinte modo:

TABELA 15: DISTRIBUIÇÃO DOS ATLETAS COM BOLSA ESTUDANTIL DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE BOLSAS RECEBIDAS ENTRE AS EDIÇÕES DE 2010-2015 DO PROGRAMA BOLSA ATLETA

QUANTIDADE DE BOLSAS	QUANTIDADE DE ATLETAS COM BOLSA ESTUDANTIL DO ANO PESQUISADO	%
1 BOLSA	351	73,12%
2 BOLSAS	103	21,45%
3 BOLSAS	20	4,16%
4 BOLSAS	6	1,25%
TOTAL	480	99,98%

FONTE: Planilhas de contemplados gerados a partir do projeto Paralimpíadas Escolares, de 2010 a 2015 (CPB) e comparados com o banco de dados do IE.

Em união ao número de alunos bolsistas referente à quantidade de bolsas recebidas durante o período analisado, indicamos também o valor percentual deste número na tabela acima, o que revelou-nos que a maior parte dos bolsistas encontrados receberam uma única bolsa estudantil, correspondendo a 73,12% (N=351) do total, enquanto que 21,45% (N=103) foram contemplados com bolsa estudantil por duas vezes, e por fim 4,16% (N=20) e 1,25% (N=6) com quatro e três bolsas estudantis respectivamente. O panorama identificado indica uma variação dos números em sentidos opostos, isto é, ao aumentar o número da quantidade de bolsas de 1 até 4⁷⁸, percebe-se uma diminuição na quantidade de bolsistas enquadrados em tal grupo, de modo que parte-se de 351 bolsistas e chega-se a apenas 6.

Ainda em relação ao afunilamento na quantidade de bolsistas de acordo com a quantidade de bolsas estudantis distribuídas, de 1 a 4, foi possível analisar ainda por

⁷⁸ Apesar da quantidade máxima de bolsas estudantis possível ser seis, tendo-se em vista o período analisado, 2010-2015, o número máximo de bolsa estudantil concedida a um único aluno encontrado foram quatro.

meio do banco de dados do IE especificamente a parcela maior, os 73,12% de bolsistas contemplados uma única vez com o nível de bolsa verificado, o que revelou o montante de 284 (80,91%) bolsistas que não contam com nenhum outro tipo de bolsa, seja de outro ano ou de outra categoria em seu histórico, enquanto que apenas 67 (19,08%) possuem bolsas de outras edições ou mesmo categorias.

A percepção de crescimento dos números referente às variáveis analisadas em sentidos opostos, bem como a ocorrência de apenas 19,08% dos bolsistas contemplados com uma única bolsa estudantil com bolsas de outras edições ou categorias acaba por fornecer-nos indícios para supor a falta de perenidade no que refere-se à articulação entre as duas ações analisadas, Paralimpíadas Escolares e Bolsa Atleta, isto porque ao observar em particular a categoria de bolsa estudantil, a percepção que se tem é que não se trata de uma ação com sequência, por meio da qual os alunos contemplados em uma edição, necessariamente na próxima conseguirão novamente o ser, o que conseqüentemente vai na contramão do que preconiza o programa Bolsa Atleta, uma vez que ele aponta que por meio da ajuda financeira do programa o “atleta terá garantidas condições mínimas para se dedicar com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas” (BRASIL, 2015d).

No entanto, supor falta de perenidade apenas a partir de uma categoria de bolsa poderia nos induzir ao erro, sobretudo se tomássemos como base apenas aqueles que foram contemplados com o benefício apenas uma única vez ao longo do período analisado, já que um aluno que foi contemplado em uma edição com a bolsa estudantil, na próxima edição poderia ter sido habilitado para pleitear a mesma categoria de bolsa, no entanto, o mesmo indivíduo pode ter participado em outras competições nacionais, se sua idade tiver permitido, e com isso ter sido contemplado na categoria base ou mesmo nacional.

Desse modo, se mostrou necessária uma análise mais detalhada dos bolsistas encontrados, ampliando-se aos bolsistas encontrados em geral, bem como as demais categorias de bolsa ofertadas pelo programa Bolsa Atleta. Logo, buscando analisar ainda mais a fundo as especificidades referente as bolsas e bolsistas habilitados por meio das Paralimpíadas Escolares e contemplados através do programa Bolsa Atleta, foram investigadas outras informações referentes aos tipos de bolsas recebidas pelos

bolsistas analisados para além da estudantil pesquisada. Tal investida gerou as informações dispostas na tabela exposta no prosseguimento:

TABELA 16: CARACTERÍSTICAS DAS DEMAIS BOLSAS ENCONTRADAS APRESENTADAS PELOS ALUNOS BOLSISTAS ESTUDANTIS PESQUISADOS

	1	2	3	4	TOTAL	%
BOLSA ESTUDANTIL EXCLUSIVA	284	-	-	-	284	59,16%
ESTUDANTIL APENAS ESTUDANTIL + OUTRAS CATEGORIAS	4	79	16	3	102	21,25%
APENAS OUTRAS CATEGORIAS	3	24	4	3	34	7,08%
	60	0	0	0	60	12,5%
TOTAL	351	103	20	6	480	

FONTE: Planilhas de contemplados gerados a partir do projeto Paralimpíadas Escolares, de 2010 a 2015 (CPB) comparados com o banco de dados do IE.

A tabela acima expõe que para além dos 284 bolsistas (59,16%) que possuem apenas a bolsa estudantil referente ao ano pesquisado, o montante de 196 (40,83%) possuem bolsa estudantil de outro ano ou mesmo bolsas de outras categorias. Caracterizando ainda mais tais bolsas e bolsistas, foi possível identificar que dos 196 bolsistas que receberam outras bolsas além da pesquisada o total de 102 (21,25%) possui apenas bolsas estudantis de outros anos em seu histórico, enquanto que 34 (7,08%) contam tanto com bolsas estudantis quanto com bolsas de outras categorias em sua trajetória, por fim 60 bolsistas (12,5%) receberam apenas a bolsa estudantil pesquisada, de modo que suas outras conquistas foram referentes à bolsas de outras categorias. Importante ressaltar que estes 60 bolsistas identificados referem-se apenas a alunos que aparecem na lista de bolsistas uma única vez, tendo recebido a bolsa estudantil a que foram habilitados apenas em uma ocorrência.

Por meio da compreensão de que mais de 40% dos bolsistas receberam também outras bolsas estudantis, ou de outras categorias, demonstra-nos que o projeto Paralimpíadas Escolares possui grande potencial enquanto porta de entrada de seus participantes para o esporte paralímpico, uma vez que percebe-se que os alunos que participaram da competição, se sobressaíram, foram habilitados para pleitear uma bolsa estudantil, o fizeram e foram contemplados, mas não apenas uma única vez, e ainda receberam bolsas de outras categorias, estas que pressupõem

participação com sucesso em competições de níveis mais elevados e declaradamente direcionadas ao alto rendimento.

Outra característica analisada, referente ao perfil dos bolsistas, diz respeito a distribuição destes quanto ao gênero, ou seja, divididos pela quantidade de bolsa estudantil recebida ao longo do período verificado, foi possível levantar o número de alunos de cada gênero e expor por meio da tabela a seguir:

TABELA 17: DISTRIBUIÇÃO DOS BOLSISTAS DE ACORDO COM O NÚMERO DE BOLSAS E O GÊNERO

	1 BOLSA	2 BOLSAS	3 BOLSAS	4 BOLSAS	TOTAL	%
FEMININO	119	38	5	3	165	34,3%
MASCULINO	232	65	15	3	315	65,6%
TOTAL	351	103	20	6	480	

FONTE: Planilhas de contemplados gerados a partir do projeto Paralimpíadas Escolares, de 2010 a 2015 (CPB) comparados com o banco de dados do IE.

Igualmente a outros estudos realizados com foco no programa federal Bolsa Atleta (REIS, et al. 2015; REIS, 2014; CORRÊA, et al. 2014; CORRÊA, 2013;) é visível a discrepância na distribuição das bolsas no que refere-se ao sexo. Assim, buscando compreender o porquê de tal cenário em relação às bolsas estudantis fornecidas por meio das Paralimpíadas Escolares acabamos por formular uma tabela que mostra a distribuição das bolsas, referente ao sexo do bolsista analisado, bem como à modalidade esportiva, a fim de perceber se por meio de tal divisão também se constataria a superioridade do sexo masculino e desenhar possíveis justificativas para tal cenário:

TABELA 18: DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS BOLSISTAS DE ACORDO COM O SEXO, MODALIDADE E QUANTIDADE DE BOLSAS ESTUDANTIS RECEBIDAS DE 2010 À 2015

	SEXO	1 BOLSA	2 BOLSAS	3 BOLSAS	4 BOLSAS	TOTAL					
ATLETISMO	FEM	63	19	4	2	88					
	MASC	10 9	172	24	43	6	10	0	2	13 9	227
BOCHA	FEM	13	27	5	12	1	2	0	2	19	43
	MASC	14		7	1	2	0	2	2	24	
FUTEBOL DE 5	FEM	0	3	0	1	0	0	0	0	0	4
	MASC	3	3	1	1	0	0	0	0	4	
FUTEBOL DE 7	FEM	0	3	0	1	0	0	0	0	0	4
	MASC	3	3	1	1	0	0	0	0	4	
GOALBALL	FEM	4	7	0	3	0	0	0	0	4	10
	MASC	3		3	0	0	0	0	0	6	
JUDÔ	FEM	5	21	0	2	0	1	0	0	5	24
	MASC	16		2	1	1	0	0	0	19	
NATAÇÃO	FEM	26	82	10	26	0	6	1	1	37	115
	MASC	56		16	6	6	0	1	1	78	
TÊNIS DE MESA	FEM	7	29	2	10	0	0	0	1	9	40
	MASC	22		8	0	0	1	1	1	31	
TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS	FEM	1	6	1	4	0	1	0	0	2	11
	MASC	5		3	1	1	0	0	0	9	
VOLEIBOL SENTADO	FEM	0	1	1	1	0	0	0	0	1	2
	MASC	1	1	0	1	0	0	0	0	1	
TOTAL			351		103		20		6		480

FONTE: Planilhas de contemplados gerados a partir do projeto Paralimpíadas Escolares, de 2010 a 2015 (CPB) comparados com o banco de dados do IE.

Tornou-se possível perceber então por meio da tabela exposta anteriormente, em conjunto a tabela 17, que das 10 modalidades ofertadas nas Paralimpíadas Escolares, com consequente habilitação de seus melhores participantes ao pleito da bolsa estudantil do programa Bolsa Atleta, que resultaram em contemplação, 9 delas obtiveram mais alunos do sexo masculino contemplados, sendo que a outra modalidade em que os meninos não ficaram à frente, o Voleibol Sentado, houve empate entre os sexos. Como já citado anteriormente nesta pesquisa, vale a ressalva de que das 10 modalidades apontadas, 2 são de prática exclusiva de alunos do sexo masculino, sendo elas o Futebol de 5 e o de 7, o que consequentemente tem sua parcela de contribuição ao maior número de bolsistas homens.

Quanto a distribuição dos alunos bolsistas na categoria estudantil, de acordo com a modalidade, defrontamo-nos com o mesmo padrão encontrado por Reis et. al. (2015)⁷⁹, isto é, por meio de uma rápida pesquisa das modalidades que mais receberam bolsas na categoria estudantil, entre 2005 e 2015⁸⁰ no banco de dados do IE, foi possível constatar que as modalidades Atletismo e Natação paralímpicas, assim como as convencionais, figuram entre as modalidades que mais distribuíram bolsas. A justificativa para tal cenário, ao menos em relação aos duas modalidades paralímpicas citadas, são apontadas por Reis (2014), como sendo o grande número de provas que ambas as modalidades apresentam, e o fato de ambas serem modalidades geridas diretamente pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) o que de acordo com o autor diminui significativamente a burocracia envolvida no processo de obtenção do benefício.

Juntamente as duas modalidades comentadas percebe-se também a presença de outras modalidades indicadas na tabela 18 entre as que mais concederam bolsa na categoria estudantil. Nesse sentido, a fim de tornar mais evidente a distribuição no que se refere as modalidades, apresenta-se a seguir a tabela 19, elaborada com informações coletadas exclusivamente do banco de dados do IE, de modo que apresentam-se 36 modalidades, dentre convencionais e voltadas à pessoa com deficiência, que do ano de 2005 à 2015⁸¹ receberam ao menos uma bolsa estudantil no programa Bolsa Atleta, juntamente à indicação do número de atletas beneficiados, o número de bolsas distribuídas e por fim o valor investido final na referida modalidade:

⁷⁹ Tal estudo focou-se no esporte paralímpico de modo geral, com consequente análise de todas as categorias de bolsas do programa Bolsa Atleta.

⁸⁰ Tais dados referem-se ao número total de bolsistas catalogados desde 2005 até 2015, no que tange a categoria estudantil, uma vez que na época em que foi realizada a busca no banco de dados do Inteligência Esportiva o mesmo não permitia a utilização de filtro com seleção de mais de um ano, ou mesmo de um dado ano até outro, de maneira que não foi possível filtrar as bolsas estudantis distribuídas apenas entre os anos de 2010 a 2015, para que pudéssemos assim comparar com os dados das Paralimpíadas Escolares.

⁸¹ Período de recorte utilizado tendo-se em vista o montante total de bolsas estudantis concedidas desde o primeiro ano do programa de incentivo e seu último ano de concessão registrado.

TABELA 19: DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS ESTUDANTIS ENTRE AS MODALIDADES, O NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS, O NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS, ALÉM DO VALOR INVESTIDO, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015

Ranking	Modalidade	Nº de Atletas	Nº de Bolsas	Valor Investido
1º	ATLETISMO	506	589	R\$ 2.366.890,00
2º	JUDÔ	395	468	R\$ 1.947.480,00
3º	ATLETISMO PARALÍMPICO	243	321	R\$ 1.416.950,00
4º	NATAÇÃO	188	229	R\$ 927.720,00
5º	NATAÇÃO PARALÍMPICA	133	181	R\$ 791.040,00
6º	BOCHA PARALÍMPICA	46	68	R\$ 301.920,00
7º	TÊNIS DE MESA	45	54	R\$ 227.880,00
8º	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	41	56	R\$ 247.800,00
9º	XADREZ	40	47	R\$ 204.480,00
10º	LUTAS OLÍMPICA	35	38	R\$ 178.680,00
11º	CICLISMO	33	36	R\$ 159.840,00
12º	JUDO PARALÍMPICO	25	31	R\$ 136.800,00
13º	HANDEBOL	20	20	R\$ 82.920,00
14º	GINÁSTICA RÍTMICA	19	19	R\$ 77.640,00
15º	TAEKWONDO	18	22	R\$ 96.000,00
16º	VÔLEI	15	15	R\$ 64.920,00
17º	TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS	12	18	R\$ 79.920,00
18º	BASQUETEBOL	11	11	R\$ 44.640,00
19º	GOALBALL	11	16	R\$ 69.090,00
20º	VÔLEI DE PRAIA	7	7	R\$ 31.080,00
21º	BADMINTON	6	6	R\$ 25.800,00
22º	GINÁSTICA ARTÍSTICA	5	5	R\$ 18.000,00
23º	FUTEBOL DE CINCO	4	4	R\$ 17.760,00
24º	FUTEBOL DE SETE	4	5	R\$ 22.200,00
25º	NADO SINCRONIZADO	4	4	R\$ 14.400,00
26º	REMO	4	5	R\$ 19.680,00
27º	FUTSAL	3	3	R\$ 13.320,00
28º	HÓQUEI NO GELO	3	3	R\$ 10.800,00
29º	TÊNIS	3	3	R\$ 11.640,00
30º	BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS	2	3	R\$ 13.320,00
31º	FUTEBOL DE CAMPO	2	2	R\$ 8.880,00
32º	MARATONA AQUÁTICA	2	2	R\$ 8.880,00
33º	VOLEIBOL SENTADO	2	3	R\$ 13.320,00
34º	LEVANTAMENTO BÁSICO	1	1	R\$ 22.200,00
35º	POLO AQUÁTICO	1	1	R\$ 18.000,00
36º	REMO PARALÍMPICO	1	1	R\$ 3.600,00

FONTE: Banco de dados do IE (Setembro/2016)

A tabela acima confirma então a presença do atletismo convencional (1º) e o paralímpico (3º), bem como da natação convencional (4º) e a paralímpica (5º) no top 5 do ranking de modalidades, gerados pelo banco de dados do IE, no que refere-se à concessão de bolsas na categoria estudantil entre os anos de 2005 e 2015, além de apresentar também as outras nove modalidades disputadas nas Paralimpíadas Escolares: Bocha Paralímpica (6º), Tênis de Mesa Paralímpico (8º), Judô Paralímpico

(12º), Tênis em Cadeira de Rodas (17º), Goalball (19º), Futebol de Cinco (23º), Futebol de Sete (24º) e Voleibol Sentado (33º). Importante salientar que das 36 modalidades expressas na tabela 19 apenas 12 (33%) são praticadas pela Pessoa com Deficiência (PcD), contra 24 (67%) destinadas as sem deficiência, o que ainda demonstra o grande desequilíbrio no que se refere a equiparação de oportunidades a PcD no universo esportivo.

Ainda, na busca por compreender melhor a dinâmica de distribuição das bolsas estudantis isolamos as informações da tabela 19 no que diz respeito exclusivamente as modalidades ofertadas nas Paralimpíadas Escolares, o que possibilitou a visualização de outra característica eminente aos dados:

TABELA 20: DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS ESTUDANTIS ENTRE AS MODALIDADES DISPUTADAS NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES, O NÚMERO DE ATLETAS BENEFICIADOS, O NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS, ALÉM DO VALOR INVESTIDO, ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015

Ranking	Modalidade	Nº de Atletas	Nº de Bolsas	Valor Investido
3º	ATLETISMO PARALÍMPICO	243	321	R\$ 1.416.950,00
5º	NATAÇÃO PARALÍMPICA	133	181	R\$ 791.040,00
6º	BOCHA PARALÍMPICA	46	68	R\$ 301.920,00
8º	TÊNIS DE MESA PARALÍMPICO	41	56	R\$ 247.800,00
12º	JUDÔ PARALÍMPICO	25	31	R\$ 136.800,00
17º	TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS	12	18	R\$ 79.920,00
19º	GOALBALL	11	16	R\$ 69.090,00
23º	FUTEBOL DE CINCO	4	4	R\$ 17.760,00
24º	FUTEBOL DE SETE	4	5	R\$ 22.200,00
33º	VOLEIBOL SENTADO	2	3	R\$ 13.320,00

FONTE: Banco de dados do IE (Setembro/2016)

Isto é, ao observarmos a coluna referente ao número de bolsas é possível perceber que há uma diminuição evidente na concessão de bolsas, que aparentemente está ligada à característica de prática das modalidades, ou seja, há um acumulado de 675 bolsas concedidas entre os anos de 2005 e 2015 às modalidades com predominância de provas voltadas a prática individual⁸², contra apenas 28 bolsas distribuídas entre as modalidades coletivas⁸³. Situação esta que consequentemente reflete-se também no valor investido total maior às modalidades individuais.

⁸² Atletismo paralímpico; Natação paralímpica; Bocha paralímpica; Tênis de mesa paralímpico; Judô paralímpico; Tênis em cadeira de rodas;

⁸³ Goalball; Futebol de cinco; Futebol de sete; Voleibol sentado;

Assim, após analisadas as duas conexões que encontramos, entre as ações pesquisadas, principalmente no que refere-se ao projeto Parolimpíadas Escolares, inquieta-nos perceber que se tratam de ações políticas, se não de políticas públicas, que direta ou indiretamente recaem no ciclo político, ou *policy cycle*, de modo que necessitam de constante avaliação, seja de seu intuito em si, seja de seus impactos e reflexos na realidade social. Processo este que visivelmente não tem sido promovido pelas entidades envolvidas, haja visto que o que é planejado⁸⁴ não necessariamente se efetiva, exatamente da forma como é pensado na fase de elaboração.

Nesse sentido, Nunes e Cunha (2014) chamam a atenção para a necessidade de que a função estatal trabalhe de modo equânime sobre as políticas públicas, direcionando-as aos três âmbitos esportivos, sem deixar de ponderar a função e o objetivo do esporte em cada um deles.

Enfim, foi possível constatar a existência de articulação entre as ações pesquisadas, porém, tendo-se em mente a manifestação esportiva educacional, não se torna possível concluir que tais articulações possuem impactos positivos, efetivamente sobre a manifestação sob análise, já que para além do exposto no papel a manifestação esportiva de rendimento é a que mais parece ser fomentada no final das contas.

⁸⁴ Planejamento Estratégico do CPB (2010-2015)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partirmos da temática dos esportes praticados pela pessoa com deficiência no Brasil, como tema principal desta pesquisa, acabamos por nos deparar com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), entidade esta que aponta como visão os atos de “representar e liderar o movimento paralímpico brasileiro, buscando a promoção e o desenvolvimento do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência” (CPB, 2016b). No entanto, na busca por compreender melhor a função de tal entidade esportiva, basicamente por meio de aparatos legais, tornou-se evidente que suas ações ultrapassam a manifestação esportiva de rendimento, abarcando as demais previstas na legislação, principalmente no que refere-se à manifestação esportiva educacional, uma vez que ficou previsto a partir da Lei nº 12.395, de 2011, que 10% dos recursos destinados ao CPB por meio da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé) devem ser destinados ao desporto escolar, em programação definida em conjunto com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE).

A constatação de tais fatos nos conduziram ao afunilamento de nosso tema, bem como na percepção do objeto de estudo, de modo que restringimos nossos esforços na busca por perceber e analisar as ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte (ME) e pelo CPB que de algum modo possuíam impactos no paradesporto educacional brasileiro, bem como em relação a aplicação dos recursos exclusivos em tal manifestação esportiva, especificamente no caso do CPB. Tal investida nos revelou dentre outras ações o projeto Paralimpíadas Escolares de desenvolvimento do CPB, bem como três das ações do ME, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte, Lei Agnelo/Piva e o programa Bolsa Atleta, estas que atingem de modos diversos o paradesporto educacional brasileiro. Assim, as quatro ações apontadas converteram-se em objeto de estudo desta pesquisa, tendo-se por meta perceber a existência de relações entre elas, bem como as contribuições ao paradesporto educacional advindas de tais relações observadas.

Nesse sentido, ao lidar com estas ações, que podemos definir como políticas públicas ou mesmo ações políticas, nada mais compulsório do que a discussão conceitual a respeito de políticas públicas, bem como outras noções correlatas ao

campo político e que se mostraram fundamentais a compreensão dos objetos sob análise nesta pesquisa. Esforços que culminaram em nosso capítulo 2, intitulado de políticas públicas, e que dentre outros referenciais apontou o modelo delegativo, assim como a democracia delegativa, que em suma seria um modo de gestão adotado por vários governos, de acordo com Souza, na busca por eficiência, já que tal característica teria passado a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com “independência” política. (SOUZA, 2006, p. 34)

A percepção de prática do modelo delegativo no cenário esportivo nacional, se dá ao conceber as duas principais instituições de gestão e organização do esporte nacional, sendo elas o Comitê Olímpico Brasileiro (COI) e o próprio Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), uma vez que se tratam de entidades que possuem garantidos os repasses financeiros para a efetivação da promoção do direito social ao esporte, função esta que caberia ao Estado cumprir, mas, o que se percebe é a delegação, o que permite brechas a tais instituições na promoção do esporte para além do que preconiza a legislação, com possibilidade de compreensões diversas da lei, situação que é suscitada de modo mais evidente nos capítulos seguintes, em relação aos dados apontados pela gestão financeira do CPB, comparados com os indicados pela mesma instituição em relação ao projeto Paralimpíadas Escolares.

Em nosso capítulo 3, o qual poderíamos considerar uma sucinta revisão bibliográfica, adentramos a questões conceituais de nomenclatura relacionada a Pessoa com Deficiência (PcD), bem como o esporte, e o esporte praticado pela mesma, além de sintetizarmos a história do esporte praticado por ela. Outros tópicos abordados pelo terceiro capítulo referem-se a organização das instituições paradesportivas, que vão desde o International Paralympic Committee (IPC), o CPB e até a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE).

Especificamente em relação ao tópico das instituições, dentro do terceiro capítulo, nos focamos no CPB, demonstrando por meio de organogramas a organização da administração interna, o regime de trabalho com outras entidades esportivas, bem como a gestão financeira. Em relação a este último ponto, podemos afirmar que há divulgação dos dados financeiros da instituição, como prevê a

legislação⁸⁵, no entanto tivemos dificuldades de acesso as informações, em parte por conta de constantes mudanças no website utilizado⁸⁶, o que em algumas situações não nos permitia visualizar as informações, necessitando assim de uma constante análise dos dados para verificar se não haviam sido alterados. Enfrentamos também obstáculos frente a busca por compreensão dos dados sob análise, uma vez que ao lidar com balanços financeiros há a necessidade de conhecimentos básicos sobre, mas, como a intenção era de buscar referências financeiras não enquanto foco do trabalho, tais dificuldades não se mostraram enquanto barreiras ao estudo.

Ainda em relação ao capítulo três, se torna importante ressaltar as constatações feitas no que se refere principalmente ao CBDE, órgão legítimo de representação nacional de Administração do desporto educacional no ensino fundamental e médio, desde 2000 (BRASIL, 2015b, p. 3), tal entidade aponta como uma de suas finalidades a administração, direção, controle, difusão e incentivo em todo o país à prática do desporto educacional em todos os níveis, inclusive o desporto educacional praticado por 'portadores de deficiências' (BRASIL, 2015b). No entanto, não foram encontrados dados comprobativos substanciais que demonstrassem a ocorrência de diálogo entre o CBDE e o CPB, principalmente em relação ao projeto Paralimpíadas Escolares, o que não nos permite compreender a efetiva ação do CBDE na administração do paradesporto educacional. Tal constatação acaba por configurar-se como uma grande falha no que tange ao incentivo ao esporte praticado pela pessoa com deficiência, já que diferente do planejado e esperado não se torna possível visualizar, por meio de dados e informações, as reais interações entre o órgão que deveria efetivamente promover o paradesporto educacional e o CPB, resultando assim em atraso para o desenvolvimento de tal área e manifestação esportiva.

O capítulo de número 4, visivelmente o mais denso desta dissertação, reuniu informações sobre as quatro ações selecionadas para o estudo, sendo elas a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), a Lei Agnello/Piva (Lei nº 10.264/2001), o projeto Paralimpíadas Escolares e por fim o programa Bolsa Atleta (Lei nº 10.891/2004). O volume deste capítulo se justifica em razão da abordagem adotada

⁸⁵ Art. 18-A. IV - sejam transparentes na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão; (Incluído pela Lei nº 12.868, de 2013) (Produção de efeito) (BRASIL, 1998)

⁸⁶ www.cpb.org.br

pela pesquisadora, que ultrapassou, em alguns casos, a apresentação da ação e adentrou aos seus dados de realização.

Especificamente em relação a Lei de Incentivo ao Esporte, (Lei nº 11.438/2006), esta que prevê o repasse de benefícios fiscais, de pessoas físicas ou jurídicas, diretamente para projetos esportivos submetidos, analisados e aprovados para a captação de tais recursos, foram analisados os dados quantitativos referentes ao número de projetos aprovados para a captação de recursos, bem como a quantia destes que de fato conseguiram captar recursos, visando perceber a ocorrência de projetos de acordo com a manifestação esportiva alvo, bem como a de projetos com atendimento à pessoa com deficiência.

Os achados apontaram uma ocorrência muito superior na proposição de projetos voltados à manifestação esportiva de rendimento se comparado ao educacional e de participação, dados insatisfatórios que se agravam ao olharmos em específico o quantitativo de projetos dentro da manifestação educacional que se declararam voltados à promoção de esporte à pessoa com deficiência, isso porque dos 39 projetos listados apenas 8 apontaram foco no paradesporto, ou mesmo de modo agregado ao esporte não voltado ao deficiente, enquanto que outros 14 projetos citaram algum tipo de acesso à pessoa com deficiência, o que não necessariamente implica na proposição de prática esportiva a este público, mas meramente o cumprimento da lei de acessibilidade⁸⁷. Tais constatações nos fornecem indícios de falha na política pública, uma vez que o atual modelo não prevê formas de estimular a proposição de projetos de forma homogênea, o que contemplaria as demais manifestações esportivas, resultando em estímulo real à prática esportiva nas diversas idades e com diferentes fins.

A segunda ação elencada no quarto capítulo foi o aparato legal conhecido por Lei Agnelo/Piva (Nº 10.264/2001), esta que já havia sido apresentada ao leitor ainda em nossa introdução. A retomada da mesma se deu devido à sua relação constatada com a ação seguinte a ser analisada, o projeto Paralimpíadas Escolares, isto devido

⁸⁷ Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007: Art.16. “Nos projetos desportivos e paradesportivos, desenvolvidos com recursos oriundos dos incentivos previstos no art. 1º, deverão constar ações com vistas a proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas e portadoras de deficiência”. (BRASIL, 2007).

ao fato de que tal lei é a fonte principal de recursos financeiros ao CPB e conseqüentemente à execução do projeto em questão.

Quanto à apresentação do projeto Paralimpíadas Escolares em si, foram reunidas informações que pudessem comprová-lo enquanto ação desportiva educacional. Desse modo, dados de sua realização, elementos de seus regulamentos e relatórios, assim como informações que pudessem caracterizá-lo foram apresentadas. O que nos levou a percepção de que não se torna possível concluir que o mesmo seja de fato voltado à manifestação educacional, ou de rendimento, já que diferentes indícios permitem supor que as duas manifestações estejam sendo exploradas por meio dessa ação pelo CPB.

Referente à última ação selecionada, analisada e exposta ainda no capítulo quatro, o programa Bolsa Atleta (10.891/2004), este que também já havia sido apresentado anteriormente, foram discutidos apenas elementos burocráticos de sua realização, uma vez que os dados mais concisos, pertinentes ao número de concessões e demais informações que pudessem agregar ao estudo foram expostos no capítulo seguinte, referente à discussão, isto porque foi constatada sua relação com o projeto Paralimpíadas Escolares, se tornando assim mais enriquecedor ao texto sua exposição naquela etapa.

Já em nosso último capítulo, referente a discussão dos dados levantados pela pesquisa, encontram-se os exercícios de visualização de articulação entre as ações analisadas, tendo-se em vista que este era um dos objetivos elencados pelo estudo. Desse modo, foram depreendidos dos dados ao menos duas articulações, sendo que a primeira com menos dados comprobatórios e conseqüentemente sem que pudéssemos tecer análises mais detalhadas sobre, e a segunda articulação com mais abundância quanto as informações, permitindo-nos então um olhar mais abrangente sobre a mesma.

A primeira articulação indicada disse respeito a ligação entre o projeto Paralimpíadas Escolares e a Lei Agnelo/Piva (Nº 10.264), isto porque chegamos a informação de que o projeto é desenvolvido basicamente por meio de recursos financeiros gerados pela Lei em questão. Partiu-se então das informações indicadas pelo CPB, tanto referentes aos recursos destinados ao desporto escolar anualmente,

tanto em relação aos dados indicados nos relatórios do projeto das Paralimpíadas Escolares, quanto aos valores gastos para sua execução nas edições analisadas.

O resultado encontrado é inquietante, uma vez que ao cruzar os dados foi possível perceber que os valores gastos para a realização das Paralimpíadas Escolares equivalem a mais de 60% dos recursos voltados ao desporto escolar, isso em relação ao ano de 2009, uma vez que nos anos seguintes a porcentagem é incrementada e se sobrepõe ao próprio valor total gasto com a manifestação educacional no ano de 2012. Isto é, os recursos alegados com destino ao desporto escolar pelo CPB, acabaram por serem dispendidos em sua maior parte com a realização de apenas um projeto, o das Paralimpíadas Escolares, sendo que no ano de 2012 o valor gasto com o projeto superou o próprio valor exposto pelo CPB referente ao desporto escolar gasto no ano todo, situação periclitante, que demonstra a falta de comprometimento do comitê para com a promoção do desporto escolar, uma vez que tratou de investir e muito em apenas uma ação que ao nosso ver nem ao menos pode ser totalmente definida como desporto educacional, dada a sua seletividade e outro fatores inerentes a sua realização.

Quanto a outra interação apresentada em nosso capítulo de discussão, entre o projeto Paralimpíadas Escolares e o programa federal Bolsa Atleta, como havíamos mencionado ainda em nossa introdução, tal relação já era esperada, uma vez que o projeto Paralimpíadas Escolares seleciona atletas participantes de suas competições para pleitearem um bolsa na categoria estudantil do programa Bolsa Atleta, ou seja, a interação entre as duas ações já era conhecida, passando a ser intenção de nossa pesquisa a compreensão dos dados referentes a tal conexão, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, buscando-se perceber os possíveis impactos de tal relação no paradesporto educacional brasileiro.

Assim, foram catalogados os nomes dos alunos que foram habilitados ao pleito da bolsa estudantil por meio das Paralimpíadas Escolares, desde 2009 até 2014, bem como dos indicados pelo CPB como contemplados com a bolsa em questão. Além disso foram comparados nomes a nomes dos ditos como contemplados com o banco de dados do projeto Inteligência Esportiva, a fim de perceber possíveis divergências nos dados.

Os resultados encontrados indicam um efeito inverso no que refere-se a distribuição das bolsas estudantis aos alunos participantes das Paralimpíadas Escolares, no período analisado, isso porque a pesquisa revelou que enquanto a maior parte, 73,12% (N=351) dos alunos recebeu o benefício uma única vez, 21,45%, (N=103) receberam durante dois anos, 4,16% (N=20) foram beneficiados por três anos, apenas 1,25% (N=6) receberam a bolsa estudantil durante 4 anos. Tal descoberta nos alerta para uma possível falta de perenidade resultante da articulação e conseqüente baixa contribuição ao paradesporto nacional, de modo que por mais que essa relação já se dê a mais de sete anos, parece não ser eficiente, tendo em vista o pequeno percentual de alunos bolsistas que reincidem indicando sua continuidade no campo esportivo.

A fim de ultrapassar a conclusão de falta de perenidade na relação entre as Paralimpíadas Escolares e o Bolsa Atleta, foi verificado o perfil dos bolsistas, quanto as demais bolsas recebidas pelo mesmo para além do ano sob análise. Tal esforço culminou na descoberta de que do total de 480 alunos bolsistas, 59,16% (N=284) apenas possuíam a bolsa estudantil pesquisada em seu histórico, 21,25% (N=102) possuíam outra bolsa estudantil, de outro ano, 7,08 (N=34) além de possuir outra bolsa estudantil também já haviam sido contemplados em outra categoria de benefício, e por fim 12,5% (N=60) que para além da bolsa estudantil pesquisada também receberam outra bolsa, mas não mais na categoria estudantil, e sim nas demais ofertadas pelo programa Bolsa Atleta. Os fatos descobertos nos possibilitaram repensar, em certo modo, a hipótese de falta de perenidade na relação sob análise, isso porque os dados nos indicaram que 40,83% (N=196) permaneceram no campo esportivo, isto é, por meio da soma de todos os alunos sob análise que possuem em seu histórico recebimento do fomento do governo para além de uma única vez é possível perceber que estes não necessariamente participaram apenas das Paralimpíadas Escolares, ou ainda, participaram mais de uma vez e com sucesso. Esta informação nos possibilitou supor que uma considerável parcela dos alunos participantes das Paralimpíadas Escolares, que se sobressaem na competição e são habilitados a concorrer a uma bolsa estudantil do Bolsa Atleta, dão continuidade a sua vida esportiva e conseguem receber o benefício novamente, via outras competições e em níveis mais avançados do esporte, de modo que poderíamos afirmar

minimamente a existência de perenidade nesta relação, com consequentes resultados ao paradesporto nacional de modo geral.

No entanto, se torna primordial encerrarmos este estudo retomando um dos conceitos de nosso referencial teórico, a democracia delegativa, ou mais especificamente o modelo delegativo, tendo em vista que o projeto Paralimpíadas Escolares, que se tornou alvo principal de nossa análise, é exemplo de uma ação realizada pelo CPB que atua em “regime” delegativo, uma vez que a entidade recebe recursos estatais para efetivar suas ações direcionadas ao desporto. Retomamos essa questão devido a percepção criada por meio da pesquisa realizada no estudo, isto porque as indicações do CPB para a realização do projeto Paralimpíadas Escolares o colocam como um ação voltada a manifestação esportiva educacional, o que ao nosso ver não é exatamente correto, uma vez que trata-se muito mais de uma competição com foco seletivo, que privilegia os melhores, inclusive com indicação destes ao pleito da bolsa estudantil, do que uma ação voltada ao esporte em “formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer” (BRASIL, 2013)

O processo de delegar a função de promoção do esporte à população, no caso específico do CPB, parece ter possibilitado formas equivocadas de compreender a legislação, permitindo o emprego de recursos públicos em ações que não necessariamente poderiam ser taxadas como de estímulo ao paradesporto educacional. Outras ações são informadas pelo CPB com foco em tal manifestação esportiva, porém, como já mencionado antes nesta pesquisa, não foram encontrados dados que nos permitissem apresentá-las neste estudo, o que não nos permite então declarar um total equívoco do comitê ao pensar o paradesporto educacional. Mas, não nos torna impossível o ato de tecer críticas à forma como tal ação em específico é desenvolvida, bem como o montante de recursos dispendidos em sua execução, além do número ínfimo de alunos que são efetivamente atendidos por ela, elementos que precisam ser repensados pela organização do evento.

Com intuito no rendimento esportivo, e na seleção de destaques para o esporte paralímpico, o projeto Paralimpíadas Escolares já é reconhecido pelo próprio CPB

como celeiro de talentos paralímpicos⁸⁸, apesar das especificidades do paradesporto⁸⁹. Assim, voltando-se o foco para a compreensão específica, em dimensões quantitativas, dos impactos da competição escolar sob análise, no esporte paralímpico, estudos futuros podem nos fornecer elementos mais claros quanto aos benefícios de tal ação para o esporte de rendimento praticado pela PcD.

Enfim, o esporte paralímpico brasileiro caminha a passos largos, mostrando grande eficiência, sobretudo no que diz respeito aos resultados internacionais. No entanto, para além do esporte de alto rendimento, a promoção do esporte à crianças e adolescentes com deficiência, seja visando o rendimento, seja com fins na educação para a vida é previsto em lei e deve ser cumprido. Além de se tornar também dever do CPB, enquanto entidade privada que dispõe de recursos estatais, prever a avaliação constante desta e demais ações políticas, sejam voltadas a manifestação esportiva educacional ou não, a fim de adequá-las e aprimorá-las, resultando em uso consciente do dinheiro público e no efetivo fomento e promoção do esporte para a pessoa com deficiência, contribuindo conseqüentemente para o processo de evolução vertiginoso do esporte paralímpico brasileiro.

⁸⁸ <https://goo.gl/R4OZjo>; <https://goo.gl/0J6wwD>;

⁸⁹ Diferentemente do esporte convencional, o esporte praticado pela pessoa com deficiência (PcD) não necessariamente segue a lógica de iniciação na infância, ou adolescência, existem diversos casos de atletas paralímpicos que adentram o mundo esportivo apenas na idade adulta, após a ocorrência de acidentes que levam o mesmo a se tornar uma PcD.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, L; PINHO, J. A. G.; **Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa**: investigação em portais de governo no Brasil. Rio de Janeiro 36(5):723-45, Set./Out. 2002

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto Adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualidade, 1997. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. Ed: Movimento, 1991.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S.; **Introdução à educação física adaptada para pessoas com deficiência**. Curitiba, Editora: UFPR, 2009.

COAKLEY, Jay. **Sports in Society**: issues and controversies. 11th edition. New York: Mc Graw Hill, 2014.

CONDE, A. J. M.; SOBRINHO, P. A. S.; SENATORE, V. **Introdução ao movimento paraolímpico**: manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006

CORRÊA, A. J. **Financiamento do esporte olímpico brasileiro**: mapeamento inicial do programa “Bolsa-Atleta” (Monografia inédita Graduação em Educação Física Departamento de Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CRESWELL, J. W.; PLANO CLARK, V. L. **Designing and conducting mixed methods research**. London: Sage, 2007.

DE BOSSCHER, V. et. Al. **The global Sporting arms race**. An international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success. Aachen: Meyer & Meyer, 2008.

DIAS, Y. R. **O judô no programa governamental “Bolsa Atleta”**: primeiros apontamentos (2011-2013). (Monografia inédita Graduação em Educação Física Departamento de Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2014.

FREY, K. **Políticas Públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas nº21 – Junho de 2000.

GODOY, Letícia. O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCHI JR., Wanderley. “**Sacando**” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **A Estrutura do Esporte Paranaense**: da formação dos clubes a atual situação. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MEZZADRI Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes; Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. MEZZADRI, F. M., (Org.). **Políticas Públicas e Esporte**. 1. Ed., p.15-31 – Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.

NUNES, Camila. Da C.; CUNHA, Gabriel. S. V. T. DA; **Estado e as políticas públicas esportivas**: o contexto brasileiro. Revista da ALESDE, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 04-15, setembro 2014.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia delegativa?** Novos Estudos, n. 31, out. 1991

RIBEIRO, Patrícia Tavares. **A descentralização da ação governamental no Brasil dos anos noventa**: desafios do ambiente político-institucional. Ciência & Saúde Coletiva, 14(3):819-828, 2009

PESSOA, Cleber Fernandes. **A democracia delegativa no Brasil**: Uma análise comparativa das relações executivo-legislativo nos governos de Getúlio Vargas

(1951-1954) e Fernando Collor de Mello (1990-1992). 2000 Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M.; **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. IN: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 2ª ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, R. E. **Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

REIS, R. E.; SILVA, M. M.; FIGUEROA, K. M.; ALMEIDA, B. S.; MEZZADRI, F. M.; **Dez anos do programa federal “Bolsa Atleta”**: uma descrição das modalidades paralímpicas (2015-2014). Pensar em Movimento: Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud, Vol.13, No 2, pp 1-18: 2015

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas de Esporte e Lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre o subcampos políticos/burocrático e científico/acadêmico. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SUASSUNA, D. M. F. de A.; ALMEIDA, A. J. M. de; FREIRE, O. F.; ROQUETE, P. C. **O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer**. In: SUASSUNA, D. M. F. de A.; AZEVEDO, A. A. (Org.). Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

VARELA, A. **Desporto para as pessoas com deficiência**. Expressão distinta do desporto. 1991, disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/68004087/Varela-1991>> acessado em 11 de junho de 2012.

WINNICK, P. J. **Adapted Physical and Sport**. Champaign: Human Kinetics, 1990.

WINCKLER, C. **Esporte e a Pessoa com Deficiência** – Contexto Histórico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E OUTRAS FONTES

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acesso em 23 de fevereiro de 2015.

_____. **Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993**, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências, (lei Zico), 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm> acesso em 25 de outubro de 2015.

_____. **Lei nº 9.615/1998** de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L9615consol.htm> acesso em 23 de junho de 2014.

_____. **Lei nº10.264**, de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo/Piva), que acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>acesso em 29 de maio de 2015.

_____. **Lei nº 10.891** de 09 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.891.htm> acesso em 28 de maio de 2015.

_____. **Lei nº 11.438**, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências (Lei de Incentivo ao Esporte), 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm> acesso em 02 de dezembro de 2015.

_____. **Decreto Nº 6.180**, de 3 de agosto de 2007. Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, 2007. Disponível em; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6180.htm>acesso em 02 de dezembro de 2015.

_____. Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> acesso em 13 de outubro de 2015.

_____. Lei de Incentivo ao Esporte: **cartilha de orientações gerais**, 2008. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/leilncentivoEsporte/cartilhaGrafica.pdf>> acesso em 03 de dezembro de 2015.

_____. **Decreto nº 7.802**, de 13 de setembro de 2012. Altera o Decreto no 5.342, de 14 de janeiro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7802.htm> acesso em 28 de maio de 2015.

_____. **Cartilha Censo 2010: Pessoa com Deficiência**. Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012b. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> acesso em 19 de abril de 2016.

_____. **Decreto nº 7.984**, de 08 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm> acesso em 17 de fevereiro de 2016.

_____. **Lei de Incentivo ao Esporte**: relatório de projetos aprovados e aptos á captação de recursos, 2015. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/projetos-aprovados-aptos-a-captacao>> acesso em 22 de dezembro de 2015.

_____. **Estatuto 2015**: Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE, 2015b. Disponível em: <<http://www.cbde.org.br/arquivos/estatuto-cbde.pdf>> acesso em 12 de janeiro de 2016.

_____. **Lei nº 13.146** de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015c.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> acesso em 29 de agosto de 2015.

_____. Ministério do Esporte: **Bolsa Atleta**, 2015d. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/sobre.jsp>> acesso em 28 de maio de 2015.

_____. **Ministério do Esporte**: programas e ações desenvolvidas 2015e. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>> acesso em 03 de dezembro de 2015.

_____. **Lei nº 13.155** de 04 de agosto de 2015, que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, além de outras providências, 2015f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm> acesso em 03 de fevereiro de 2016.

_____. Ministério do Esporte: **o ministério**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio&lc=pt-BR&s=1&m=640&host=www.google.com.br&ts=1464651240&sig=APY536xNoAz4Sm80qPFt6aKd5a1b0j5cA>> acesso em 03 de dezembro de 2015g.

_____. **Brasil 2016**: portal oficial do governo federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/apos-melhor-campanha-da-historia-cpb-tem-injecao-de-r-90-milhoes-no-horizonte>> acesso em 04 de fevereiro de 2016.

_____. **Brasil 2016**: portal oficial do governo federal sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, 2016b. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/incentivo-ao-esporte/lei-agnelo-piva>> acesso em 15 de março de 2016.

CORRÊA, A. J.; MORAES E SILVA, M.; MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; **Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro**: mapeamento inicial do programa Bolsa-Atleta (2005-2011). *Pensar a Prática*, Goiânia, 17(4), 1-15. 2014. <<http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v17i4.29057>> acesso em 29 de agosto de 2016.

COMITÊ OLÍMPICO DO BRASIL (COB). **Visão e missão do Comitê Olímpico do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/pt/cob/comite-olimpico-do-brasil>> acesso em 29 de abril de 2014.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Relatório Geral:** Paralimpíadas Escolares (10 a 15 de novembro de 2009), 2009. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. **Regulamento Geral:** Paralimpíadas Escolares (10 a 15 de novembro de 2009), 2009b. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. **Planejamento Estratégico do Esporte Paraolímpico Brasileiro:** 2010-2016, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/CEInIC>> acesso em 25 de julho de 2015

_____. **Relatório Anual:** Paralimpíadas Escolares (24 a 30 de novembro de 2013, SP/SP), 2013. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. **Presidente do CPB recebe dirigentes da CBDE em Brasília,** 2013b. Disponível em: <<http://cpb.org.br.187.38-89-161.groveurl.com/presidente-do-cpb-recebe-dirigentes-da-cbde-em-brasilia/>> acesso em 12 de janeiro de 2016.

_____. **Relatório Anual:** Paralimpíadas Escolares (Brasília/DF, 03 de dezembro de 2014.), 2014b. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. **Academia Paralímpica Brasileira.** Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/academia-paralimpica-brasileira/>> acesso em 11 de setembro de 2015.

_____. **Gestão de recursos do Comitê Paralímpico Brasileiro:** de 2009 a 2014. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/>> acesso em 27 de julho de 2015b.

_____. **Relatório Anual:** Paralimpíadas Escolares (Brasília/DF, 28 de novembro de 2015), 2015c. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. **Regulamento Geral da Etapa Nacional.** Regulariza a etapa Nacional das Paralimpíadas Escolares, que aconteceriam de 23 a 28 de novembro de 2015d. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. **Boletim 01:** Informativo à respeito da edição de 2015 das Paralimpíadas Escolares, 2015e. * Documento fornecido via APB (Fev., 2016)

_____. FAQ – **Perguntas frequentes**: Comitê Paralímpico Brasileiro. Disponível em: <<http://cpb.org.br.187.38-89-161.groveurl.com/pages/f-a-q/>> acesso em 13 de janeiro de 2016.

_____. **Visão do Comitê Paralímpico Brasileiro**, 2016b. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/institucional/>> acesso em 29 de abril de 2014

GOMES, Fabrício Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Pesquisa quanti-qualitativa em administração**: uma visão holística do objeto em estudo. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/MiGKVE>> acesso em 1 de setembro de 2015.

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA (IE). **Relatórios de bolsas concedidas pelo programa Bolsa Atleta, na categoria estudantil, do ano de 2005 à 2015**.

Disponível em:

<http://praticaclinica.com.br/ie/admin/relatorios/bolsas_modalidade/ano||modalidade||bolsanivel|4|sexo|> acesso em 04 de janeiro de 2016.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE (IPC). **Ideais do Movimento Paralímpico**. Disponível em: <<http://www.paralympic.org/the-ipc/about-us>> acesso em 08 de junho de 2015.

MARQUES, R. F. R. et al. **Esporte olímpico e paraolímpico**: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. *Rev. bras. educ. fís. esporte (Impr.)* [online]. 2009, vol.23, n.4, pp.365-377. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092009000400006&script=sci_abstract&tIng=pt> acesso em 07 de novembro de 2015.

PURDUE, D. E.; HOWE, P. D. **Plotting a Paralympic field**: An elite disability sport competition viewed through Bourdieu's sociological lens. *International Review for the Sociology of Sport*, 2013. Disponível em:

<<http://irs.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1012690212470123>>. acesso em 05 de fevereiro de 2015.

ROCHE, Maurice. **Mega-events and urban policy**. *Annals of Tourism research*, v. 21, n. 1, p. 1-19, 1994. Disponível em:

<<http://library.la84.org/SportsLibrary/ISOR/ISOR2002c.pdf>> acesso em 05 de abril de 2016.

SASSAKI, R. K. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/WLmqbW>> acesso em 21 de outubro de 2015.

SENATORE, V. **Paraolímpicos do futuro**. In: CONDE, A.J.M.; SOUZA SOBRINHO, P.A.; SENATORE, V. Introdução ao movimento paraolímpico: manual de orientação para professores de Educação Física. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. Disponível em: <<http://www.informacao.srv.br/cpb/pdf/introducao.pdf>.> acesso em 27 de abril de 2016.